

**FACULDADES ITECNE DE CASCAVEL
GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

RITA DE KÁTIA OTTES VASCONCELOS

**O ACESSO DOS MORADORES DA ÁREA RURAL DE CASCAVEL-
PR AOS DIREITOS GARANTIDOS POR MEIO DA POLÍTICA
NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

**CASCAVEL - PR
2015**

RITA DE KÁTIA OTTES VASCONCELOS

**O ACESSO DOS MORADORES DA ÁREA RURAL DE CASCAVEL-
PR AOS DIREITOS GARANTIDOS POR MEIO DA POLÍTICA
NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

**CASCAVEL - PR
2015**

RITA DE KÁTIA OTTES VASCONCELOS

**O ACESSO DOS MORADORES DA ÁREA RURAL DE CASCAVEL-
PR AOS DIREITOS GARANTIDOS POR MEIO DA POLÍTICA
NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Serviço Social
das Faculdades Itecne de Cascavel -
ITECNE, como requisito parcial à
obtenção do grau de Bacharel em Serviço
Social.

Professor(a) Orientador(a): Profa. Esp.
Fabrícia Destro Ghizzo

**CASCAVEL - PR
2015**

RITA DE KÁTIA OTTES VASCONCELOS

**O ACESSO DOS MORADORES DA ÁREA RURAL DE CASCAVEL-
PR AOS DIREITOS GARANTIDOS POR MEIO DA POLÍTICA
NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Serviço Social
das Faculdades Itecne de Cascavel -
ITECNE, como requisito parcial à
obtenção do grau de Bacharel em Serviço
Social.

Professor(a) Orientador(a): Prof. Ms.
Fabrícia Destro Ghizo

BANCA EXAMINADORA

Prof. Esp. Fabrícia Destro Ghizo (Orientador)

Faculdades Itecne de Cascavel

Prof. Esp. Luiz Lançanova (Banca)

Faculdades Itecne de Cascavel

Assistente Social Márcia Engel Silva(Banca)

Coordenadora CRAS Volante

Cascavel, 01 de Dezembro de 2015

Dedico este trabalho à minha família, em especial aos meus filhos que são também os merecedores deste diploma por terem estado comigo em todos os momentos. Dedico a eles na esperança de que possa compensar a minha ausência ao longo destes 4 anos e que eu possa retribuí-los, sendo este diploma motivo de orgulho e exemplo que levarão para suas vidas.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por me permitir vencer esta etapa da vida tão importante e da qual tenho muito orgulho e gratidão.

As minhas filhas Renata e Raíssa que mesmo longe, tenho certeza que de coração estavam juntas comigo me dando forças e incentivo para chegar ao final desta caminhada. Agradeço terem sido ouvintes nos momentos de tensão e cansaço que nos chegam pela correria do dia a dia, agradeço toda a ajuda e paciência quando, por motivos particulares não me fiz presente na vida de vocês.

Aos meus filhos Ramon e Rômulo, pela paciência, pela espera que todas as noites eu chegasse em casa para dar o beijo de boa noite e fazermos a oração antes de dormir. Pelas visitas de surpresa na faculdade para matar a saudade após um dia de plantão, agradeço por Deus ter guiado vocês enquanto eu estava ausente e que possam me perdoar os colos que não dei, os banhos que não auxiliei, os momentos que perdi de estarmos juntos, que possam entender um dia que precisamos crescer e evoluir nesta passagem terrena, esperando servirmos de exemplo e orgulho para nossos filhos.

Ao meu esposo, agradeço pelo cuidado e dedicação dispensados aos meus filhos durante este período acadêmico, agradeço pela paciência e apoio que recebi sempre que necessitei.

Ao meu pai porque sei do orgulho que tem de mim, espero não desapontá-lo, agradeço por ter me ensinado a ser batalhadora e alimentar sonhos. Agradeço a minha mãe, porque acredito que em espírito esteve tão presente quanto estaria em vida, me transmitindo confiança e decisão nos momentos mais tumultuados.

Aos meus irmãos, sabendo que mesmo distante eles torcem por mim, agradeço pelo incentivo, pela dedicação e apoio nos momentos difíceis. A presença de vocês tornou-os mais leves e amenos.

Agradeço a minha orientadora, professora Fabricia, muito obrigada pela dedicação, paciência e incansável esforço em realizar comigo este trabalho, que sem dúvida, foi também fruto da tua competência enquanto orientadora. Agradeço pela tua cumplicidade, amizade e carinho que demonstrou por mim, com certeza teus ensinamentos foram muito importantes enquanto acadêmica e futura profissional. Aproveito para parabenizá-la, pela postura profissional que manténs, principalmente pela competência e ética presentes em tuas atitudes.

Aos todos os meus colegas, especialmente aos colegas Elisiane, Cida, Leandro, Cassiana, Débora e Regiane, meus companheiros fiéis. Agradeço pelo apoio recebido nos momentos mais difíceis deste período acadêmico, pelos conselhos recebidos, pela paciência, dedicação, pelas alegrias vivenciadas, pelas lágrimas e pelo conhecimento compartilhado. Vocês foram muito importantes para mim.

Agradeço pelo espaço em que realizei o estágio- CRAS Volante, a toda equipe profissional que tão carinhosamente me acolheu e me deu a oportunidade de conhecimento e convívio, visualizo nesta equipe a união e o comprometimento, serviu de grande exemplo a minha trajetória acadêmica, sentirei saudades e todos vocês tem um espaço especial no meu coração.

Agradeço em especial aos participantes dessa pesquisa, técnicos do CRAS Volante e usuários dos serviços, da área rural, território de abrangência do CRAS, pela colaboração, participação e a disponibilidade em me ajudar a concluir este trabalho que não é mérito meu, mas sim de vocês que espontaneamente colaboraram com a pesquisa, espero que esta lhes traga contribuições.

Agradeço a Faculdade ITECNE pela oportunidade e por todo conhecimento apreendido, agradeço a todos os professores pela dedicação a mim dispensada e por toda a formação acadêmica. Parabenizo-os pela competência e responsabilidade em formar bons profissionais.

Agradeço ao professor Luiz Lançanova e a Coordenadora e Assistente Social Márcia Engel por ter aceitado o convite para participar da banca, a presença de vocês muito me honra e com certeza suas considerações contribui muito ao meu aprendizado e a conclusão deste trabalho.

Todo Meu Amor

*Que eu continue com vontade de viver,
mesmo sabendo que a vida é, em muitos momentos,
uma lição difícil de ser aprendida.*

*Que eu permaneça com vontade de ter grandes amigos,
mesmo sabendo que, com as voltas do mundo,
eles vão indo embora de nossas vidas.*

*Que eu realmente tenha sempre a vontade de ajudar as pessoas,
mesmo sabendo que muitas delas são incapazes de ver,
sentir, entender ou utilizar essa ajuda.*

*Que eu mantenha meu equilíbrio,
mesmo sabendo que muitas coisas que vejo no mundo
escurecem meus olhos.*

*Que eu realmente tenha a minha garra,
mesmo sabendo que a derrota e a perda são ingredientes
tão fortes quanto o sucesso e a alegria.*

*Que eu atenda sempre mais à minha intuição,
que sinaliza o que de mais autêntico eu possuo.*

*Que eu pratique mais o sentimento de justiça,
mesmo em meio à turbulência dos interesses.*

*Que eu manifeste amor por minha família,
mesmo sabendo que ela muitas vezes
me exige muito para manter sua harmonia.
E, acima de tudo...*

*Que eu lembre sempre que todos nós
fazemos parte dessa maravilhosa teia chamada vida,
criada por alguém bem superior a todos nós!
E que as grandes mudanças não ocorrem por grandes feitos
de alguns e, sim, nas pequenas parcelas cotidianas
de todos nós!
Chico Xavier.*

VASCONCELOS, Rita de Katia Ottes. **O ACESSO DOS MORADORES DA ÁREA RURAL DE CASCAVEL - PR AOS DIREITOS GARANTIDOS POR MEIO DA POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**. 2015. (125 p.). Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social) - Faculdades ITECNE, Grupo Educacional ITECNE, Cascavel. 2015.

RESUMO

Este estudo tem por objetivo trazer um pouco da história da Assistência Social no Brasil, onde inicialmente não havia responsáveis em provê-la aos pobres e desamparados, ficando esta incumbência para leigos, religiosos e voluntários. O trabalho era tido como obrigatório e doloroso e só o trabalhador tinha direito a assistência. Ao longo deste período houve algumas evoluções em relação a Assistência Social, porém, nada que mudasse essa condição, ficando esta parcela da população desassistida por longos anos. As iniciativas que tivemos nesta área foram voltadas a classe trabalhadora como estratégia de manter a força de trabalho e produção a capitalista, continuando os pobres e também os desempregados sem qualquer tipo de assistência, pois esta se voltava primeiramente ao trabalhador formal. Finalmente o grande marco da Assistência Social no Brasil se dá com a Constituição Federal de 1988, onde a assistência tornou-se uma política pública de responsabilidade do Estado e direito do cidadão. Diante de toda legislação social buscou-se saber neste estudo, como os usuários do meio rural tem acesso às políticas públicas garantidas pela PNAS e como se dá esta oferta a estes moradores por meio dos programas, projetos e serviços. Finalmente traz a análise da coleta de dados que foi realizada através de entrevista com moradores da área rural que são usuários da Política de Assistência Social, referendados ao CRAS Volante e a equipe de técnicos responsável pela oferta destes serviços. Por fim, a pesquisa demonstrou que os moradores da área rural apresentam dificuldades em acessar os serviços garantidos pela PNAS, bem como os técnicos enfrentam dificuldades em efetivá-los devido as particularidades dessa população.

Palavras-chave: Assistência Social; Direitos Sociais; Dificuldade de Acesso aos Direitos.

VASCONCELOS, Rita de Katia Ottes. **O ACESSO DOS MORADORES DA ÁREA RURAL DE CASCAVEL - PR AOS DIREITOS GARANTIDOS POR MEIO DA POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**. 2015. (125 p.). Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social) - Faculdades ITECNE, Grupo Educacional ITECNE, Cascavel. 2015.

ABSTRACT

This study aims to bring a little of the history of social assistance in Brazil, where initially there were not responsible for providing it to the poor and helpless, leaving this commission to the laity, religious and volunteers. The work was considered mandatory and painful and only the employee was entitled to assistance. Over this period there were some developments in relation to social assistance, however, nothing that change this condition, getting this portion of the unattended population for long years. Initiatives in this area had been facing to the working class as a strategy to maintain the workforce and capitalist production, continuing the poor and also the unemployed without any assistance, because this is first returned to formal worker. Finally the major mark of Social Assistance in Brazil is with the Federal Constitution of 1988, where assistance has become a public policy responsibility of the state and civil right of citizen. Before all social legislation sought to know in this study, how the users in rural areas have access to public policies guaranteed by PNAS and how does this offer to these residents through programs, projects and services. Finally brings the analysis of data collection which was conducted through interviews with residents of the rural area that are members of the Social Assistance Policy, countersigned the CRAS Volante and the technical team responsible for the provision of these services. Finally, this research has shown that the inhabitants of rural areas have difficulty to access the services guaranteed by Nacional Policy of Social Assistance, as well as the technicians face difficulties in actualize them because of the particularities of this population.

Keywords: Social Assistance; Social Rights; Difficulties of acess to rights.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 01 – IDADE DOS PARTICIPANTES	71
GRÁFICO 02 – RENDA FAMILIAR.....	72
GRÁFICO 03 - ORIGEM DA RENDA FAMILIAR	74
GRÁFICO 04 - QUANTAS PESSOAS RESIDEM COM O ENTREVISTADO	76
GRÁFICO 05 - ESCOLARIDADE DO ENTREVISTADO	77
GRÁFICO 06 - SERVIÇOS DA PNAS QUE O ENTREVISTADO TEM CONHECIMENTO ..	78
GRÁFICO 07 - ACESSO AOS SERVIÇOS DA PNAS EM SEU MUNICÍPIO	80
GRÁFICO 08 - SERVIÇOS QUE O ENTREVISTADO JÁ ACESSOU	81
GRÁFICO 09 - MOTIVO QUE LEVOU O ENTREVISTADO A PROCURAR O SERVIÇO ...	83
GRÁFICO 10 - COMO FICOU SABENDO DA EXISTENCIA DO SERVIÇO	86
GRÁFICO 11 - COMO CONSEGUIU ACESSAR O SERVIÇO/PROGRAMA	87
GRÁFICO 12 - SENTIU DIFICULDADE EM ACESSAR O SERVIÇO/PROGRAMA.....	90
GRÁFICO 13 - DIFICULDADE ENCONTRADA PARA ACESSAR O SERVIÇO/PROGRAMA	90

LISTA DE SIGLAS

Als - Atos Institucionais

BPC - Benefício de Prestação Continuada

CAD - Cadastro Único

CEMEIS - Centros Municipais de Educação Infantil

CF - Constituição Federal

CIBs - Comissões intergestoras Bipartite

CIT- Comissões Intergestoras Tripartite

CLT - Consolidação das Leis Trabalhistas,

CNAS - Conselho Nacional de Assistência Social

CRAS - Centro de Referência e Assistência Social

CRAS Volante - Centro de Referência e Assistência Social Volante

CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social

CREAS POP – Centro de Referência Especializado em População em Situação de Rua

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente

FEBEMs - Fundações Estaduais do Bem-Estar do Menor

FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

FUNABEM - Fundação Nacional do Bem Estar do Menor

IAPs - Institutos de Aposentadorias e Pensões,

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDEC - Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor

INPS - Instituto Nacional do Previdência Social

LA - Liberdade Assistida

LBA - Legião Brasileira de Assistência

LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social

LOPS - Lei Orgânica da Previdência Social

MDS - Ministério do Desenvolvimento social

NOB - Norma Operacional Básica

NOB - RH- Norma Operacional Básica de Recursos Humanos

NOB - SUAS- Norma Operacional Básica do SUAS-

PAEFI - Proteção e Atendimento Especializado à Famílias e Indivíduos

PAIF- Proteção e Atendimento Integral a Família

PASEP - Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público

PIS - Programa de Integração Social -

Plano SALTE - Saúde, Alimentação, Transporte e Energia

PNAD - Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio Contínua

PNAS - Política Nacional de Assistência

PSB - Proteção Social Básica

PSC - Prestação de Serviço à Comunidade

PSE - Proteção Social Especial

SCFV - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

SINPAS- Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social

SNAS - Secretaria Nacional de Assistência Social

SUS - Sistema Único de Saúde

SUAS - Sistema Único de Assistência Social

USF - Unidade de Saúde da Família

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1. ANÁLISE DA HISTÓRIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL	16
1.1. COMPREENDENDO A ORIGEM DOS DIREITOS CIVIS E SOCIAIS NO BRASIL	21
1.2 A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988: A GARANTIA DOS DIREITOS	35
1.2.1 A Política Pública de Assistência Social: uma breve consideração ...	39
2. LEGALIDADE DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL	41
2.1 A POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - PNAS	45
2.2 A IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SUAS	50
2.3 TIPIFICAÇÃO NACIONAL DOS SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS.....	58
2.3.1 Serviços da Proteção Social Básica	58
2.3.2 Serviço de Proteção Social Especial de Média Complexidade e Alta Complexidade	62
2.4 O CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CRAS.....	65
3. RESULTADO E ANÁLISE DOS DADOS	68
3.1 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS.....	71
3.2 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS DAS ENTREVISTAS REALIZADAS COM OS TÉCNICOS DO CRAS VOLANTE	94
CONSIDERAÇÕES FINAIS	107
REFERÊNCIAS.....	111
APÊNDICES	114
APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	115
APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO DE ENTREVISTA COM TÉCNICOS DE NÍVEL SUPERIOR DO CRAS VOLANTE	118
APÊNDICE C - QUESTIONÁRIO DE ENTREVISTA COM USUÁRIOS.....	121

INTRODUÇÃO

Ao retratarmos sobre o processo histórico da Política de Assistência Social no Brasil, está muito longe de ser reconhecida como política pública, era praticada ao “assistido” por leigos e religiosos, posteriormente por entidades filantrópicas, transformando-se em dominação. Todas as formas de assistência, no decorrer da formação social e histórica brasileira sempre foram de cunho coercitivo, obrigando os cidadãos pobres ao trabalho, de caráter punitivo, ao considerar os pobres como vagabundos e as situações decorrentes da pobreza sempre tratadas como caso de polícia. O cidadão não possuía direitos assegurados e os que estavam garantidos na forma da lei, como nas constituições, estavam postos somente no papel, não sendo cumpridos na íntegra.

A relação estabelecida para ter direito a algum tipo de “assistência” era na forma de favores, de patrão com empregado e de compadrio, fatos estes que perduraram por muitas décadas e de certa forma, com novas roupagens, que presenciamos ainda na contemporaneidade, apesar de todos os avanços.

Estas relações de subalternidade e dependência são traços históricos que vem desde o período escravocrata, perpassando o período imperial e segue ainda no regime coronelista, em que os coronéis detinham o poder e dominavam a população em favorecimento próprio, fortalecendo relações de troca de favores, e nestas, presentes a forma de assistência deste período.

Com a emergente necessidade da força de trabalho, no período da industrialização, algumas iniciativas são tomadas, porém sempre com intenção de manutenção da força de trabalho, sendo que a assistência era direcionada somente ao trabalhador e quem não trabalhava ficava a mercê da caridade ou sem nenhuma assistência.

Na trajetória da assistência, posterior a este período, viveu-se o processo da ditadura militar, fato marcante para a história brasileira, pois neste período foram renegados todos os direitos, não somente os sociais, mas também os civis, políticos e humanos, ao reprimir quaisquer manifestação da população que se opusesse ao regime vigente, práticas de punição e opressão que marcou uma história triste para muitas famílias brasileiras. Foram praticamente vinte anos de repressão e supressão de direitos em que a assistência oferecida pelo Estado direcionou-se mais a classe

trabalhadora como forma de manutenção da produção capitalista, ao mesmo tempo em que concediam-se direitos trabalhistas mantinha-se a classe trabalhadora "satisfeita", impedindo manifestações e ganhando confiança dos grandes capitalistas.

Foi pelo descontentamento da população que iniciou-se os movimentos sociais, que deram origem a Constituição Federal de 1988. Através da Constituição foram colocados os direitos sociais como dever do Estado e direito do cidadão. A assistência desde então, passa a ser um dever do Estado, constituindo o tripé da seguridade: a Assistência Social para quem dela necessitar; a saúde como garantia universal e a previdência para quem nela contribuir.

Visando regulamentar o que está previsto na Constituição, em 1993, foi instituída a Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, que coloca a assistência como não contributiva, prevê os mínimos sociais e estabelece padrões e especificações para ordenar a Assistência Social, esta tida como direito que exige leis definidas, regulamentos e critérios objetivos (BRASIL, 1998).

Ao adentrar no campo de estágio, sendo este um serviço da Política de Assistência Social, surgiu-nos uma inquietação dando a iniciativa de realizar este trabalho de conclusão de curso, que trouxe como tema o acesso que os moradores da área rural do município de Cascavel tem em relação aos serviços programas e projetos previstos na legislação social, em especial na LOAS e na Política Nacional de Assistência Social (PNAS) Considerando que as normativas legais não fazem nenhuma distinção em relação ao atendimento e ao acesso das populações urbanas ou rurais.

O referido estudo tem como problemática descobrir: qual a condição de informação e acesso que os moradores da área rural têm em relação aos direitos sociais garantidos pela PNAS e ofertados através do CRAS Volante?

Em seus objetivos procurou identificar se a população da área de abrangência do CRAS Volante, está tendo acesso aos direitos sociais garantido pela PNAS, buscou analisar o nível de acesso, de informação e compreensão que estes têm sobre seus direitos, bem como a atuação do CRAS Volante em relação à promoção da Política de Assistência Social, a qual é de direito dos cidadãos garantido desde 1988.

Levantada a problemática, a partir da observação e da experiência obtida por meio do estágio curricular junto ao CRAS Volante, que atende exclusivamente a

área rural do município de Cascavel, as hipóteses correlacionadas eram de que, às condições de acesso às Políticas Sociais no meio rural se dão de forma diferente em relação ao meio urbano, seja pelas dificuldades existentes relacionadas à distância, as condições geográficas que em alguns lugares dificulta a chegada da equipe, causando uma distância mais acentuada do usuário aos serviços e vice versa.

Assim, visando situar o leitor dentro do contexto que envolve a Política de Assistência Social no Brasil, este trabalho de conclusão de curso será descrito em três capítulos.

No primeiro capítulo será apresentado um resgate histórico sobre a Assistência Social no Brasil, como se dava a efetivação dos direitos aos pobres e necessitados. Este capítulo também coloca os direitos civis, sociais e políticos, os quais estão previstos nas constituições já existentes no país, traz um apanhado de todas elas até a Constituição de 1988, fazendo uma abordagem sucinta desta Constituição e as leis que regulamentam os textos constitucionais, mais precisamente a PNAS.

No segundo capítulo, será apresentado ao leitor toda a normativa legal da Política de Assistência Social, a partir da Constituição de 1988, as quais trouxeram inovações na área da Assistência Social brasileira ao tornar a assistência um dever do Estado e direito do cidadão.

O terceiro capítulo deste trabalho apresenta a pesquisa e análise dos dados, que foram obtidos através das entrevistas junto a uma amostra da população da área rural, de abrangência do CRAS Volante, público alvo de nossa inquietação. Bem como será apresentada e analisada as entrevistas realizadas com os técnicos de nível superior que trabalham nesta CRAS, visando fazer um comparativo com as respostas obtidas dos usuários deste serviço. A apresentação dos dados obtidos com as entrevistas se dará por meio de gráficos e, em alguns momentos, das falas dos entrevistados.

Ao final, acreditamos que os objetivos ora propostos e que eram fruto inicial de nossa inquietação puderam ser desvelados e respondidos. Diante disso, a partir de todo embasamento e análise que será apresentado no decorrer, estaremos ao final, enquanto pesquisadoras apontando sugestões para a problemática apresentada.

Boa leitura.

1. ANÁLISE DA HISTÓRIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL

O contexto histórico no Brasil foi marcado por várias transformações na formação do Estado e constituição da sociedade civil, com características próprias advindas do processo cultural e político que foi sendo construído durante o período que permeia cada época.

A escravidão foi fato marcante na conjuntura da época e permanece ao longo dos Séculos XVI, XVII e XVIII, o que dificultava a busca por direitos civis e exercício da cidadania, sendo uma de suas características a submissão à relação de trabalho posta (COUTO, 2008, p.78).

Segundo Ianni (1989, *apud* Behring e Boschetti, 2011, p. 72), o escravismo trouxe influência nociva para sociedade brasileira no processo de formação cultural de valores e ideias. Os reflexos dessas influências perduram até os dias atuais, presentes nas relações sociais, de capital e trabalho, configurando entretanto, um Brasil capitalista maduro que carrega traços do passado.

A formação social brasileira no que diz respeito ao capitalismo, intensifica-se com a criação do Estado Nacional; surge a necessidade do Brasil ser independente, fato que ocorreu em 1822. Desde então começa um processo de mudanças na divisão do trabalho, emergindo na construção de uma diferente sociedade nacional.

[...] contudo, esse movimento é marcado pela ausência de compromisso com qualquer defesa mais contundente dos direitos do cidadão por parte das elites econômico-políticas, o que é uma marca indelével da nossa formação, fato que é fundamental para pensar a configuração da política social no Brasil. (FERNANDES, 1987 *apud* BEHRING; BOSCHETTI, 2009, p. 73).

Após a independência, o poder se organiza de outra forma havendo uma necessidade de romper com o passado, porém, o modelo social vigente era conservador não havendo autonomia suficiente para a construção de uma nação.

Segundo Couto (2008, p.78), um fator importante para o processo de formação e constituição dos direitos civis e sociais no Brasil, são as grandes propriedades, onde a lei maior são dos coronéis, os quais consideravam-se donos dos escravos e dos trabalhadores.

O coronelismo foi uma forma de poder que ficou conhecido pelo seu autoritarismo e sua opressão exercidos por chefes políticos diretamente ligados ao meio rural, modelo que se verificou em todo o país, mas em especial no Nordeste. No campo político brasileiro, notadamente durante a República Velha compunham um modelo oligárquico de manutenção de poder onde nos Estados os coronéis garantiam a perpetuação do mesmo grupo político no controle do governo estadual e estes mantinham nos municípios sempre alguém ligado ao "coronel" mais poderoso (TEODÓSIO; OLIVEIRA; RODRIGUES, 2012, [s.p.]).

Segundo as autoras, no regime Imperial¹ o coronelismo já era realidade, porém, é no período da "República Velha" (1889-1930), que este modelo se consolida relacionando-se a um regime político demonstrado pelo poder mantido nas mãos de um, geralmente possuidor de bens, sendo este a peça chave, o coronel.

As autoras relatam que os coronéis manipulavam a população através de favores e em troca teriam de eleger o político de sua escolha, caso contrário, poderiam perder o benefício e sofrer consequências como o uso da violência. Este voto forçado, recebeu o nome de "voto de cabresto", sendo que nesta época o voto não era secreto e os coronéis então sabiam quem desobedecia suas ordens.

Ao enfatizarmos este breve relato da formação histórica brasileira, nos deteremos na sequência, ao processo de constituição da Política de Assistência Social no Brasil.

A assistência ao outro, de acordo com Sposati *et al* (2010, p. 40), é praticada desde a antiguidade. A comiseração social para com os necessitados, viajantes, enfermos se manifesta de diversas formas e com o passar do tempo passa a ser exercida também por grupos de filantropia e entidades religiosas.

Esta ajuda se guiou pela compreensão de que na humanidade haverá sempre os mais frágeis, os doentes, etc., que não conseguirão reverter sua condição carecendo de ajuda. O homem é naturalmente um ser dependente, pleno de necessidades e carecimentos. Superá-los é sempre seu desafio e busca (SPOSATI *et al*, 2010, p. 40).

As instituições de caridade, segundo a autora supracitada, são criadas desde a Idade Média pelos leigos e religiosos, entretanto, a caridade para com os pobres vai se transformando em dominação. Posteriormente com a expansão capitalista e o aumento da pobreza, o Estado toma a assistência como forma de benemerência conduzindo à ajuda da sociedade civil.

¹Este período teve início em 1822, com a Proclamação da Independência e durou até 1889, quando foi instaurada a República (Portal Brasil, 20014).

No caso Brasileiro é possível afirmar, salvo exceções, que até 1930 a consciência possível em nosso país não apreendia a pobreza enquanto expressão da questão social. Quando esta se insinuava como questão para o Estado, era de imediato enquadrada como "caso de polícia" e tratada no interior de seus aparelhos repressivos. Os problemas sociais eram mascarados e ocultados sob forma de fatos esporádicos e excepcionais. A pobreza era tratada como disfunção social dos indivíduos (SPOSATI *et al*, 2010, p. 41).

O Estado agia somente como meio de apoio e fiscalização, conforme a autora supracitada, enquanto transferia à sociedade civil e a organismos religiosos o cuidado de tais situações.

Conforme abordado por Silva (2012, p. 20), o ato de concessão coloca uma grande distância entre conceder direitos e conquistar direitos, sendo que a construção histórica do Brasil carrega traços de uma sociedade dependente por seu caráter escravocrata. Neste momento, a assistência destinada aos pobres, doentes e incapacitados, organizada pela sociedade civil através de organizações com fim caritativo é desenvolvido em três eixos que são: a igreja como ação de benevolência, a concepção higienista, e na política realizada com intuito clientelista.

A discussão sobre direitos civis² iniciou-se no Sec. XVIII, relacionados a liberdade e a vida, conforme aponta Couto (2008, p. 46), ainda neste período convivia-se com a escravidão. Mulheres, crianças e índios sofriam exclusão.

As sociedades pré-capitalistas não privilegiavam as forças de mercado e assumiam algumas responsabilidades sociais, não com o fim de garantir o bem comum, mas com intuito de manter a ordem social e punir a vagabundagem. Ao lado da caridade privada e de ações filantrópicas, algumas iniciativas pontuais com características assistenciais são identificadas como protoformas de políticas sociais (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 47).

Conforme a autora, o "pobre" nesta época era visto como um criminoso e vagabundo, logo era tratado por meio de repressão, e a ajuda apenas era destinada aos mais "pobres dos mais pobres", sendo prestada por meio de assistencialismo e caridade.

² A luta pela universalização dos direitos considerados civis inicia-se com a Revolução Francesa em 1789 ganhando maior ênfase após as guerras mundiais de 1914 e 1940, pois torna-se urgente a mão-de-obra para produção e regulação da economia (COUTO, 2008, p. 46).

Algumas legislações são relatadas como as leis inglesas desenvolvidas antes da Revolução Industrial, conforme Polanyi (2000, [s.p.]) e Castel 1998, *apud* Bhering; Boschetti 2011, p. 47-48). Apresentavam-se com cunho coercitivo e o trabalho era obrigatório; todos deveriam trabalhar como forma de sobrevivência, não poderiam mendigar e os que estavam em condições de trabalho submetiam-se ao salário oferecido.

É no contexto da Revolução Industrial, na formação da economia capitalista de mercado, mas sobretudo na formação da classe trabalhadora, que se forjam as questões sociais que vão marcar época. Portanto, a compreensão da formação desse sistema econômico, assim como as implicações sociais a eles relacionadas, especialmente a Assistência Social, contribuirá para uma maior aproximação do nosso objeto, que se relacionará com a questão dos direitos sociais e a cidadania (SCHONS, 2008, p. 66).

Conforme aponta a autora, a *Poor Law*³ que data do ano de 1601, denominada Elisabetana foi implantada na Inglaterra em 1834, responsável pela condução da assistência destinada aos pobres no decorrer desta época e a *Speenhamland Law*⁴, data de 1795 a 1834, ambas de caráter seletivo e humilhante pois separavam os pobres por merecimento, sustentadas pelo dever moral e ajuda sem perspectiva de promoção de direitos.

Esta lei era contrária aos direitos civis, conforme Polanyi (1980 *apud* Schons 2008, p. 67) limitando-os, pois mesmo as pessoas sendo considerados livres e com igualdade perante a lei, não permitia liberdade de escolha do tipo de trabalho e onde realizá-lo.

Podemos observar que a assistência era apenas uma forma de manter a ordem posta através das leis dos pobres e para receber esta assistência teriam que negar sua própria cidadania, ou seja, submeter-se a condição de miserável e necessitado para desta forma serem vistos.

Por essa lei, os pobres abdicaram de seus direitos civis e políticos em troca de sua manutenção pela coletividade. Por meio de uma taxa, paga pelos cidadãos, e com a preocupação de que os pobres representavam um

³ "Poor Law de 1601, também chamada Elisabetana, foi revogada pela Poor Law de 1834, esta lei que conduziu o modelo de Assistência aos pobres por um extenso período; Instituiu uma taxa a ser paga ao benefício dos pobres e um subsídio em dinheiro" (SCHONS, 2008, p. 66). Conforme Polanyi (1980, *apud* Schons 2008, p. 67), esta lei proibia a mendicância e obrigava os pobres a trabalhar, quem não trabalhasse era severamente punido e a assistência era relegada a Igreja.

⁴ A Speenhamland Law, conhecida como um sistema de abonos, fornecia um auxílio às famílias, em forma de abonos até completar a ração mínima, independente se essas estivessem ou não empregadas (SCHONS, 2008, p. 69).

problema para ordem pública e de higiene para coletividade, o tratamento deveria ser feito pelas paróquias que tinham a tarefa de controlá-los (COUTO, 2006, p. 63).

Atender a população desta forma, evitaria que a presença dos pobres se tornasse uma ameaça, a qual seria incômoda para sociedade e poderia prejudicar o desenvolvimento capitalista. A idéia que os liberais defendiam sobre as políticas sociais neste período é de que, a tutela concedida pelo Estado, não incentiva a competição e o sentimento de empreendedor que aguça o crescimento do capital.

Quanto a *Speenhamland Law*, conforme Schons (2008, p. 69), esta lei assistiu aos pobres na Inglaterra, no período de 1795 a 1834, mantinha um modelo de abono com intenção de completar a renda familiar.

Essa lei baseada em abonos foi efetivamente algo novo e surpreendente para o espírito da época, tempo em que o liberalismo se afirmava no campo econômico como um sistema auto-regulado pelo mercado. Foi considerada ainda como "marca e símbolo do final de uma época" ou então, "como origem de nossa época" [...] (POLANYI, 1980 *apud* SCHONS, 2008, p. 69).

Para a autora supracitada, a lei colocou uma ordem social e econômica que resumia-se em apenas o direito de viver.

O fundamento construtor dessas leis, segundo Polanyi (2000, *apud* Behring e Boschetti 2011, p. 48), era forçar a atividade laborativa aos que estavam em condições de trabalho, e a atuação assistencial era com intuito de que o trabalhador se sustentasse com o próprio trabalho, junto ao labor forçado, incluíam ações que ofereciam ajuda mínima.

Se estas legislações sociais pré-capitalistas, eram punitivas, restritivas e agiam na intersecção da Assistência Social e do trabalho forçado, o "abandono" dessas tímidas e repressivas medidas de proteção no auge da revolução industrial lança aos pobres à "servidão da liberdade sem proteção", no contexto de plena subsunção do trabalho ao capital, provocando o pauperismo como fenômeno mais agudo decorrente da chamada questão social (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 51).

Os trabalhadores começaram a fazer greves e manifestações, buscando melhoria das condições de trabalho no que se refere a carga horária, salários, sendo que esta luta de classes expõe a "Questão Social"⁵ e dá origem as suas diversas expressões.

⁵ Para Iamamoto (2012, p. 47), a "Questão Social" é apreendida como um conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura que tem uma raiz comum: a produção social é

As políticas sociais e os modelos de proteção social são a abertura e retorno à maneira de enfrentar as diversas Expressões da “Questão Social” na sociedade capitalista, na qual tem origem na relação que se advém da exploração do capital sobre o trabalho, conforme Netto (1992 *apud* Behring e Boschetti 2011, p. 51).

O autor refere que a “Questão Social” se manifesta em suas direções e de certa forma as pessoas buscam maneiras de enfrentá-la. A “Questão Social” tem sua origem nas formas em que os homens produzem em um período histórico determinado e dão continuidade no âmbito da reprodução social, incluindo nesta reprodução a cultura, as condições de vida e a produção da riqueza.

Em se tratando do cenário brasileiro, em relação às políticas sociais para Marx, (1988, p. 137 *apud* Behring e Boschetti 2011, p. 54-55), no período que compreende a segunda metade do Século XIX, os trabalhadores reagiam a exploração acentuada, proveniente da mais valia absoluta⁶, através do prolongamento do tempo trabalhado. Também característica neste momento da mão de obra feminina, infantil e de idosos.

Visando uma melhor compreensão quanto a origem das políticas sociais brasileiras, em especial a Política de Assistência Social, na sequência faremos um breve apanhado aprofundando a temática.

1.1. COMPREENDENDO A ORIGEM DOS DIREITOS CIVIS E SOCIAIS NO BRASIL

Visando melhor entendimento sobre os direitos civis e sociais, faremos um esboço sobre as constituições brasileiras no que se relaciona a garantia destes. Para isso, precisamos inicialmente compreender para que serve uma Constituição em uma nação?

A constituição de um país, por exemplo, fixa as bases da organização social e, ao mesmo tempo, indica os princípios para aplicação do direito. Quando

cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação de seus frutos, mantêm-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade.

⁶ Para Marx, produção de mais-valia absoluta é um modo de incrementar a produção do excedente a ser apropriado pelo capitalista. Consiste na intensificação do ritmo do trabalho, através de uma série de controles impostos aos operários, que incluem da mais severa vigilância a todos os seus atos na unidade produtiva até a cronometragem e determinação dos movimentos necessários à realização das suas tarefas. O capitalista obriga o trabalhador a trabalhar a um ritmo tal que, sem alterar a produção da jornada, produz mais mercadorias e mais valor (PINTO, 2012, [s.p.]).

legítima, a constituição representa um imperativo contra a arbitrariedade, a tirania e o opróbrio, além de orientar a interpretação das leis. Na verdade as liberdades públicas dão existência a constituição: elas a mantêm e fortalecem-na (VIEIRA, 2007, p. 30).

Para os portugueses, o fato do Brasil se tornar independente não era interessante, pois queriam que este continuasse submisso e dependente aos interesses de Portugal (COUTO, 2008, p. 83).

Um País independente exigia uma constituição que o organizasse. E a organização e a formatação dessa constituição passou a retratar, especialmente no campo dos direitos, os elementos da sua herança histórica: dependência política, processo de trabalho escravocrata e relações de poder, centralizada nos grandes proprietários (COUTO, 2008, p. 82).

A existência persistente do trabalho escravo teve impactos importantes no processo de transição para o trabalho, não existindo articulação do movimento operário em estimular a luta e a disputa. Sendo assim, o trabalho livre germina articulado ao modo paternalista de tirania e comodismo posto pela sociedade atual, transfigurando o trabalho livre como continuação e desenvolvimento do trabalho escravo.

Fato este que perdurou por longo período no Brasil, tendo o trabalho baseado no regime escravocrata, sem reconhecimento do seu verdadeiro valor e como algo obrigatório e doloroso.

Diante disso, conforme a autora supracitada, foi criada a Constituição de 1824, que aponta em seus artigos a liberdade individual, o preceito da educação primária gratuita, a liberdade de pensamento e expressão, direito ao voto – somente os cidadãos homens com renda -, a igualdade de todos perante a lei, entre outros.

Neste período houve também a organização do Estado nos poderes executivo, judiciário, legislativo e moderador. No entanto, conforme destaca Couto (2008, p. 86), havia contradição do que estava na lei e o que realmente acontecia, sendo o acesso as garantias somente para pequena parte da população enquanto a escravidão mantinha-se.

Prover as necessidades sociais ficou por conta dos proprietários para com seus trabalhadores e aos marginalizados, por conta dos religiosos, filantropia e iniciativa privada sem a interferência do Estado.

O tratamento ao povo que reclamava por suas demandas era feito por intermédio de mecanismos ora de privilégios, ora de repressão, fenômenos esses historicamente presentes na sociedade. Se era de interesse do projeto da elite nacional, haviam movimento para sua concessão; caso contrário, a repressão era utilizada como instrumento de desmonte dos movimentos pela garantia dos mesmos (COUTO, 2008, p. 89).

É relevante a percepção de que os direitos sociais no Brasil resultam da luta de classes e expressam convergência de forças. De um modo, os direitos sociais, trabalhistas e previdenciários são reivindicados por manifestações operárias, de outro, demonstra que a classe dominante legitima-se ao restringir direitos sociais e políticos como se mostra no período da ditadura militar que se concretizam como préstimo e favor.

[...] A distância entre a definição dos direitos em lei e sua implementação real persiste até os dias de hoje. Tem-se também uma forte instabilidade dos direitos sociais, denotando a sua fragilidade, que acompanha uma espécie de instabilidade institucional e política permanente, com dificuldades de configurar pactos mais duradouros e inscrever direitos inalienáveis (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 79).

No entanto, o cenário que se apresenta pela formação social brasileira, é diverso conforme Prado Jr. e Fernandes (2000 *apud* Behring e Boschetti (2011, p. 79), pois as políticas sociais são marcadas por instabilidade, segmentação e restrição e estas têm relação com a luta de classes que, mesmo com o movimento de radicalização, passam pelas marcas da escravidão e conflitos e que a classe dominante nunca esteve comprometida com os direitos redistributivos e democráticos.

Em 1891, foi elaborada uma nova Constituição, que traz basicamente os mesmos direitos da Constituição de 1824, segundo Couto (2008, p. 92), com algumas diferenças como a ampliação do voto as mulheres. Porém, o governo mantinha-se árbitro das relações sociais permanecendo a exclusão de parte da população que não tinha o perfil obreiro. Os direitos escritos na Constituição não eram efetivados, a relação que se estabelecia era de compadrio e da dádiva e o direito sob concessão, características que marcam a sociedade brasileira por vários movimentos e regimes políticos. Constroem uma relação de dependência entre os que detêm a riqueza e os que estão a margem sem direitos sociais reconhecidos enquanto cidadãos.

Procuramos então, compreender a Assistência Social no Brasil a partir da década de 30, período em que se segue a construção histórica, econômica, política e social do país, fase esta, caracterizada pela implantação da ditadura Vargas.

Na década de 30, Getúlio Vargas está à frente de uma grande aliança de forças, caracterizando um Estado de compromisso e lançando a vastas mudanças no Estado e sociedade brasileira, que se deram sob uma ditadura e sistema de modernização conservadora, conforme destacam (BEHRING e BOSCHETTI, 2011, p. 105-106). Na agenda de mudanças, também conforme as autoras, estavam presentes, além da concepção do crescimento econômico, a pendência de regulamentação do trabalho e o confronto com a “Questão Social”.

A regulamentação das relações entre capital e trabalho foi a tônica do período, o que parece apontar uma estratégia legalista, na tentativa de interferir autoritariamente, via legislação, para evitar conflito social. Toda a legislação trabalhista criada na época embasava-se na idéia do pensamento liberal brasileiro, onde a intervenção estatal buscava harmonia entre empregadores e empregados. Era bem-vinda, na concepção dos empresários, toda iniciativa do Estado que controlasse a classe operária. Da mesma forma, era bem-vinda por parte dos empregados, pois contribuía para melhorar suas condições de trabalho (CARONE, 1991 *apud* Couto, 2008, p. 95).

A forma de governar de Vargas combinava a repressão através do enfrentamento aos movimentos com a polícia. Seu projeto político pautava-se na regulação das leis de trabalho, buscando alterar a luta de classes para cooperação de classes.

Assim, é possível perceber a estratégia de governo de Vargas que associava a repressão por um lado, como forma de manter o poder e controle da classe trabalhadora, e por outro, a concessão de benefícios, principalmente na área trabalhista, mantendo os trabalhadores, de certa forma, como aliados e conquistando também os empresários, pois estes necessitavam manter a produção.

Algumas das relevantes medidas criadas neste período, referidas na pesquisa de Draibe (1990) e Faleiros (2000) *apud* Bhering e Boschetti (2011, p. 106), relacionadas ao trabalho, baseados na cobertura que já existiam em países desenvolvidos seguindo uma ordem como regulação de acidentes de trabalho, aposentadoria e pensões, auxílio doença, maternidade, entre outros, todas muito ligadas a Categoria Trabalho.

O Ministério do Trabalho foi criado em 1930 e a Carteira de Trabalho em 1932. Esta dava direito de cidadania, demonstrando assim, o sistema de governo existente neste período, corporativo e fragmentado, longe da ótica de universalização de direitos. Neste período ampliavam-se os sistemas de Previdência

Pública, sob forma contributiva iniciando pelo IAPs - Institutos de Aposentadorias e Pensões, que dão cobertura a riscos relacionados ao prejuízo da capacidade ao trabalho por doença, invalidez, morte e velhice (BHERING; BOSCHETTI, 2011, p. 107).

Também nesta década de 30, conforme a autora, são implantados o Ministério da Educação e Saúde Pública. Até então, não havia uma política nacional de saúde, o Estado começa a intervir por dois ângulos sendo um, a saúde pública, orientada através de campanhas sanitárias, sob o controle do Departamento Nacional de Saúde, criado em 1937 e o outro, a medicina previdenciária inerente aos IAPs, para os que possuíam acesso.

Já relacionado à Assistência Social, Draib e Aureliano (1989 *apud* Bhering e Boschetti 2011, p. 107), não é possível identificar o que abrange esta política por se apresentar de caráter fracionado, desorganizado, sem definição de suas representações.

Em 1934, uma nova Constituição foi criada por Vargas, esta amplia os direitos sociais trazendo a legislação trabalhista, o salário mínimo, jornada de oito horas, repouso semanal, férias e amparo aos desvalidos, entre outros.

No período de 1930 a 1964, o contexto histórico brasileiro foi marcado por características peculiares de cada governo que assumiu uma política centrada em organizar as relações entre capital e trabalho, com estratégias legalistas de regulação com intuito de evitar conflitos entre empregado e empregador (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 109).

Em 1937, período de início das Políticas Sociais brasileiras, tem seu resultado com elaboração da Constituição. Neste ano intensifica-se a necessidade de valorizar a categoria trabalho por parte do Estado, aponta Santos, (1987 *apud* Bhering e Boschetti, 2011, p. 108), este formulou legislações baseadas em um Estado Social autoritário, regulatório e assistencialista, corporativo e clientelista ao consagrar privilégios e conceder benefícios.

Direcionou os direitos civis em consonância com ideias liberais e trouxe a liberdade perante a lei. Porém, muitos continuaram afastados dos direitos políticos, como os analfabetos – que não poderiam votar - e quanto aos direitos sociais, permitia associações e reuniões, no entanto considerava a greve antissocial e nociva.

No campo dos direitos sociais, novamente a área trabalhista ganhou ênfase, mas houve uma intervenção maior do Estado, com uma regulação mais dura em relação à organização dos trabalhadores, proibindo inclusive manifestações de greve. Também nessa área ampliou os benefícios as classes menos favorecidas, indicando a obrigatoriedade de o Estado fornecer o ensino pré- vocacional e o educacional. Dessa forma, buscou ampliar o leque de opções de mão de obra para o projeto de desenvolvimentismo via industrialização em curso e também a legitimidade do governo perante a população pobre. É preciso não esquecer que essa constituição foi encomendada literalmente pelo presidente (COUTO, 2008, p. 102).

A legitimidade do governo também se consolida com a criação da LBA – Legião Brasileira de Assistência – em 1942, que teve como coordenadora a primeira dama, Darci Vargas. Conforme destaca Couto (2008, p. 103), a LBA tinha como principal objetivo assistir as famílias dos pracinhas que estavam na guerra e posteriormente estendeu-se a população pobre e a área materno infantil.

Posteriormente, a LBA vai se configurando como instituição articuladora da Assistência Social no Brasil, com uma forte rede de instituições privadas conveniadas, mas sem perder essa marca assistencialista, fortemente seletiva e de primeiro-damismo, o que só começará a se alterar muito tempo depois com a constituição de 1988 (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 108).

Ao analisar o governo de Vargas (1930 a 1945) pode-se destacar que em se tratando da Política da Assistência Social, pouca coisa avançou. Vargas estava mais preocupado com questões trabalhistas na tentativa de evitar o movimento operário, do que em prover mínimos sociais aos miseráveis que não conseguiam seu sustento via mercado de trabalho.

Também neste governo, conforme aponta Couto (2008, p. 103), em 1943 houve a criação Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT , a qual instituiu a Carteira de Trabalho e alguns direitos como a jornada de trabalho, que passou a ser de oito horas diárias, remuneração de férias, salário maternidade e a criação da área de segurança e medicina do trabalho.

O perfil das políticas sociais no período de 1937 a 1945 foi marcado pelos traços de autoritarismo e centralização técnico- burocrático, pois emanavam do poder central e sustentavam-se em medidas autoritárias. Também era composto por traços paternalistas, baseavam-se na legislação trabalhista ofertada como concessão e numa estrutura burocrática e corporativa, criando um aparato institucional e estimulando o corporativismo na classe trabalhadora (COUTO, 2008, p. 103-104).

Este perfil de políticas sociais neste período, conforme a autora, visavam o fortalecimento da indústria, reprimindo direitos sociais e trabalhistas gerando um descontentamento da classe que começa a se manifestar publicamente. Com isto, Vargas enfraqueceu o seu poder sendo deposto do cargo em outubro de 1945.

Conforme Couto, (2008, p. 105), em 1946, no governo de Eurico Gaspar Dutra, é elaborada nova Constituição, que traz em seus artigos o reconhecimento do direito à greve e proíbe o voto aos analfabetos. No campo dos direitos sociais, concede às gestantes o direito ao descanso antes e depois do parto, assistência à maternidade, à infância e à adolescência, assistência aos desempregados, entre outros.

A grande novidade da constituição de 1946 refere-se ao fato de ela ter abolido os instrumentos que cerceavam as liberdades dos cidadãos, garantindo-se, no campo dos direitos sociais, a liberdade de associação sindical e inclusive o direito de greve (COUTO, 2008, p. 105).

Segundo esta autora, os direitos sociais foram restritos em grande parte a área trabalhista, mais especificamente aos trabalhadores urbanos, mantendo os que estavam garantidos e colocando outros como o direito a Previdência Social e a realização de greve.

Outro fato importante do governo Dutra, segundo Couto, foi a implementação do Plano SALTE⁷ (Saúde, Alimentação, Transporte e Energia) que direcionava sua atuação para estas áreas específicas, sendo o primeiro governo a ter a preocupação com a “Questão Social”, planejando políticas de caráter econômico e social.

Nesse plano o Governo deu destaque principalmente para a área da saúde, o que se efetivou, em grande parte, apenas pelo discurso, uma vez que os recursos alocados na época eram insuficientes para a grandeza dos problemas (Fundação de Economia e Estatística, *apud* Couto, 2008, p. 107).

Já relacionado aos trabalhadores, segundo esta fonte, Dutra não era sensível às reivindicações da classe trabalhadora e mesmo tendo o direito de greve

⁷ No texto de exposição das razões do plano estão a política de valorização do homem que auxiliá-lo a curar as moléstias que o afligem ou ameaçam, facilitar recursos e instrumentos de trabalho que o habilitem a produzir maior quantidade e melhor qualidade de gêneros alimentícios, conceder-lhes os meios de transporte, para o integral povoamento e compensatória exploração do solo e finalmente colocar ao seu alcance a energia e combustíveis de que necessita para o maior rendimento de seu trabalho(Fundação de Economia e Estatística, 1983, *apud* Couto 2008, p. 107).

resguardado, as manifestações que ocorreram neste sentido foram desmoralizadas pelo então presidente Dutra.

Após este Governo, foi eleito novamente em 1951, Getúlio Vargas, através de voto direto e em seu governo:

O programa de governo Vargas de 1951-54 sustentou-se novamente na tentativa de controlar os trabalhadores por meio das políticas trabalhistas. A urgência por medidas na área social e as imposições sofridas pelos trabalhadores urbanos no seu processo de trabalho geram muitas manifestações públicas, uma vez que a estrutura sindical foi bastante atuante neste período (COUTO, 2008, p. 109).

Neste período, conforme Vieira (1995) e Carvalho (2002) *apud* Couto, (2008, p. 109), Vargas mantinha-se repressor às opiniões opostas. Houve, em seu governo a tentativa de assassinato de Carlos Lacerda⁸ o que resultou na morte de um oficial do Exército, contribuindo para que Vargas cometesse suicídio em 1954.

No ano seguinte, 1955, Juscelino Kubitschek é eleito presidente da república, seu plano de governo baseado no desenvolvimento econômico, almejava crescer 50 anos em 5. Desenvolveu um plano, conforme Couto (2008, p. 110), chamado Plano de Metas, onde foram realizados investimentos que priorizavam os setores de energia, transporte, indústria básica, alimentação e educação.

No entanto, conforme a autora supracitada, em seu governo a preocupação foi com o desenvolvimento econômico. No que se refere às políticas sociais, foi criada neste período a Lei Orgânica da Previdência Social (LOPS), e em 1966 foi criado o Instituto Nacional do Previdência Social (INPS).

Neste período, para os trabalhadores rurais, não haviam legislações de garantia e de proteção social, sendo que estes representavam a maior parte dos trabalhadores do País.

A reversão da concentração dos trabalhadores para zona urbana só aconteceu na década de 1970. Até então, a maioria dos trabalhadores brasileiros se concentrava no trabalho rural, sem assistência, a não ser aquela oriunda da relação pessoal com os empregadores, repetindo as condições de submetimento as regras impostas pelas oligarquias, que, em troca de apoio para os governos, exigia sua lealdade e a não- interferência estatal. Essa relação dificulta sobre-maneira a organização dos trabalhadores rurais (COUTO, 2008, p. 113-114).

⁸ Carlos Lacerda foi o principal opositor de Vargas, sofreu um atentado a morte pelas forças repressivas do governo, porém, quem foi atingido e morto foi um oficial do Exército (VIEIRA, 1995, [s.p]) e Carvalho (2002 *apud* Couto 2008, p. 109).

Os primeiros movimentos dos trabalhadores rurais, iniciou-se em 1955, através das Ligas Camponesas⁹. Das manifestações destes trabalhadores, resultou a criação do Estatuto do Trabalhador Rural em 1963, surgindo ainda, vários sindicatos. Em 1964, foi criada a Confederação dos Trabalhadores da Agricultura (COUTO, 2008, p. 114).

De 1930 a 1964, conforme a autora, foram nove governos e três Constituições, que tem seus textos inspirados nas constituições Européias deste período, trazem entre outros, a igualdade, a liberdade de expressão, a garantia da propriedade privada, a garantia de manifestações públicas, porém, usam de repressão aos movimentos que se opõem as suas ideias. Já os direitos civis que são centrados na igualdade perante a lei, não são evidenciados neste período e os direitos sociais são na sua maioria voltados a área trabalhista.

Configurou-se assim, um sistema de proteção social formulado a partir do Poder Executivo e orientado por uma política voltada ao trabalho urbano-industrial. Dessa forma, as políticas sociais podem ser caracterizadas como políticas de recorte seletivo, dirigindo-se a um grupo específico, e fragmentadas, pois responderam de maneira insuficiente às demandas (COUTO, 2008, p. 117).

Entretanto, as propostas governamentais eram voltadas para atender com prioridade as demandas provenientes do setor urbano e industrial; atender a este segmento como forma de mediação entre capital e trabalho.

Vive-se no Brasil neste período, uma estrutura de políticas sociais direcionadas à ações setoriais e mesmo havendo movimentos organizados por reivindicação de direitos, estes sempre tiveram controle do Estado, fundamentados na promoção de cidadania regulada.

As características desse período acabam por formatar, em grande parte, a trajetória dos direitos que foram, na sua maioria, mantidos nos textos constitucionais, no período subsequente. No entanto, essa nova trajetória político-social vivida no Brasil foi marcada por uma forma específica de intervenção do Estado, onde as ações de cunho militar são as que moldaram o contorno tanto das políticas econômicas como das sociais (COUTO, 2008, p. 119).

⁹ As ligas camponesas, segundo Carvalho, (2002 *apud* Couto 2008, p. 114), foram criadas em 1955, em benefício dos trabalhadores rurais, eram sociedades civis, seu líder era o deputado Francisco Julião e recebiam apoio financeiro de Cuba desde 1961.

A análise que podemos fazer deste período é da construção de um processo histórico, em se tratando da Assistência Social, baseado em repressão e supressão de direitos sociais, estando estes direitos presentes em várias Constituições as quais perpassaram ao longo de 34 anos. Porém, o olhar dos governantes não voltaram para a população, que muito timidamente buscou seus direitos, já que a cultura da época carregava traços de submissão, do coronelismo, do compadrio, tão fortes e marcantes na sociedade brasileira.

No ano de 1964, conforme Couto, (2008, p. 120), os militares assumem o poder, após o golpe militar¹⁰. Instala-se um novo período, onde as manifestações da população buscavam melhores condições de vida, que colaborou para que ocorresse o golpe militar com amparo das classe médias, grupos conservadores e capital estrangeiro.

Neste período de governo dos militares, segundo Couto (2008, p. 120), foram usadas estratégias para consolidar o projeto que tinha intenção de tornar o Brasil um País com grande desenvolvimento econômico, para isto usou de força e repressão.

Este momento histórico, segundo a autora, foi marcado por censura aos meios de comunicação, tortura, restrição de liberdade até mesmo de pensamento. Os métodos utilizados para manter o governo no poder foram os Atos Institucionais-AIs¹¹, estes para regular relações dos governantes com a sociedade.

No entanto, a constituição de 1946, não possuía mais sentido, visto que os AIs negavam qualquer tipo de direito civil e político. Em meio a esse processo, em 1967 foi promulgada a nova Constituição, que mantinha os direitos já presentes na Constituição anterior, porém só os teria quem se submetesse as normas colocadas pelo governo militar. "Várias foram as manifestações para denunciar os atos da ditadura, as quais de um lado demonstram o poder organizativo da

¹⁰ O golpe militar foi uma reação das classes dominantes ao crescimento dos movimentos sociais, os militares coligados com a enorme burguesia nacional e internacional, apoiados pelo governo norte americano, justificaram o golpe como meio de defender a ordem e as instituições da ameaça do comunismo (Habert 1996 *apud* Couto 2008, p. 119).

¹¹ Conforme Couto (2008, p. 121-122), os Atos Institucionais que foram promulgados ao longo do período de 1964-1985 trouxeram em seu bojo as arbitrariedades e os regimes de exceção enquanto patamares de relacionamento com a sociedade, que coloca os governantes numa posição de similaridade com os reis absolutistas dos Séculos XVI e XVII, retomando, desse modo a herança monárquica vivenciada ao longo do processo da formação histórica do Brasil, que já tinha começado a ser alterada pelos governos populares e democratas. Por outro lado, os atos institucionais apontam a forma de como os direitos civis, políticos e sociais eram concebidos e gestados, demonstrando, assim, os interesses dominantes desse período histórico.

população, de outro reforçam a política da censura e da repressão” (COUTO, 2008, p. 123).

O último dos atos institucionais foi o AI-5, este deu total poder de decisão ao governo e ao poder Executivo, que usou de autoridade para consolidação do atual regime. Este ato tornou a constituição de 1967 ultrapassada, conforme Couto, (2008, p. 125), “[...] e pra dar consequência ao AI-5 o governo editou a constituição de 1969”. Esta constituição manteve alguns direitos como os trabalhistas, a proibição do voto aos analfabetos, porém, não havia garantia de voto, sendo acionando o regime vigente em caso de eminente perigo ao Governo.

O Brasil, vive na década de 70, de um lado a repressão e supressão de direitos sociais e de outro um acentuado desenvolvimento econômico com índices positivos, o que obteve o nome de “Milagre Econômico”, segundo Habert (1996 *apud* Couto, 2008, p. 127-128). Isto resultou na concentração de renda nas mãos de alguns, enquanto a pobreza aumenta para outros. Também neste período há um aumento significativo da dívida externa, em virtude do empréstimo de capital estrangeiro visando “desenvolver” a nação brasileira.

Conforme aponta a autora, neste momento esse crescimento econômico assegurava-se em três eixos que eram: a usurpação dos trabalhadores em consequência do aperto salarial, as precárias condições de trabalho, a repressão e a intervenção do Estado que promovia a solidificação do capital.

Em relação as medidas de cunho social na época, o período da ditadura foi pródigo em constituir um corpo constitucional tecnocrático para responder as demandas sociais e do capital. Atuou setorialmente e expandiu o número de instituições [...] (Couto, 2008, p. 128).

Entre estas instituições, conforme aponta a autora supracitada, estão medidas criadas pelo governo como o FGTS- Fundo de Garantia por Tempo de Serviço criado em 1966 e o INPS – Instituto Nacional de Previdência Social – unificando a previdência. Foram também estendidos os benefícios previdenciários aos trabalhadores rurais, autônomos e domésticas.

Uma tentativa de solucionar um dos problemas sociais da época em relação ao menor infrator¹², foi a criação da FUNABEN/FEBENS – Fundação

¹² Segundo Couto (2008, p. 130), terminologia utilizada na época que baseava-se no antigo código de menores. Esta foi substituída pelo termo criança e adolescente em conflito com a lei após a

Nacional do Bem Estar do Menor – e/ ou Fundações Estaduais. Estas instituições que:

"Tratavam" as crianças e os adolescentes pobres do país, sob a égide da segurança nacional e empregavam, no seu atendimento, técnicas repressivas e de adestramento. Nesse período, começam a ter destaque a questão da segurança pública, a do número de crianças na rua e a de adolescentes envolvidos com atos infracionais, colocando a exigência da sociedade sobre o Estado na resolução desses problemas (COUTO, 2008, p. 130).

Tais instituições, conforme Couto, possuíam forma de atendimento repressivo. As crianças e adolescentes eram recolhidos, estes locais assemelhavam-se a cadeias e hospícios e tinham intenção de corrigi-los para retornarem à sociedade "curados" e adeptos a contribuição.

Desta forma, segundo Vieira (1995 *apud* Couto 2008, p. 132), o momento demonstra o perfil das políticas sociais e o enfrentamento de direitos, através de uma "política de controle" do governo mantendo a população sobre seu comando.

Outras instituições, surgiram no campo da política social e previdenciária com ações voltadas à totalidade técnica e política como o Ministério da Previdência e Assistência Social em 1974 e o Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social – SINPAS, em 1977 (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 136-137).

Contudo, segundo a autora supracitada, vive-se um clima de descontentamento por parte da sociedade civil em relação à política de governo atual. A partir daí, inicia-se um movimento buscando democracia e abertura política que se efetiva com a formação da Constituinte Nacional, em um período marcado por práticas autoritárias. Estes movimentos incentivaram o Congresso a votar o término do AI-5 e é neste momento histórico de repressão e abertura que assume o Presidente João Baptista de Oliveira Figueiredo, no período de 1980-1985.

Nesta época, o Brasil vivia uma grande crise econômica, tem-se um aumento da dívida externa, segundo Behring e Boschetti (2011, p. 138). Existia ainda, uma intensa dificuldade em criar políticas econômicas e redistribuição de recursos.

[...] Os efeitos da crise do endividamento foram muitos: empobrecimento generalizado da América Latina, especialmente no se país mais rico, o

promulgação do ECA- Estatuto da Criança e Adolescente em 1989, que além de mudar a terminologia tem pretensão de promover cidadania às crianças brasileiras.

Brasil; crise dos serviços sociais públicos num contexto de aumento da demanda em contraposição à não expansão dos direitos; desemprego; agudização da informalidade econômica; favorecimento da produção para exportação em detrimento das necessidades internas [...] (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 139).

Este processo dá força às transições democráticas, sendo que a crise ampliou suas demandas atingindo também a periferia. Segundo as autoras, os Governos militares perderam força.

De fato, é sobre o arcabouço da constituição de 1946 que se introduzem as modificações das constituições de 1967 e 1969, que, apesar do autoritarismo que as inspira, não ousam abandonar de todo algumas formas liberais de organização do Governo[...] nem destruir totalmente os direitos dos cidadãos - ainda quanto os cerceia ao ponto máximo. Será no pequeno espaço deixado à ação política por limites institucionais tão estreitos que se organizará, no entanto, a resistência democrática que porá fim ao regime de exceção (QUIRINO; MONTES, 1987 *apud* COUTO, 2008, p. 136).

Na década de 80, conforme Couto, (2008, p. 141), há uma mudança na relação Estado X sociedade, caracterizada pela passagem do Governo Militar à democracia. Conduzida por eixos democráticos, dá-se a primeira eleição para presidente após o período de governo dos militares. Neste momento é eleito Tancredo Neves, porém, não assume em consequência de sua morte trágica. Em seu lugar, assume o então vice José Sarney que fica no governo pelo período de 1985- 1990.

O Brasil em 1985 apresentava uma nova face no que se refere ao processo de reorganização política, orientado sob a égide da democracia, também ampliou sua herança para com a face da desigualdade social. Expandiu-se o estoque de pobreza, resultante dos períodos anteriores, mas especialmente dos governos militares, que, com suas orientações econômicas de desenvolvimento, produziram um país com uma péssima distribuição de renda e aumentaram a parcela da população demandatária das políticas sociais (COUTO, 2008, p. 141).

Ao final do regime militar, as políticas sociais continuaram com caráter fragmentado, o qual é mantido ao longo da história do Brasil. Contudo, segundo Serra (2010, p. 63) a “Questão Social” não é mais tratada como "caso de polícia", como em tempos da República Velha, em que minimamente se evoluiu em relação a garantia de direitos e Assistência Social à população. O período de 1985 a 1990 denominado "Nova República", segundo Serra, (2010, p. 67), inicia-se com

propostas de mudanças, porém, enfrenta grande crise proveniente do contexto político anterior, segundo o autor:

No entanto, a crise econômica, política e social e institucional que enfrentou o país no período da "Nova República" foi fruto de redefinição da ordem capitalista internacional e de acordos do período ditatorial, e que teve prosseguimento nos governos seguintes em defesa do capital e em detrimento dos interesses da grande maioria da nação (SERRA, 2010, p. 76).

Neste governo, segundo a autora, aprofundam-se a inflação e a crise econômica; são efetuados cortes nos gastos públicos, nas verbas destinadas a área social que seriam investidas em programas habitacionais, educacionais e de saúde, há também aumento nas taxas de juros. Com este cenário, demonstra-se que o governo de Sarney não possuía poder político, pois continuava influenciado pelos militares.

[...] Assim, nesse período, mantém-se o caráter compensatório, seletivo, fragmentado e setorizado da política social brasileira, submissa a crise econômica, apesar do agravamento das expressões da questão social [...] (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 144).

Conforme as autoras, não houve, neste momento, implementação e reforma das políticas sociais referentes a previdência, saúde, Assistência Social e educação, porém estas foram anexadas ao processo constituinte.

O conteúdo inovador, no entanto, era o "processo de redemocratização", com intuito reformista em projetar na Constituição políticas voltadas ao princípio da "[...] universalização, responsabilidade pública e gestão democrática". (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 144).

Diante deste contexto tem-se a necessidade da elaboração de uma nova Constituição que pudesse fazer com que os governos realmente tomassem para si as responsabilidades frente as crises vivenciadas. É diante desta conjuntura que em 1988 instaura-se no congresso a Assembléia Constituinte, que será abordada na sequência.

1.2 A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988: A GARANTIA DOS DIREITOS

No ano de 1987, começa o processo de elaboração da constituinte, elaborada por 559 congressistas, tendo como presidente da assembléia o deputado Ulysses Guimarães, que apresentou a dinâmica a seguir:

A construção do futuro projeto deu-se de fora para dentro, de partes para o todo. Vinte e quatro subcomissões temáticas recolheram sugestões, realizaram audiências públicas e formularam estudos parciais. Estes foram reunidos em blocos de três a três, através de oito comissões temáticas. Só então a Comissão de Sistematização organizou o primeiro anteprojeto em 15 de julho de 1987. A partir daí, tem-se a tramitação formal, com emendas, pareceres e votação. Muitos impasses, negociações, confrontos. Ao todo foram apresentadas, durante as várias fases de comissões, sistematizações, primeiro e segundo turnos no plenário, 65.809 emendas. Existiram nove projetos, desde o de 15 de julho de 1987 até o último, a redação final, em setembro de 1988 (COELHO, 1988 *apud* COUTO, 2008, p. 155).

Neste processo de constituinte, segundo Coelho (1988 *apud* Couto 2008, p. 155-156), foram eleitos espaços a participação de entidades democráticas, autoridades civil e política, participação de cidadania para indicar emendas populares bem como a defesa destas. Isto vem confirmar a participação popular que contribuiu para que a constituição de 1988 recebesse o nome de "Constituição Cidadã" conduzindo para o entendimento de que uma nova era nascia no Brasil.

Várias entidades reuniram-se e mobilizaram-se, com movimentos sociais, partidos políticos engajados na luta pela democracia e fizeram parte de grupos de trabalhos, contribuindo para articulação de políticas como Previdência, Saúde e Assistência Social. Somando-se a essas políticas, alguns direitos foram incorporados, como a previdência aos trabalhadores rurais, conforme Behring e Boschetti, (2011, p. 144), o Benefício de Prestação Continuada (BPC), para idosos e deficientes. Outras novidades em termos de democracia estavam inscritas como para os municípios no Estatuto que prevê autonomia federativa, os conselhos, e a introdução de um ciclo de financiamento para a seguridade.

[...] Alguns trabalhos mostram o processo de luta, a participação dos sujeitos políticos, profissionais e de usuários, e que foram decisivos para a formação legal dos direitos sociais no Brasil [...] (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 144).

O movimento abordado, conforme as autoras, também foi marcante na busca de direitos em favor da criança e do adolescente os quais colocam a perspectiva de prioridade a este segmento.

É neste clima que em 1988 foi elaborada a nova Constituição. Nesta, houve avanços, em relação aos direitos trabalhistas e políticas, porém o avanço mais significativo foi no campo dos direitos sociais evidenciando-se seus objetivos nos textos constitucionais a partir do Art. 3º:

- I- Construir uma sociedade livre, justa e solidária;
- II- Garantir o desenvolvimento nacional;
- III- Erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;
- IV- Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (BRASIL,1988, p. 08).

Além do reconhecimento das desigualdades sociais e regionais, conforme Couto (2008, p. 158), há clareza na imposição destas direcionadas a atuação do Estado. Sendo o progresso mais próximo aos objetivos o da seguridade social que integra a "saúde, previdência social e Assistência Social".

No Art. 194, determina que a seguridade é "[...] um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinados a assegurar os direitos relativos a saúde, a previdência e a Assistência Social" (BRASIL, 1988, [s.p.]). É de competência do poder público a organização da seguridade, conforme os objetivos:

- I - universalidade da cobertura e do atendimento;
- II - uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais;
- III - seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços;
- IV - irredutibilidade do valor dos benefícios;
- V - equidade na forma de participação no custeio;
- VI - diversidade da base de financiamento;
- VII - caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados (BRASIL,1988, p. 53).

Ainda segundo Behring e Boschetti (2011, p. 145), mesmo avançando em relação a direitos sociais, nota-se que contradição no que se refere ao que está inscrito nos textos constitucionais, como a universalidade que nem sempre ocorre, existindo a seletividade, e quanto ao setor privado, tem legalmente o amparo ao invés do

comprometimento do Estado nestas políticas. Contudo, o contexto apresentado na década de 90, relacionado a políticas econômica e social no contexto do neoliberalismo vem prejudicando a efetivação do que está posto nos textos constitucionais.

Conforme Vianna, (1999 *apud* Couto 2008, p. 159-160), quando o cidadão possuir dificuldades ou correr riscos e não conseguir manter seu sustento, a partir da Constituição de 1988, não é mais uma responsabilidade individual passando a ser responsabilidade social pública.

A Constituição de 1988 viabilizou a efetivação de políticas que, embora não propiciem, de imediato, a extirpação dessas mazelas sociais, podem contribuir para sua redução. O papel do Estado torna-se, então, fundamental, confundindo-se com objetivo da vida social, que deve ser uma sociedade justa, na qual todos os cidadãos possam viver dignamente, a pesar de suas diferenças sociais (SIMÕES, 2012, p. 105).

Ao colocar a seguridade como modo de proteção social, conforme Couto, (2008, p. 161), reunindo a previdência, saúde e Assistência Social, marca grande passo nos direitos sociais no País. O Estado como principal responsável no provimento das necessidades sociais dos indivíduos reafirmando os direitos a população configurando-lhes a condição de cidadão.

O contexto de crise econômica a qual o Brasil vinha enfrentando desde os anos de 1950, com o aumento do desemprego, instabilidade da moeda e consequente empobrecimento da população foram os argumentos necessários que fomentaram a origem da elaboração de uma nova Constituição, que expressou novos direitos, resultado da participação da sociedade, tão escasso nas constituições anteriores, presentes na Constituição de 1988, exigindo do Estado uma providência em relação ao contexto da crise.

Como já foi mencionado anteriormente, a Política da Assistência Social faz parte do tripé da Seguridade Social brasileira garantida pela CF de 1988, enquanto direito do cidadão e responsabilidade do Estado, conforme o artigo:

Art. 203. A Assistência Social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

- I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
- II - o amparo às crianças e adolescentes carentes;
- III - a promoção da integração ao mercado de trabalho;

IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;

V - a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

Art. 204. As ações governamentais na área da Assistência Social serão realizadas com recursos do orçamento da seguridade social, previstos no art. 195, além de outras fontes, e organizadas com base nas seguintes diretrizes:

I - descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e a execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de Assistência Social;

II - participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis.

Parágrafo único. É facultado aos Estados e ao Distrito Federal vincular a programa de apoio à inclusão e promoção social até cinco décimos por cento de sua receita tributária líquida, vedada a aplicação desses recursos no pagamento de: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)

I - despesas com pessoal e encargos sociais; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)

II - serviço da dívida; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)

III - qualquer outra despesa corrente não vinculada diretamente aos investimentos ou ações apoiados. (BRASIL, 1988).

A Política de Assistência Social será o foco desta pesquisa no segundo Capítulo deste trabalho, entretanto, visando situar o leitor faremos uma breve explanação sobre esta já que no contexto desta política que a pesquisa de campo se desenrola, a ser apresentada no Capítulo 3.

Após a Constituição de 1988, o Estado transformou-se o principal agente responsável pela Assistência Social, tornando-se um dever provê-la, e um direito do cidadão.

Para regulamentação do que está inscrito na constituição, em 1993, foi instituída a lei nº 8472 de 7 de dezembro de 1993, Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, que coloca a assistência como não contributiva, prevê os mínimos sociais e estabelece princípios e diretrizes e define que a proteção social será prestada por meio de programas, projetos, serviços e benefícios. (BRASIL, 1993).

Outra lei foi a Política Nacional de Assistência – PNAS, promulgada em 14 de outubro de 2004, que contribuiu para efetivação de direitos e que pautou sua gestão no pacto federativo, determinando as ações socioassistenciais para que sejam realizadas nas três esferas do governo por meio de deliberações de conferências e conselhos e da gestão compartilhada (Comissões Intergestoras Tripartite e Bipartites – CIT e CIBs). Estas permitem discutir, negociar e pactuar

formas de gestão e operacionalização da política nacional de assistência. Desta forma, permitindo o enfrentamento da “Questão Social”, possibilitando inovação, criatividade, monitoramento, entendendo que a gestão democrática ainda é bastante limitada no país. (BRASIL, 2004).

No ano de 2005, foi instituído o Sistema Único de Assistência Social – SUAS. Posteriormente, conforme a lei nº 12.435 de 2011, o sistema foi organizado de forma descentralizada e participativa que tem por função, a gestão da Assistência Social no âmbito da proteção social no país; consolida a partilha da gestão, o co-financiamento e a participação técnica entre os órgãos federativos. Se organiza de forma a prestar Assistência Social básica e especial, contribuindo para prevenção das vulnerabilidades e riscos sociais, cabendo ao Estado a condução da política e traçar metas e apoiar os municípios, iniciativa privada e terceiro setor. (BRASIL, 2011). Ao abordarmos algumas legislações que permeiam a Política de Assistência Social, cujas serão aprofundadas no próximo capítulo, estaremos fazendo um breve relato sobre esta política no contexto atual.

1.2.1 A Política Pública de Assistência Social: uma breve consideração

Segundo Potyara (2002, p. 217-218), a Assistência Social não é vista como ela é, ou seja, como um processo histórico e estrutural com propriedades essenciais, mas é vista pelo que apresenta, pela falta de referências conceituais. Apresenta-se movida pelo sentimento de pena e quando vinda dos governos, como providencia para atender a pobreza extrema. Desta forma, a Assistência Social não é uma política social pois não se exige continuidade, servem para encobrir falhas de outras políticas que não respondem a demanda.

Para a autora supracitada, falar da Assistência Social como política não é somente falar de sentimentalismo e sim de um processo complexo e ao mesmo tempo racional, ético e cívico. Racional porque deve resultar do estudo e avaliação de resultados e impactos, referir-se a decisões coletivas através de planos de ação previsíveis as necessidades sociais.

No sentido ético, deve trazer a responsabilidade moral, contraria o uso para interesses próprios em detrimento à fome, miséria e pauperismo e suas consequências como a morte prematura. Ainda neste sentido não deve somente dar

o peixe e ensinar a pescar, mas proporcionar condições do exercício da cidadania e justiça social.

Já no sentido cívico a Política de Assistência Social deve estar pautada na concretização de direitos, sendo um dever do Estado responder as necessidades sociais de direito da população permitindo assim uma melhor qualidade de vida.

É com base nesse referencial racional, ético e cívico que, desde 1988, com a promulgação da Constituição Federal, diz-se que a Assistência Social no Brasil constitui uma política pública, um direito de cidadania e um componente da seguridade social (POTYARA, 2002, p. 222).

A seguridade também compete a Assistência Social pelo viés de distribuição em oposição a contributiva da previdência social, agindo de forma protetiva aos imprevistos do futuro e do presente como enfermidades, velhice, abandono entre outros, com caráter não só protetivo mas preventivo destinado aos diversos segmentos sociais.

Após este breve relato, aprofundaremos no próximo capítulo, em relação a toda a legislação que permeia a referida política, compreendendo dentro deste contexto que a Assistência Social não faz nenhuma distinção entre a população urbana e rural, desse modo embasando a pesquisa que será apresentada no terceiro capítulo deste trabalho de conclusão de curso.

2. LEGALIDADE DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL

A concepção de direito à Assistência Social é contemporânea no contexto assistencial brasileiro. Por muito tempo não esteve presente na definição de políticas nesta área, sendo que somente após a Constituição Federal de 1988 a Assistência Social é vista como política pública, encontrando-se ainda em estruturação no país.

1993 foi promulgada a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, Lei nº 8.742/93 que regulamenta política da Assistência Social, indica e define a organização desta.

A inclusão da Assistência Social significou, portanto, ampliação no campo dos direitos humanos e sociais e, como consequência, introduziu a exigência de a Assistência Social, como política, ser capaz de formular com objetividade o conteúdo dos direitos do cidadão em seu raio de ação, tarefa, aliás que ainda permanece em construção (SPOSATI, 2009, p. 14).

Segundo a autora citada, deve-se romper com a visão hegemônica de que a Política de Assistência Social serve somente para dar atenção aos pobres, aos miseráveis, aos fragilizados e necessitados, pois este modelo torna-se excludente afirmando amparo a este segmento populacional, separando-os dos demais como se suas carências fossem diferentes das de outros grupos.

Para cessar a descontinuidade dos programas da Política da Assistência Social, instaurar de fato políticas públicas nesta área e colocar a assistência efetivamente como direito, tornou-se necessário a implantação da LOAS.

Segundo a LOAS, no capítulo I, Das Definições e Das Diretrizes traz:

Art. 1º A Assistência Social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas (BRASIL, 1993).

A LOAS é criada visando a regulamentação do Art.194 da Constituição Federal de 1988, que coloca a assistência na esfera da seguridade, citadas nos Art. 203 e 204 da Constituição.

No Art. 2º da LOAS é mencionado os objetivos da Política de Assistência Social, que são:

- I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
- II - o amparo às crianças e adolescentes carentes;
- III - a promoção da integração ao mercado de trabalho;
- IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;
- V - a garantia de 1 (um) salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família (BRASIL,1993).

Ao colocar seus objetivos a LOAS deixa claro que a proteção a qual se destina é de visão ampla e universal que pretende proporcionar atendimento a todos os segmentos sociais, incluindo pessoas com deficiência e idosos e colocando a oportunidade ao mercado de trabalho e o desenvolvimento de autonomia dos cidadãos.

Esta Lei destaca que a proteção deve ser exercida de modo integral à família desde a infância até a velhice, amparando as crianças e adolescentes, os necessitados, a integração ao mercado de trabalho, habilitação, reabilitação e integração a pessoas com deficiência, bem como a sua agregação a comunidade, garantindo a estes um salário mínimo mensal e ao idosos que não provenha seus meios de subsistência.

No capítulo II da LOAS estão descritos os princípios e diretrizes que conforme o Art. 4º a Assistência Social tem por princípios:

- I - supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica;
- II - universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas;
- III - respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade;
- IV - igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às **populações urbanas e rurais**;
- V - divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão (BRASIL, 1993, grifo nosso).

Ao elencar os princípios da LOAS, é notável o compromisso de universalidade no atendimento a todos segmentos populacionais sem discriminação e sem distinção tanto de renda quanto de área rural ou urbana.

Baseando-se em especial nos incisos IV e V do Art. 4º da LOAS é que despertou a inquietação em fazer este estudo, pois devido a experiência obtida com

o período do Estágio Curricular Obrigatório, percebeu-se que a equivalência às populações urbanas e rurais não se dá como preconiza a LOAS. Também não se dá de forma igualitária o acesso à informação que deve possibilitar às populações rurais (bem como as urbanas), o conhecimento amplo sobre os benefícios, serviços, programas e projetos.

As hipóteses ora apresentadas, que serão confirmadas ou refutadas conforme descrição da análise de pesquisa realizada (no terceiro capítulo deste TCC), mostrarão como se dá este acesso a população rural à Política de Assistência Social. O que podemos afirmar por enquanto, é que as formas de acesso não se dão do mesmo modo que ocorre com a população moradora da área urbana, o que de antemão já não poderíamos dizer que existe "equivalência" nas formas de acessar os serviços, programas e projetos da Política de Assistência do mesmo modo para os dois públicos.

Quanto as diretrizes da Política de Assistência Social, a LOAS ressalta:

- I - descentralização político-administrativa para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e comando único das ações em cada esfera de governo;
- II - participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis;
- III - primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de Assistência Social em cada esfera de governo (BRASIL, 1993).

A LOAS, ao trazer a descentralização, trouxe algo inovador para a Política de Assistência Social pois diante disso, cada município pode planejar as suas ações de acordo com a realidade específica de seu território, visto que cada um tem as suas necessidades.

A partir deste processo de territorialização é que permitiu que os municípios também pudessem dividir os seus territórios, conforme a especificidade de cada região, o que possibilitou também o recorte do território ao qual foi realizado o nosso estudo, delimitando a área rural do município de Cascavel, a qual será mais detalhada ao final deste capítulo.

A territorialização e a descentralização foram estratégias criadas pelo governo federal para enfrentar a situação de diversidade cultural, econômica, política e social existentes no extenso território brasileiro. Essa estratégia é encontrada em várias políticas sociais desenvolvidas pelo governo federal, mais especificamente na de Assistência Social, que tem uma enorme importância no Brasil, visto que é um país que possui muitas carências no âmbito social, originados de uma história econômica e política

bastante conturbada e atrasada, e que também nunca teve a Assistência Social como grande importância no cenário de políticas públicas, sendo dominado por ações filantrópicas eventuais que não mudaram a realidade de carências da sociedade brasileira (RIBEIRO,2012, p.80).

Em se tratando de territorialização, ainda segundo a autora (RIBEIRO,2012, p.71), torna-se imprescindível salientar que o Brasil é um país diversificado socialmente. Esta diversidade poderá atingir a implantação de políticas que venham ao encontro para cada região, sendo que cada região terá uma resposta diferente às políticas implantadas.

Quanto a descentralização, ainda segundo Ribeiro (2012, p.71), é no sentido de tirar do centro o poder administrativo, pois com a dinâmica neoliberal, as políticas sociais obtiveram retrocessos por um lado, e por outro, avanços, onde o governo ao criar políticas específicas na área social, originava a centralidade das ações do Estado, perdendo as particularidades de cada região, sendo assim importante descentralizar o poder da administração.

Em relação as diretrizes, outro fator importante garantido com a LOAS é participação popular e o controle social.

O exercício do controle social implica o planejamento, acompanhamento, avaliação e fiscalização da oferta dos programas, serviços e benefícios socioassistenciais. Levando em conta que a legitimidade desse processo está na participação dos cidadãos, para viabilizar o controle social do Sistema Único de Assistência Social(SUAS) foram criados espaços institucionais, compostos igualitariamente por representantes do poder público e da sociedade civil[...] (BRASIL, [s.d.])

Ele se efetiva por meio da representatividade dos usuários da Política de Assistência Social nos conselhos de direitos, conferências e outros espaços de prática de cidadania.

É importante destacar, que a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), passou por alterações no ano de 2011 (Lei nº 12.435/2011), em virtude de mudanças ocorridas em nossa sociedade. No entanto, não altera o teor da mesma que trabalha na perspectiva de defesa de direitos.

Após explanarmos sobre a LOAS, sendo esta a primeira legislação voltada à Assistência Social que surge após a Constituição de 1988, iremos abordar na sequência, sobre a Política de Assistência Social- PNAS, elaborada 11 anos após a LOAS e que vem para normatizar os serviços, programas e projetos descritos nesta Lei.

2.1 A POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - PNAS

Conforme Resolução Nº 145/ 2004, do Conselho Nacional de Assistência Social- CNAS - de 15 de outubro de 2004, em seu Art. 1º, após reunião com os colegiados¹³ em 22 de setembro de 2004, é aprovada a Política Nacional de Assistência Social (PNAS).

A PNAS, criada em 2004, surge para organizar em nível nacional o que a LOAS veio regulamentar em 1993. Ela traz a estruturação da Política de Assistência Social de forma mais detalhada, padronizando os serviços, programas e projetos que vão efetivar as garantias previstas na LOAS; ela é de suma importância, pois veio para delimitar e melhor organizar o papel de cada serviço, programa ou projeto no âmbito da Assistência Social. "A Política Nacional de Assistência Social ora aprovada expressa exatamente a materialidade do conteúdo da Assistência Social como um pilar do Sistema de Proteção Social Brasileiro no âmbito da Seguridade Social". (BRASIL, 2004, p.11).

Desse modo, o Ministério do Desenvolvimento Social - MDS¹⁴, juntamente com a Secretaria Nacional de Assistência Social – SNAS -, e o Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS-, segundo a PNAS (BRASIL, 2004), estão comprometidos em determinar políticas de continuidade, e com intenção de implantar o Sistema Único de Assistência Social - SUAS¹⁵, na direção de incorporar os entes federativos em ações conjuntas, buscando frustrar políticas favoritistas, e contribuir para a criação de políticas universais.

¹³ Esses órgãos colegiados são canais de diálogo, debate e proposição de ações e políticas públicas, assim como de fiscalização. Tratando de assuntos específicos, eles desenvolvem mecanismos, critérios, estratégias e diretrizes para ações relacionadas a temas como Assistência Social, renda de cidadania, segurança alimentar e inclusão produtiva (BRASIL, [s.d.]). Disponível em: <<http://mds.gov.br/acesso-a-informacao/institucional/participacao-social>>. Acesso em 19.nov.2015.

¹⁴ A criação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), ocorrida em 2004, é resultado da vontade política de tratar a superação da pobreza e da fome como uma das principais prioridades do país. O MDS também é responsável pela gestão do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), do Fundo Nacional de Combate e Erradicação da Pobreza (FNCP). Disponível em: <<http://mds.gov.br/acesso-a-informacao/institucional>>. Acesso em 25.set.2015.

¹⁵ O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) é um sistema público que organiza de forma descentralizada, os serviços socioassistenciais no Brasil. Com um modelo de gestão participativa, ele articula os esforços e recursos dos três níveis de governo para a execução e o financiamento da Política Nacional de Assistência (PNAS), envolvendo diretamente as estruturas e marcos regulatórios nacionais, estaduais, municipais e do Distrito Federal (BRASIL, [s.d.]). Disponível em: <<http://mds.gov.br/acesso-a-informacao/perguntas-frequentes/assistencia-social/pse-protecao-social-especial/suas-sistema-unico-assistencia-social/suas-institucional>>. Acesso em 19.nov.2015. Posteriormente no decorrer do trabalho, o SUAS será melhor apresentado.

Este é considerado um momento histórico, que junta forças para execução da política na perspectiva de cumprir o que está posto na Carta Magna e na LOAS, através de princípios e diretrizes que conduzirão a efetivação desta, estabelecendo um novo rumo para cidadania no país.

Considera-se uma inovação no país ter a Assistência Social como política pública que garanta a proteção social. Isto implica em saber quem serão os usuários desta política. Para tanto, realiza-se uma análise situacional através de:

Uma visão social inovadora, dando continuidade ao inaugurado pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei Orgânica da Assistência Social de 1993, pautada na dimensão ética de incluir “os invisíveis”, os transformados em casos individuais, enquanto de fato são parte de uma situação social coletiva; as diferenças e os diferentes, as disparidades e as desigualdades.

Uma visão social de proteção, o que supõe conhecer os riscos, as vulnerabilidades sociais a que estão sujeitos, bem como os recursos com que conta para enfrentar tais situações com menor dano pessoal e social possível. Isto supõe conhecer os riscos e as possibilidades de enfrentá-los.

Uma visão social capaz de captar as diferenças sociais, entendendo que as circunstâncias e os requisitos sociais circundantes do indivíduo e dele em sua família são determinantes para sua proteção e autonomia. Isto exige confrontar a leitura macro social com a leitura micro social.

Uma visão social capaz de entender que a população tem necessidades, mas também possibilidades ou capacidades que devem e podem ser desenvolvidas. Assim, uma análise de situação não pode ser só das ausências, mas também das presenças até mesmo como desejos em superar a situação atual.

Uma visão social capaz de identificar forças e não fragilidades que as diversas situações de vida possuam (BRASIL, 2004).

Através da análise realizada, a Política de Assistência Social visa direcionar os serviços de forma a respeitar a individualidade e necessidade de cada um, promovendo a percepção de suas capacidades e valorizando-as, colocando ao usuário que, ao conhecer a realidade destes é que será possível manter um elo de confiança, o qual possibilitará o atendimento mais ampliado.

A proteção social, segundo Di Giovanni (1998, *apud* Brasil, 2004, p. 25), são maneiras que a sociedade constrói para proteger seus integrantes dos problemas decorrentes da vida e de sua continuidade como doenças, velhice, e de como vivem, alimentam-se e aprendem que determinam a vida e a integração social. "A proteção social deve garantir as seguintes seguranças: segurança de sobrevivência (de rendimento e de autonomia); de acolhida; e, convívio ou vivência familiar" (BRASIL, 2004, p.25).

A prevenção segundo Simões (2012, p.315), é entendida como uma ação de criação de apoio em situações de vulnerabilidade, com o objetivo de evitar que o cidadão perca aos seus direitos sociais.

Ainda segundo Simões (2012, p. 315-316), a proteção é entendida como a atenção à população excluída e socialmente vulnerabilizada em situação de risco pessoal ou social e de eventos, sendo operacionalizada através de ações de redistribuição de renda direta e indireta e pelos serviços que fazem parte da rede de proteção básica e especial. A promoção é entendida como a viabilização do exercício de cidadania, através da eliminação de relações clientelísticas não pautadas pelo exercício de direitos que submete, fragmenta e desorganiza os beneficiários da assistência. A inserção, por sua vez, é entendida como forma de inclusão dos destinatários da assistência nas políticas sociais básicas, proporcionando o acesso aos bens, serviços e direitos.

Em relação ao rendimento, a segurança da PNAS não está relacionado a compensar o valor do salário mínimo e sim que este salário possa garantir a sobrevivência mesmo na situação de desemprego, vulnerabilidades ou renda insuficiente.

A primeira iniciativa de instituição de mínimos sociais, segundo Silva, (2008, p. 32-33), foi em 1934 com a criação do salário mínimo. Este tinha por objetivo prover alimentação, vestuário, habitação, educação e atenção médica. No entanto, segundo a autora, o salário tem sido defasado por consequência da inflação e mudanças na economia brasileira, considerando também que só recebe o salário mínimo o trabalhador que está legalizado, sendo que muitos estão fora do mercado de trabalho.

Em 1986, conforme a mesma fonte, o salário desemprego é outro modo de garantia de mínimos sociais, é o recebimento em dinheiro não devendo ser menor de um salário mínimo, pago a algumas categorias como: trabalhador formal e doméstico, trabalhador formal com contrato de trabalho, ao pescador formal e ao trabalhador registrado.

Também relacionado aos mínimos, o abono salarial, segundo Silva (2008, p.35), é destinado ao empregado que o empregador participa do Programa de Integração Social – PIS -, e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PASEP.

Com a Constituição de 1988, houve avanço em relação aos mínimos sociais, sendo implantados alguns benefícios. Um deles foi a elevação dos benefícios mínimos de renda, que foram comparados ao salário mínimo. O outro é referente à previdência social rural, que garante proteção especial no que se refere a economia rural familiar, estendendo a aposentadoria ao cônjuge e quanto a idade, (60 para homens e 55 para mulheres), tempo menor que os trabalhadores urbanos (SILVA, 2008, p.35).

Tem-se também, a garantia de um salário mínimo à pessoas idosas e pessoas com deficiência, regulamentadas pela Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS -, que institui o Benefício de Prestação Continuada – BPC -, vigorando desde janeiro de 1996 (SILVA, 2008, p.37).

Em 1991, o Projeto de Lei Nº 80, tendo como autor o Senador Eduardo Suplicy, segundo Silva (2008, p.38), traz a proposta de instituir o programa de garantia de renda mínima. Este concretiza-se, conforme Silva (2008, p.54) em 1995 como programa de transferência de renda, sendo que:

No contexto do sistema de proteção social, esses programas são entendidos como transferência monetária a famílias ou a indivíduos, transferência está, na maioria dos programas, associada a exigência de contrapartida no campo da educação, da saúde e do trabalho (BRASIL 2008).

Desde então, estes programas denominados Renda Mínima, Bolsa Escola e outros, tornaram-se importantes, com a perspectiva de enfrentar a pobreza e inserir as famílias na rede de segurança social, com objetivos da elevação da qualidade de vida, proporcionar dignidade na perspectiva de elevar o fator econômico dos indivíduos, a escolaridade e o fortalecimento das famílias (SILVA, 2008, p.45).

Já a segurança de acolhida é prioridade da Assistência Social, conforme a PNAS(2004), prevendo as necessidades humanas como alimentação, roupa e abrigo, inerentes à vida social. Conquistar autonomia e prover necessidades básicas é o rumo seguido pela Assistência Social, sendo que algumas pessoas poderão não manter essa autonomia por todo tempo em virtude da idade, deficiência, problemas de saúde ou até mesmo na contemporaneidade por necessidade de separação da família ou por outras várias situações.

De acordo com a PNAS, a segurança e o fortalecimento de vínculos, é uma meta traçada pela Política de Assistência Social. Assim sendo, esta política rejeita a reclusão, o desvio das relações, pois é através das relações que os indivíduos se identificam, constroem culturas, políticas e modos de civilização. Nas relações sociais podem haver barreiras que dificultem essa relação, porém destaca-se a perspectiva de direito à convivência (BRASIL, 2004).

Assim sendo, pautada no caráter civilizatório, consagrados nos direitos sociais, a LOAS determina que as garantias da cidadania sejam de responsabilidade do Estado, sendo que a Política de Assistência Social reforça esse caráter.

Portanto, pode-se destacar que desde a Carta Magna de 1988, a Assistência Social ganha o tônus de Política Pública de ação garantida pelo Estado a quem dela necessitar. Desse modo, ela deixa para traz o caráter caritativo e benevolente que sempre esteve arraigado nesta Política, bem como vem garantir que os seus beneficiários possam participar na construção e aperfeiçoamento desta, por meio do controle social, cujo também é garantido nas legislações ora apresentadas.

Conforme o que está garantido na LOAS, e assegurada na PNAS, a Política Nacional de Assistência é regida pelos seguintes princípios democráticos:

- I – Supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica;
- II - Universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas;
- III - Respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade;
- IV - Igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se **equivalência às populações urbanas e rurais**;
- V – Divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão (BRASIL, 2004, p.32, grifo nosso).

Obedecendo à estes princípios, esta política torna visível e alcançável o atendimento, respeitando o cidadão sem fazer diferença entre as áreas rural e urbana, buscando proporcionar que os serviços, programas e projetos sejam efetuados com qualidade e equivalência, estando em consonância com os princípios da LOAS, (BRASIL, 2004).

A Assistência Social se organiza por meio das diretrizes já citadas anteriormente, entretanto, a PNAS traz uma inovação ampliando para uma quarta diretriz que coloca a família¹⁶ enquanto eixo central e principal de suas ações: "IV - Centralidade na família para concepção e implementação dos benefícios, serviços, programas e projetos" (BRASIL, 2004).

Segundo as diretrizes, a Assistência Social se organiza de forma a responsabilizar as esferas governamentais pela execução e coordenação dos programas e serviços respeitando a territorialidade, valoriza a participação da sociedade e inova ao colocar a família como centro das ações.

A Política da Assistência Social integrada a outros setores, observa as desigualdades de território, visa enfrentá-las promovendo os mínimos sociais e universalizando direitos. Desta forma, conforme preconiza a PNAS os objetivos são:

Prover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e, ou, especial para famílias, indivíduos e grupos que deles necessitem;
Contribuir com a inclusão e a equidade dos usuários e grupos específicos, ampliando o acesso aos bens e serviços socioassistenciais básicos e especiais, **em áreas urbana e rural**;
Assegurar que as ações no âmbito da Assistência Social tenham centralidade na família, e que garantam a convivência familiar e comunitária (BRASIL, 2004, grifo nosso).

Na direção destes objetivos e por meio da Política Pública de Assistência Social são desenvolvidos os serviços que irão promover a proteção aos indivíduos e grupos, trabalhando na perspectiva de inclusão, dando ênfase à família (BRASIL, 2004).

2.2 A IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SUAS

Em dezembro de 2003, foi realizada a IV Conferência Nacional de Assistência Social em Brasília -DF, que adotou um novo modelo para reordenar "[...] gestão das ações descentralizadas e participativas da Assistência Social no Brasil" (BRASIL, 2005). Foi determinado a implantação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS -, referência de gestão para toda nação que compõe as três esferas

¹⁶ A família para a Política Nacional de Assistência- PNAS é o grupo de pessoas que se acham unidas por laços consanguíneos, afetivos ou de solidariedade (BRASIL, 2004).

governamentais com objetivo de estabelecer um modelo descentralizado e participativo, disciplinado pela Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS.

Há a necessidade de a Assistência Social possuir regime próprio de gestão, este foi colocado pela Carta Magna de 1988, Art. 204, Inciso 1, que particularmente justifica-se:

Pela exigência de unidade de concepção e ação integrada entre os três entes federativos (federal, estadual, e municipal); Pela exigência de ação integrada com a sociedade civil, por meio de suas organizações sem fins lucrativos, nominadas em lei como entidades de Assistência Social, sob o modelo público não contributivo e não-lucrativo de gestão, cuja direção, nem estatizadora, nem de subsidiariedade, consagra parcerias sob a primazia do dever de Estado e do direito de cidadania; Pela articulação e integração com as demais políticas sociais e econômicas, resguardando o seu campo de especificidade como política pública de seguridade social; Pelo compromisso com o desenvolvimento humano e social do país e pela partilha de ações intersetoriais governamentais, para enfrentar e superar a pobreza, as desigualdades sociais, econômicas e as disparidades regionais e locais existentes no país; Pelo caráter não-contributivo da proteção social de Assistência Social ao compor, com a saúde e a previdência social, o sistema brasileiro de Seguridade Social.(MDS,2005).

Ao eleger este regime próprio de gestão para a Assistência Social, traduz-se a organização e a participação tanto dos entes quanto nas políticas das áreas sociais e econômicas, respeitando o que está colocado nos textos constitucionais (BRASIL,2005).

De acordo com a Norma Operacional Básica do SUAS – NOB SUAS - (BRASIL,2005), criada por meio da Resolução 130, de 13 de julho de 2005, o SUAS é um sistema público não-contributivo, descentralizado e participativo, que veio para normatizar o sistema de gestão da Assistência Social no Brasil.

A NOB-SUAS normatiza a gestão pública da Política de Assistência Social no Brasil, executada pelos entes federados em conformidade com a Carta Magna, a LOAS e outras leis a ela aplicadas estabelecendo que:

- a) caráter do SUAS;
- b) funções da política pública de Assistência Social para extensão da proteção social brasileira;
- c) níveis de gestão do SUAS;
- d) instâncias de articulação, pactuação e deliberação que compõem o processo democrático de gestão do SUAS;
- e) financiamento
- f) regras de transição (BRASIL,2005).

Em relação a gestão do trabalho no âmbito do SUAS, a NOB determina a maneira de gestão compartilhada entre os entes federados, estabelece e divide as responsabilidades de modo a consolidar e regular as ações como de responsabilidade estatal e direito do cidadão. Também regula os serviços ofertados pela Assistência Social com caráter permanente e eventual respeitando as hierarquias dos entes federados (BRASIL,2005).Entre outros termos, o SUAS:

Respeita a diversidade das regiões, decorrente de características culturais,socioeconômicas e políticas, em cada esfera de gestão, da realidade das cidades e da sua população **urbana e rural**;

Reconhece que as diferenças e desigualdades regionais e municipais, que condicionam os padrões de cobertura do sistema e os seus diferentes níveis de gestão, devem ser considerados no planejamento e execução das ações;

Articula sua dinâmica as organizações e entidades de Assistência Social com reconhecimento pelo SUAS (BRASIL, 2005, grifo nosso).

Nestes termos, o SUAS demonstra seu caráter universal e igualitário, tratando de forma diferente as desigualdades, ou seja, priorizando atender as necessidades de cada cidadão conforme suas particularidades entendendo que as ações devem ser direcionadas ao todo coletivo de forma ampla e organizada pautado em obedecer as responsabilidades colocadas (BRASIL,2005).

Já os eixos que estruturam esta gestão são:

a. precedência da gestão pública da política; **b.** alcance de direitos socioassistenciais pelos usuários; **c.**matricialidade sociofamiliar; **d.**territorialização; **e.** descentralização político- administrativa; **f.** financiamento partilhado entre os entes federados; **g.** fortalecimento da relação democrática entre estado e sociedade civil; **h.** valorização da presença do controle social; **i.** participação popular/cidadão usuário; **j.** qualificação de recursos humanos; **k.** informação, monitoramento, avaliação e sistematização de resultados (BRASIL,2005, grifo nosso).

O controle da operacionalização do SUAS é regido por ações que se adequam a cada território e respeitam competências estabelecidas a cada na esfera de governo.

Quanto aos princípios organizativos a NOB, traz entre outros, os princípios de universalidade, garantindo o acesso a todos os cidadãos que necessitarem dos serviços socioassistenciais (BRASIL, 2005).

Os princípios estabelecidos pelo SUAS, primam pela organização e gestão de toda rede socioassistencial, regulando e direcionando ações que venham suprir as necessidades dos usuários através de:

Presença de espaços institucionais de defesa socioassistencial para acolhida de manifestação de interesses dos usuários, ações de preservação de seus direitos e adoção de medidas e procedimentos nos casos de violação aos direitos socioassistenciais pela rede de serviços e atenções (BRASIL,2005).

Também em seus princípios, além de priorizar o acesso aos direitos socioassistenciais, ordena e organiza ações que contemplam todos os segmentos sociais, principalmente as minorias sociais e os vulneráveis, assistindo todas as faixas etárias e etnias por meio de:

Articulação interinstitucional entre competências e ações com os demais sistemas de defesa de direitos humanos, em específico com aqueles de defesa de direitos de crianças, adolescentes, idosos, pessoas com deficiência, mulheres, negros e outras minorias; de proteção às vítimas de exploração e violência; e a adolescentes ameaçados de morte; de promoção do direito de convivência familiar (BRASIL,2005).

Seus princípios trazem amplitude, concretude, universalidade e transparência nas ações tanto de cunho social quanto orçamentário. Traz também a integração com as demais políticas e serviços, todos visando promoção de direitos, proteção social, familiar e comunitária, busca pela cidadania através da participação da população e a autonomia do cidadão por meio de inserção em programas, projetos e serviços, entre outros fatores, melhorar a educação formal e orientação para o trabalho (BRASIL,2005).

Segundo a NOB (BRASIL,2005), a Política Pública de Assistência Social cumpre algumas funções na perspectiva de proteger os cidadãos brasileiros através do desenvolvimento de ações, articuladas à outras políticas, priorizando a família e seus indivíduos. Busca atendê-los nas suas necessidades sociais e coletivas, identificando-os e aproximando os serviços de seus territórios com intenção de proporcionar melhores condições de vida com a prevenção de riscos e vulnerabilidades sociais, na tentativa de fortalecer vínculos e valorizar a capacidade dos indivíduos, concretizar direitos humanos e sociais.

A proteção social da Assistência Social baseia-se em ações de prevenção e proteção oferecidas pelo SUAS, que visam prevenir o impacto de problemas decorrentes do cotidiano dos indivíduos, tendo a família como unidade central.

Por isto a importância da matricialidade sociofamiliar, tendo em vista que deverá proporcionar segurança para que esta família possa cumprir seu papel

enquanto provedora da continuidade de laços afetivos e a responsabilidade da educação às crianças (BRASIL,2005).

Para que todas as garantias previstas nas legislações possam acontecer, a Política da Assistência Social está organizada e subdividida de acordo com o grau de complexidade relacionada a situação de vulnerabilidade. Esta divisão ocorre para que haja um atendimento direcionada também de acordo com a territorialidade, levando em consideração que até em um mesmo município há diferentes regiões, com diferentes situações, que precisam de um olhar mais específico de determinados benefícios, programas e serviços da Assistência Social.

A proteção social da Política de Assistência Social é dividida em Básica e Especial e possui este grau de complexidade para melhor atender os usuários que buscam os serviços (BRASIL,2005), conforme destacado anteriormente.

A Proteção Social Básica possui como alguns de seus objetivos a prevenção de riscos, o fortalecimento de vínculos; é orientada aos indivíduos que se encontram em situação de vulnerável (BRASIL, 2005).

A Proteção Social Especial tem como alguns de seus objetivos, providenciar atendimento socioassistencial ao cidadão e seus familiares que se encontram em situação vulnerável e de riscos decorrentes da violação de direitos (BRASIL,2005).

Os serviços de proteção social são desenvolvidos na rede socioassistencial, sendo assim:

A rede socioassistencial é um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade que ofertam e operam benefícios, serviços, programas e projetos, o que supõe a articulação dentre todas estas unidades de provisão de proteção social sob a hierarquia de básica e especial e ainda por níveis de complexidade (BRASIL,2005).

Conforme a PNAS/2004 e a LOAS em seu Art. 23, entende-se por Serviços, as ações continuadas que são desenvolvidas para melhora da qualidade de vida e atenção às necessidades básicas dos cidadãos; integram a Proteção Básica e Especial, sendo esta última ainda subdividida entre Média e Alta Complexidade (BRASIL, 2005).

Segundo a NOB, por Programas entende-se as práticas complementares que possuem objetivos a serem cumpridos, área de abrangência e tempo

determinado para desenvolver as ações, na busca de fortalecer os serviços socioassistenciais existentes (BRASIL, 2005).

Já os Projetos, conforme a NOB (BRASIL,2005) e propostos no Art.25 e 26 da LOAS, caracterizam-se por aplicações econômico social, buscando subsidiar elementos que promovam melhoria e ascensão do padrão e qualidade de vida. Integram o nível de Proteção Social Básica e podem atender famílias e indivíduos em situação de risco social. Sua operação se dá por meio do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS.

De acordo com a NOB (BRASIL, 2005), os Benefícios estão divididos em:

-Benefício de Prestação Continuada –BPC: estabelecido na LOAS e no Estatuto do Idoso, disponibilizado pelo Governo Federal, no valor de 1 salário mínimo destinado a pessoas com 65 anos ou mais e a pessoa com deficiência que não tenha condições de manter a subsistência e de tê-la mantida pela família. É um benefício de proteção social básica e deve ser diretamente repassado ao beneficiário (BRASIL, 2005).

-Benefícios Eventuais: estabelecidos pelo Art.22 da LOAS, é um auxílio recebido em decorrência de natalidade, morte ou em situações temporárias em casos de necessidade (BRASIL,2005).

-Transferência de Renda: são recebidos diretamente do Fundo de Assistência Social como modo de acesso a renda com intenção de combate à fome, pobreza e a privação de direitos que desencadeiam situações de risco e vulnerabilidade social. Pretendem possibilitar a emancipação e autonomia dos indivíduos (BRASIL,2005).

Todos estes serviços e benefícios são ofertados em todo o território nacional por meio das unidades de atendimento que compõe a rede socioassistencial da Política de Assistência Social.

Em 13 de dezembro de 2006, sob a Resolução nº 269/2006, foi aprovada a Norma Operacional Básica- NOB- RH/SUAS -, por meio do Conselho Nacional de Assistência Social- CNAS, conforme competência conferida a este pela LOAS.

A promulgação da Constituição Federal de 1988 e da Lei Orgânica da Assistência Social- LOAS, de 1993, e conseqüentemente a formulação da PNAS/2004 e a construção e regulação do Sistema Único de Assistência Social - SUAS e da Norma Operacional Básica NOB/SUAS tornam necessária a reflexão da política de gestão do trabalho no âmbito da Assistência Social, visto que a mesma surge como eixo delimitador e

imprescindível a qualidade da prestação de serviços da rede socioassistencial (BRASIL, 2012).

Todas estas leis trazem em seus textos um conjunto de normas e regras a serem seguidas, que integradas entre si, representam entre outros fatores, a direção e organização dos serviços, propõe um modelo operacional que irá possibilitar o alcance dos objetivos traçados como disponibilizar serviços de qualidade através da gestão, qualidade, educação continuada e estímulo aos trabalhadores que atuam no SUAS.

Segundo a NOB – RH, a gestão do trabalho no SUAS, para responder aos princípios e diretrizes postas para a política da Assistência Social, deve estar voltada a capacitar conselheiros, trabalhadores e gestores de forma organizada, colaborativa, descentralizada que permita aperfeiçoar os serviços socioassistenciais (BRASIL, 2012).

Os serviços ofertados pela Assistência Social devem estar pautados no comprometimento ético e político dos trabalhadores que buscam potencializar e emancipar os cidadãos usuários destes serviços. Para tanto, são respeitados protocolos, rotinas, normas e padrões para atuação em cada serviço ofertado. Os princípios éticos estabelecidos pela NOB-RH são:

Defesa intransigente dos direitos socioassistenciais;
Compromisso em ofertar serviços, programas, projetos e benefícios de qualidade que garantam a oportunidade de convívio para o fortalecimento de laços familiares e sociais;
Promoção aos usuários do acesso a informação, garantindo conhecer o nome e a credencial de quem o atende;
Proteção a privacidade dos usuários, observando o sigilo profissional, preservando sua privacidade e opção e resgatando sua história de vida;
Compromisso em garantir atenção profissional direcionada para construção de projetos pessoais e sociais para autonomia e sustentabilidade;
Reconhecimento do direito dos usuários a ter acesso a benefícios e renda e a programas de oportunidades para inserção profissional e social;
Incentivo aos usuários para que estes exerçam seu direito de participar de fóruns, conselhos, movimentos sociais e cooperativas populares de produção;
Devolução das informações colhidas nos estudos e pesquisas aos usuários, no sentido de que estes possam usá-las para o fortalecimento de seus interesses;
Contribuição para mecanismos que venham desburocratizar a relação com os usuários, no sentido de agilizar e melhorar os serviços prestados (BRASIL, 2012).

A transparência das informações caracteriza direito dos usuários e permite maior controle das ações, se estas estão sendo realizadas ou não. O

comprometimento na oferta de serviços de qualidade supõe comportamento ético por parte do profissional e proporciona meios para o cidadão construir cidadania nos espaços sociais do qual faz parte.

Quanto a equipe¹⁷ que se destina a atender os usuários, estas tem por objetivo, entre outros de criar vínculos ao mesmo tempo em direcionar o cidadão ao serviço mais adequado a sua necessidade (FERREIRA, 2012, p.25).

Equipes de referência são aquelas constituídas por servidores efetivos responsáveis pela organização e oferta de serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e especial, levando-se em consideração o número de famílias e indivíduos referenciados, o tipo de atendimento e as aquisições que devem ser garantidas aos usuários (FERREIRA, 2012, p.25).

A maneira de referenciar também contribui para consolidação do SUAS através da continuidade dos serviços prestados, transmitindo segurança aos usuários. As equipes de referência são grupos de profissionais que trabalham na perspectiva de um atendimento ético, comprometido que busca promover proteção em todas as dimensões incluindo a Proteção Social Básica e Proteção Social Especial às famílias e indivíduos com intuito de acolher, estabelecendo e fortalecendo vínculos procurando responder a demanda com efetividade e eficiência nas ações propostas, conforme afirma Ferreira (2012, p.17).

De acordo com a NOB- SUAS/2005 família referenciada é aquela que vive em áreas caracterizadas como de vulnerabilidade, definidas a partir de indicadores estabelecidos por órgão federal, pactuados e deliberados. A unidade de medida família referenciada também é adotada para atender situações isoladas e eventuais famílias e indivíduos que não estejam em agregados territoriais atendidas em caráter permanente, mas que demandam no ente público a proteção social.

Por meio da avaliação realizada pela equipe de profissionais da Assistência Social é que se conhece a necessidade da proteção social de cada município e a partir desta análise, planeja-se o atendimento levando-se em consideração que em posse dos dados é que se compõe as equipes e o número de profissionais de cada uma para proporcionar um atendimento especializado (FERREIRA, 2012, p.28,29).

¹⁷ No decorrer deste estudo será apresentada a equipe de referência que atua junto ao CRAS Volante e destina-se ao atendimento do público alvo, o qual está sendo abordado neste Trabalho de Conclusão de Curso- TCC.

Após a IV Conferência Nacional de Assistência Social, inaugura-se um novo período para direcionar as ações descentralizadas e participativas no âmbito assistencial no país. Ao implantar o SUAS, o modelo de gestão que comporta os três entes federados com objetivo de implantar um regime descentralizado, participativo e com gestão própria.

2.3 TIPIFICAÇÃO NACIONAL DOS SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS

A Resolução Nº 109/2009 do CNAS, de 11 de novembro de 2009 aprova a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, a qual organiza os níveis de complexidade do SUAS em Proteção Social Básica e Especial. A Proteção Especial, por sua vez, é dividida entre Média e Alta Complexidade.

Para melhor organização dos benefícios, programas e projetos, a Proteção Social Básica divide-se em algumas modalidades de atendimento, sendo: Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família – PAIF -, Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV -, Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas. Na sequência, abordaremos alguns elementos sobre a execução destes serviços, em especial junto ao CRAS Volante, foco de nosso estudo.

2.3.1 Serviços da Proteção Social Básica

O Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família – PAIF- , é um serviço realizado com famílias em caráter continuado, com finalidade de proteger e prevenir a perda de vínculos, promover direitos através de ações de intuito preventivo, protetivo e proativo. O PAIF realiza um trabalho social com ações voltadas a área cultural e informacional com intuito de cumprir objetivos, buscando proporcionar novas vivências para as famílias que utilizam os serviços (BRASIL,2009).

É serviço baseado no respeito à heterogeneidade dos arranjos familiares, aos valores, crenças e identidades das famílias. Fundamenta-se no fortalecimento da cultura do diálogo, no combate a todas as formas de violência, de preconceito, de discriminação e de estigmatização nas relações familiares (BRASIL, 2009).

As ações realizadas pelo PAIF com as famílias, buscam o conhecimento de questões relevantes na troca de informações, contemplando desde a infância até

a velhice. É norteada pelos princípios de universalidade e gratuidade, sendo de responsabilidade do Estado a sua implementação. Estes serviços são ofertados exclusivamente no CRAS.

O PAIF é um serviço que prevê a articulação com outros serviços, colabora para identificar demandas provenientes da família, permitindo assim a materialização da matricialidade sociofamiliar no espaço do SUAS (BRASIL,2009).

Os usuários destes serviços são as famílias e indivíduos que se encontram em risco e vulnerabilidade social, proveniente da pobreza, do ausente ou não acesso aos serviços públicos, do rompimento de vínculos familiares e sociais e outros riscos sociais a que estejam em território de abrangência do CRAS especialmente:

- Famílias beneficiárias de programas de transferência de renda e benefícios assistenciais;
- Famílias que atendem os critérios de elegibilidade a tais programas ou benefícios, mas que ainda não foram contempladas;
- Famílias em situação de vulnerabilidade em decorrência de dificuldades vivenciadas por algum de seus membros;
- Pessoas com deficiência e/ou pessoas idosas que vivenciam situações de vulnerabilidade e risco social (BRASIL,2009).

Os objetivos estão pautados no fortalecimento da proteção às famílias e indivíduos, fortalecimento de vínculos e autonomia, segurança ao acesso aos serviços e que estes possam incluir as famílias na rede de proteção oferecida pela Assistência Social. (BRASIL, 2009). Estes serviços devem promover e garantir segurança, que são elas:

-Segurança de acolhida, consiste em acolher demandas, observar necessidades, orientar e encaminhar a benefícios e programas de transferência de renda e a tantos outros direitos do cidadão assegurando sua privacidade. (BRASIL,2009);

-Segurança do convívio familiar e comunitário, deve assegurar o convívio e experiências que possam contribuir para fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, a reparação de fragilidades sociais, possibilitando usufruir de serviços de qualidade que atendam suas necessidades (BRASIL,2009);

-Segurança do desenvolvimento da autonomia, é experimentar vivências que possibilitem o respeito ao indivíduo pautada em princípios éticos e de justiça social e que através da participação cidadã promovam o desenvolvimento da autonomia, auto estima e a ampliação de vivências culturais (BRASIL,2009);

Quanto as condições e formas de acesso, são para as famílias referenciadas ao CRAS que se encontrem em risco e vulnerabilidade social, aos usuários da Política de Assistência, os que recebem benefícios e que estão inseridos nos programas de transferência de renda. As formas de acesso se dão pela procura em vista da necessidade de cada um, por busca ativa ou encaminhados de outros serviços da rede socioassistencial (BRASIL, 2009).

O que se espera, com a execução do PAIF, ou seja, o impacto social é que contribua para:

Redução da ocorrência de situações de vulnerabilidade social no território de abrangência do CRAS;
Prevenção da ocorrência de riscos sociais, seu agravamento ou reincidência no território de abrangência do CRAS;
Aumento de acessos a serviços socioassistenciais e setoriais;
Melhoria da qualidade de vida das famílias residentes no território de abrangência do CRAS (BRASIL,2009).

Outro serviço prestado pelo CRAS, entretanto de caráter não exclusivo desta unidade é o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV.

Serviço realizado em grupos, organizado a partir de percursos, de modo a garantir aquisições progressivas aos seus usuários, de acordo com o seu ciclo de vida, afim de complementar o trabalho social com famílias e prevenir a ocorrência de situações de risco social. Forma de intervenção social planejada que cria situações desafiadoras, estimula e orienta os usuários na construção e reconstrução de suas histórias e vivências individuais e coletivas, na família e no território (BRASIL,2009).

Este serviço articula-se com o PAIF, para garantia da matricialidade sócio familiar pautada pela política de Assistência Social. Os serviços são voltados à atender indivíduos e famílias em uma abrangência de faixa etária iniciando antes dos 6 anos de idade até atingir os idosos.

Para crianças de até 6 anos é um serviço complementar realizado pelo PAIF, que visa desenvolver atividades com crianças e famílias que passam por exclusão social e situação de riscos, violência doméstica e exploração do trabalho infantil (BRASIL,2009).

Pauta-se no reconhecimento da condição peculiar de dependência, de desenvolvimento desse ciclo de vida e pelo cumprimento dos direitos das crianças, numa concepção que faz do brincar, da experiência lúdica e da vivência artística uma forma privilegiada de expressão, interação e proteção social. Desenvolve atividades com crianças, inclusive com crianças com deficiência, seus grupos familiares, gestantes nutrizes[...] (BRASIL, 2009).

Ao realizar estas atividades com as famílias, busca-se desenvolver e socializar espaços de brincadeiras que facilitam o fortalecimento de laços familiares (BRASIL,2009).

Para as crianças e adolescentes de 6 a 15 anos “[...] as intervenções devem ser pautadas em experiências lúdicas, culturais e esportivas como formas de expressão, interação, sociabilidade e proteção social [...]” (BRASIL,2009). Estão incluídos também, as crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil e outros tipos de violação de direitos.

Já nos os serviços para adolescentes e jovens de 15 a 17 anos,

[...] As atividades devem abordar as questões relevantes sobre a juventude, contribuindo para a construção de novos conhecimentos e formação de atitudes e valores que reflitam no desenvolvimento integral do jovem[...] (BRASIL,2009).

Estas atividades devem promover desta forma, a sociabilidade, o respeito e a valorização de pluralidade e singularidade, incentivando a expressão e participação em espaços públicos.

Quanto aos serviços para idosos, o foco é desenvolver atividades que colaborem para o envelhecimento saudável, prevenir riscos, desenvolver autonomia, valorizando os interesses desses grupos e principalmente suas experiências e vivencias, incentivando o direito e decisão de escolha (BRASIL, 2009).

Outro serviço oferecido dentro da Proteção Social Básica é o Serviço de Proteção Básica no Domicílio para Pessoa com Deficiência e Idosa. Segundo a Tipificação (BRASIL, 2009), este Serviço tem por finalidade prevenir agravos que possam resultar na perda de vínculos familiares e sociais, colaborar para inclusão destes e oportunidade de participar e desenvolver auto estima e autonomia por meio de suas capacidades. Este serviço ainda está em fase de estruturação no âmbito da Política de Assistência Social do Município de Cascavel, a gestão está elaborando novos instrumentais e capacitando as equipes para sua execução.

O referido serviço deve colaborar para inclusão de pessoas com deficiência nos serviços socioassistenciais, estar integrado a outras políticas, como saúde, educação, transporte e especialmente ações que promovam acessibilidade, habilitação e reabilitação, estendendo estas ações as famílias focando na qualidade de vida (BRASIL,2009).

Traz como um dos seus objetivos, a prevenção, proteção e promoção de potencialidades na defesa de direitos e incentivo a participação cidadã (BRASIL, 2009). Este serviço deve promover ao usuário a aquisição de segurança na acolhida, preservando a identidade e integridade, acolher demandas, necessidades, orientar e encaminhar aos serviços de rede garantindo assim o acesso aos direitos sociais.

A promoção da convivência familiar e comunitária, permite que as experiências de vida contribuam para fortalecer vínculos sociais, familiares e comunitários na tentativa de superar dificuldades existentes (BRASIL,2009). A segurança de autonomia, desenvolvida por estes serviços busca reunir recursos obtidos na comunidade e na família, a integração e inserção, priorizando o respeito mútuo, além disso, disponibiliza a equipe inter-profissional para escuta e avaliação dos serviços ofertados (BRASIL,2009).

Na sequência, apresentarmos os serviços desenvolvidos pela PSB, estaremos descrevendo sucintamente os serviços desenvolvidos na PSE- Proteção Social Especial, cujos também integram o SUAS.

2.3.2 Serviço de Proteção Social Especial de Média Complexidade e Alta Complexidade

Dentro da Proteção Social Especial de Média Complexidade são desenvolvidos os seguintes serviços: PAEF, Serviço Especializado em Abordagem Social, Serviço de Proteção Social a Adolescente em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida – PSC -, Serviço de Proteção Especial a Pessoa com Deficiência, Idosos e suas Famílias.

O Serviço de Proteção e Atendimento Especializado à Famílias e Indivíduos – PAEFI -, é um serviço de apoio à famílias que estão ameaçadas de violação de direitos; tem atenção voltada a orientação, acompanhamento, promoção de direitos e a prevenção de vulnerabilidades, bem como ao fortalecimento de vínculos familiares e comunitários (BRASIL,2009).

Entre alguns dos usuários deste serviço estão os indivíduos e famílias que estão em situação de violação de direitos decorrentes de:

Violência física, psicológica e negligência; Violência sexual: abuso e/ou exploração sexual; Afastamento do convívio familiar devido à aplicação de medida socioeducativa ou medida de proteção; Tráfico de pessoas; Situação de rua e mendicância; Abandono; Vivência de trabalho infantil; Discriminação em decorrência da orientação sexual e/ou raça/etnia; Outras formas de violação de direitos decorrentes de discriminações/submissões a situações que provocam danos e agravos a sua condição de vida e os impedem de usufruir autonomia e bem estar; Descumprimento de condicionalidades do PBF e do PETI em decorrência de violação de direitos (BRASIL, 2009).

Com isto, a abrangência dos serviços é ampla, contemplando a indivíduos e famílias que vivenciam as mais diversas expressões de violência e violação de direitos. No Município de Cascavel estes atendimentos são prestados por meio do Centro de Referência Especializado de Assistência Social- CREAS I, II E III.

De acordo com a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais o Serviço Especializado em Abordagem Social é um serviço continuado e programado com o fim de buscar nos territórios, casos de trabalho infantil, exploração sexual, indivíduos em situação de rua, entre outros. (BRASIL, 2009). Traz alguns objetivos como identificar famílias e indivíduos que se encontram em situações como as já colocadas, formular ações de inclusão destes na família e na comunidade.

Em Cascavel, é ofertado o Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) junto ao CREAS II.

Este serviço é destinado a jovens entre 12 e 18 anos que estão em cumprimento de medidas socioeducativa em regime aberto. Nestes casos, é elaborado um programa para melhor atender o adolescente do qual ele e sua família participam da elaboração, com metas e objetivos propostos conforme a necessidade do adolescente (BRASIL, 2009). Coloca como alguns de seus objetivos, o acompanhamento desses adolescentes, buscando contribuir para o fortalecimento da autoconfiança, bem como de vínculos familiares e comunitários (BRASIL, 2009).

No Município de Cascavel existe ainda o CREAS III, voltado à oferta do Serviço de Proteção Especial a Pessoas com Deficiência, Idosos e suas famílias. Dispensa atendimento especializado a estas categorias, ou seja, pessoas que apresentam situações decorrentes de dependência e violação de direitos (BRASIL, 2009). Este serviço busca a promoção da autonomia, o reconhecimento das potencialidades da família e dos cidadãos. Segundo a Tipificação, objetiva entre

outros, a melhoria da qualidade de vida, a inserção a benefícios, programas e projetos e a rede socioassistencial.

O Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua, ofertado no CREAS POP deste Município é destinado à pessoas que estão em situação de rua; oferece encaminhamento aos serviços da rede socioassistencial objetivando a acolhida. Também possui método de registro de dados para melhor acompanhamento e localização da família (BRASIL,2009).

Entre os Serviços da Proteção Social Especial, destacamos na sequência os serviços pertencentes à Alta Complexidade.

Serviço de Acolhimento Institucional: Este serviço visa garantir atendimento integral as pessoas em situação de acolhimento por rompimento de vínculos. Conforme a Tipificação, deve respeitar as individualidades e particularidades culturais, raciais de etnia e gênero, entre outras. Em seu atendimento, contempla todas as faixas etárias, como crianças, adolescentes e idosos, adultos e suas famílias, mulheres em situação de violência, jovens e adultos com deficiência (BRASIL, 2009). Destina atendimento específico a cada grupo, sempre voltado a promoção de direitos, inserção na vida social, autonomia e fortalecimento de vínculos familiares e garantia de acolhida.

O Serviço de Acolhimento em Repúblicas, segundo a Tipificação, oferece moradia aos maiores de 18 anos, aos que estão abandonados, em situação de risco social e pessoal que não tenham condições de sustentar-se. Ainda conforme a Tipificação, também destina-se a atender pessoas adultas que estão em situação de rua e aos idosos, sempre respeitando as necessidades de cada faixa etária, objetivando proteção, autonomia e promoção de direitos, segurança de acolhida e inserção comunitária (BRASIL, 2009).

Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora: acolhe crianças e adolescentes que estão temporariamente afastados da família de origem. O serviço: "[...] é o responsável por selecionar, capacitar, cadastrar e acompanhar as famílias acolhedoras, bem como realizar o acompanhamento da criança e/ ou adolescente acolhido e sua família de origem" (BRASIL, 2009). Este serviço, segundo a Tipificação, segue orientações técnicas e diretrizes do Estatuto da Criança e do Adolescente- ECA. Objetiva o acolhimento, a preservação dos vínculos, a convivência comunitária e o ingresso de volta a família de origem (BRASIL, 2009).

Serviço de Proteção em Situação de Calamidades Pública e de Emergências: segundo a Tipificação, este serviço destinado a atender pessoas que se encontram em tal situação, objetivando o acolhimento das famílias, identificar perdas e danos, realizar cadastros das famílias prejudicadas, ofertar benefícios eventuais e inseri-las na rede socioassistencial (BRASIL, 2009).

2.4 O CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CRAS

O CRAS desenvolve trabalho pautado na matricialidade familiar, deve buscar através das ações propostas, colaborar para desenvolver capacidades e competências das e seus indivíduos para que estes busquem alternativas às suas necessidades exercendo a prática de cidadania.¹⁸

O CRAS se destina a atender a população que apresente o maior ameaça de ocorrência de vulnerabilidades sociais, seu objetivo é prevenir os riscos decorrentes desta. É uma unidade pública do SUAS e serve como direção para desenvolver serviços socioassistenciais aos quais são referendados através do território que abrange (MDS, 2009.p.11).

O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) é uma unidade pública estatal descentralizada da política de Assistência Social, responsável pela organização e oferta de serviços da proteção social básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) nas áreas de vulnerabilidade e risco social dos municípios e DF. Dada sua capilaridade nos territórios, se caracteriza como a principal porta de entrada do SUAS, ou seja, é uma unidade que possibilita o acesso de um grande número de famílias à rede de proteção social de Assistência Social (BRASIL, 2009, p.11).

Os serviços realizados pelo CRAS devem auxiliar na organização e hierarquia da rede socioassistencial territorial, obedecendo a direção de descentralização da política de Assistência Social. O CRAS deve vincular-se aos serviços socioassistenciais e agir em conjunto com estes, com intuito de terminar

¹⁸Disponível em: <<http://www.cascavel.pr.gov.br/secretarias/seaso/pagina.php?id=440>>. Acesso em 19.nov.2015.

com o atendimento segmentado que desconsidera as vulnerabilidades sociais existentes¹⁹.

O CRAS Volante foi criado em outubro de 2009, tem a proposta de aproximar os serviços aos usuários, dando prioridade às famílias e indivíduos que se encontram em situações de vulnerabilidades e fragilidades.

A equipe do CRAS Volante é responsável por atender as famílias que moram em locais de difícil acesso e que são distantes da unidade física, realizando busca ativa com objetivo de desenvolver o Serviço de Proteção Integral as Famílias (PAIF) e serviços de proteção básica que deverão ser ajustados às especificidades locais respeitando os objetivos propostos. Este CRAS foi implantado visando cumprir com as exigências legais, que já abordamos anteriormente, quando mencionado que o acesso a Política de Assistência Social deve ser ofertada de forma igualitária para as populações urbanas e rurais.

Atualmente, a equipe do CRAS Volante é composta pelos seguintes trabalhadores: 03 Assistentes Sociais, 01 Coordenadora/Assistente Social, 01 Psicóloga, 02 Motoristas, 01 Zeladora, 01 Monitora (que faz a função de auxiliar administrativo), 02 estagiárias de Psicologia e 01 estagiária de Serviço Social.

A pesquisa foi realizada no território de abrangência do CRAS Volante junto aos moradores da área rural. O território compreende 7 distritos administrativos: São Salvador, Rio do Salto, Juvinópolis, São João do Oeste, Sede Alvorada, Espigão Azul e Diamante, bem como as comunidades rurais²⁰ que integram esses distritos.

¹⁹Disponível em: <<http://www.cascavel.pr.gov.br/secretarias/seaso/subpagina.php?id=127>>. Acesso em 19.nov.2015.

²⁰ São Salvador as comunidades são: Rio Cascavel, Alto São Salvador, São Braz, Salto Portão, Alto Bom Retiro, Bom Retiro, Linha Scanagata, Assentamento Esperança, São Roque, Parque Santa Luzia, São Luiz, Colônia Esperança, Acampamento 1º de Agosto.

Rio do Salto: Linha Velha, São Luiz, Pinhalzinho, Rio do Oeste, Lote 05, Nossa Senhora de Lourdes, Casa Velha, Acampamento Dorcelina Follador, Acampamento 1º de Maio.

Juvinópolis: Castelo Branco, Colônia Pires, Três Perobas, Rio das Antas, Rio das Flores, Linha Tolentino, Linha Camargo, Brigadeiro, Bela Vista do Cravaggio.

São João do Oeste: Alto Rio Tourinho, Cachoeira Alta, Cachoeira Baixa, Rio das Antas, Rio Bonito, Colônia Esperança, Centralito, Linha Nove, Linha Gaipa, Vila Cajati, Alto Para, Sapucaia, Colônia Barreiro, Acampamento 7 de Setembro, Acampamento 7 de Março, Rio das Antas, Assentamento Valmir Mota. Reassentamento Santa Bárbara: 03 Associações: 1. Foz Chopim; 2. Santa Catarina; 3. Santo Isidoro, Fazenda Comil, Cajati, Centenário, Santa Terezinha, Nossa Senhora da Salete. Acampamento Casa Nova, Linha Fazenda Refopas, Fazenda Flamapec. Reassentamento São Francisco; Acampamento Primeiros Passos (MLST), 08 Associações e 05 Comunidades.

Sede Alvorada: Barro Preto, Novo Horizonte, São Martins, São Pedro, São Roque do Lopeí, São Braz, Esquina Memória.

Nos distritos e nas comunidades são desenvolvidos os seguintes serviços pela equipe do CRAS Volante: Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Idosos, Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Adolescentes e Jovens de 15 a 17 anos, Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas, Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças e Adolescentes de 6 a 15 anos, Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família (PAIF). Os Benefícios Eventuais ofertados no CRAS Volante são: Auxílio Documentação Civil, Auxílio Alimentação e Auxílio Natalidade.

Após apresentarmos a legislação que permeia a Política de Assistência Social no Brasil, bem como conhecermos um pouco mais a fundo o trabalho desenvolvido pelo CRAS Volante, levando o acesso a alguns serviços da Política Nacional de Assistência Social para a população rural, apresentaremos no capítulo que segue, o resultado da pesquisa desenvolvida junto a esta população que é atendida pelo CRAS, bem como pelos trabalhadores de nível superior que atuam nesta unidade, visando conhecer por meio da análise de ambas as partes como é efetivamente o acesso dos moradores da área rural aos Serviços garantidos pela LOAS e pela PNAS.

Espigão Azul: Planaltina, Esquina Memória, Placa Lindóia, Melissa, Lago Azul, Novo Horizonte, Santa Catarina.

Diamante: Peroba, Reassentamento Navegantes, Gramadinho, Rio 47, Jangada, São Mateus,, Jangadinha, Jangada Taborda, Rio Saltinho, Navegantes, Alto Bom Retiro, , Serro Verde, Bom Retiro, Diamante.

3. RESULTADO E ANÁLISE DOS DADOS

O trabalho ora apresentado, trouxe como tema o acesso que os moradores da área rural possuem às políticas sociais, buscando dentro desta problemática saber a condição que estes têm em relação ao ingresso e o conhecimento dos direitos sociais garantidos pela Política de Assistência Social, que são ofertados pelo CRAS.

Trouxe como objetivo geral: *"Identificar se a população rural da área de abrangência do CRAS Volante está tendo informação e acesso a Política de Assistência Social, garantidos pelo CRAS, as quais tem direito"*

Em seus objetivos específicos buscou-se:

A) *"Identificar a população rural da área de abrangência do CRAS Volante"*. B) *"Verificar o nível de informação e compreensão que os usuários do meio rural tem em relação aos seus direitos sociais"*. C) *"Analisar a atuação do CRAS Volante em relação a promoção da Política de Assistência Social no meio rural"*. D) *"Analisar quais as condições de acesso da população rural aos seus direitos, garantidos na Política de Assistência Social e ofertados por meio do CRAS"*.

Acreditou-se, que a dificuldade do acesso dos moradores da área rural aos serviços garantidos pela Política Nacional de Assistência Social se dá por fatores como: alguns dos usuários residem em locais onde não há transporte público e os moradores não dispõem de meio de transporte. Isto cria uma distância entre os usuários e a oferta dos serviços, considerando que estes são agendados previamente e, muitas vezes, a disponibilidade destes à procura do serviço fica prejudicada por questões climáticas.

Portanto, o projeto de pesquisa visou, por meio dos serviços existentes, buscar o conhecimento dos sujeitos da área rural na perspectiva de ampliação da promoção da política assistencial, bem como viabilizar de forma que transpareça os serviços, programas e projetos já existentes aos usuários e que estes possam usufruir dos mesmos com melhor qualidade ao acesso e conhecimento.

A metodologia utilizada foi o Materialismo Histórico Dialético, por acreditarmos ser o método adequado, considerando que no contexto em que aconteceu o estudo que deu origem a este trabalho refere-se a conhecer os sujeitos, suas vivências, dificuldades, necessidades sociais, políticas, econômicas e culturais e através disto, interpretarmos a realidade social posta.

Para realização do referido trabalho, utilizamos a pesquisa, que segundo Minayo "[...] é a atividade básica da ciência na sua indagação e construção da realidade" (2010, p.16).

A pesquisa foi exploratória, pois realizou entrevista com os usuários e também com os técnicos de nível superior do CRAS Volante (roteiro das entrevistas se encontra nos Apêndices A e B), buscando formular problemas para criação de hipóteses posteriores. Também foi descritiva, trazendo dados das populações da área rural e suas características.

A referida pesquisa procura colocar a qualidade dos serviços prestados pelos técnicos do CRAS Volante, através das respostas obtidas nas entrevistas bem como a maneira que a população está acessando os serviços da Política Nacional de Assistência Social às quais tem direito, caracterizando-se, então como pesquisa qualitativa.

Justificou-se este método por contribuir para que, através da abordagem com o usuário, obteve-se uma visão com maior amplitude da realidade social destes, como são suas vivências com a comunidade local e como de dá a relação destes com os serviços socioassistenciais.

A Pesquisa descritiva, segundo Gil (2006, [s.p.]), tem como objetivo a descrição das características de determinada população ou grupo como idade, sexo, nível de renda, estado de saúde física e mental. Estas pesquisas também visam descobrir a existência de associações entre variáveis e determinar a natureza desta relação.

Este trabalho foi realizado junto a população da área rural do Município de Cascavel²¹, nos Distritos os quais o CRAS Volante presta atendimento que são: Sede Alvorada, Espigão Azul, São João do Oeste, São Salvador, Rio do Salto, Juvinópolis e Diamante.

Nestes distritos foram atendidos em 2014 um total de 1.271 pessoas, segundo Relatório Anual do CRAS Volante, que estão inseridas nos programas garantidos pela Política Nacional de Assistência Social e ofertados pelo CRAS. Foi realizado um recorte deste total e selecionadas 21 pessoas, contemplando todos os distritos. Foram entrevistados aleatoriamente 3 moradores de cada distrito.

²¹ Todos os entrevistados foram esclarecidos sobre a sua participação na entrevista, bem como assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido que se encontra no anexo 03

A coleta de dados se deu através de entrevista estruturada com perguntas abertas e fechadas, aplicada aos usuários dos serviços socioassistenciais que visou o conhecimento do perfil dos usuários e obteve informações sobre o esclarecimento e o acesso que os usuários tem às políticas sociais, como também compreendeu-se como estas políticas chegam até eles.

Foi realizado também, uma entrevista com os técnicos de nível superior do CRAS Volante. O roteiro foi baseado em perguntas abertas e fechadas que verificou como estão sendo ofertados os serviços da Política de Assistência Social aos usuários da área rural.

Segundo Gil, a entrevista é uma forma de interação social, de diálogo assimétrico em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação.

A entrevista é uma das técnicas de coleta de dados mais utilizadas no âmbito das ciências sociais. Psicólogos, sociólogos, Pedagogos, Assistentes Sociais e praticamente todos os outros profissionais que tratam de problema humanos vale-se desta técnica, não apenas para coleta de dados, mas também com objetivos voltados para diagnóstico e orientação (GIL, 2006, p. 117).

Esta técnica foi adequada para investigação social, não sendo necessário que a pessoa soubesse ler ou escrever; permitiu clareza nos resultados e obteve informações acerca do que os usuários e os técnicos entendem e conhecem sobre direitos sociais; obteve dados referentes a alguns aspectos da vida social; adaptou-se as circunstâncias do entrevistado, permitindo maior clareza nos resultados.

Assim sendo, considerou-se aplicáveis esses instrumentos de coletas de dados por serem os mais adequados e que nos permitiram atingir os objetivos da pesquisa.

A referida entrevista foi realizada com diferentes usuários, junto aos grupos nos quais ocorre a oferta do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, nos momentos das visitas domiciliares, com de usuários do PAIF e entre outros momentos em que estavam acontecendo ações através do CRAS Volante, quando as condições climáticas permitiram. Também foi realizada busca ativa aos moradores da área rural em suas residências e foram abordados os usuários que se encontravam nas Unidades de Saúde da Família- USFs, nos dias em que o CRAS realizava atendimento, utilizando-se do espaço físico destas.

A participação do usuário foi voluntária e a escolha aleatória e procurou-se contemplar todas as faixas etárias entre homens e mulheres. Foram um total de 11 perguntas realizadas aos usuários, conforme apresentaremos na sequência, podendo observar e refletir sobre as respostas obtidas.

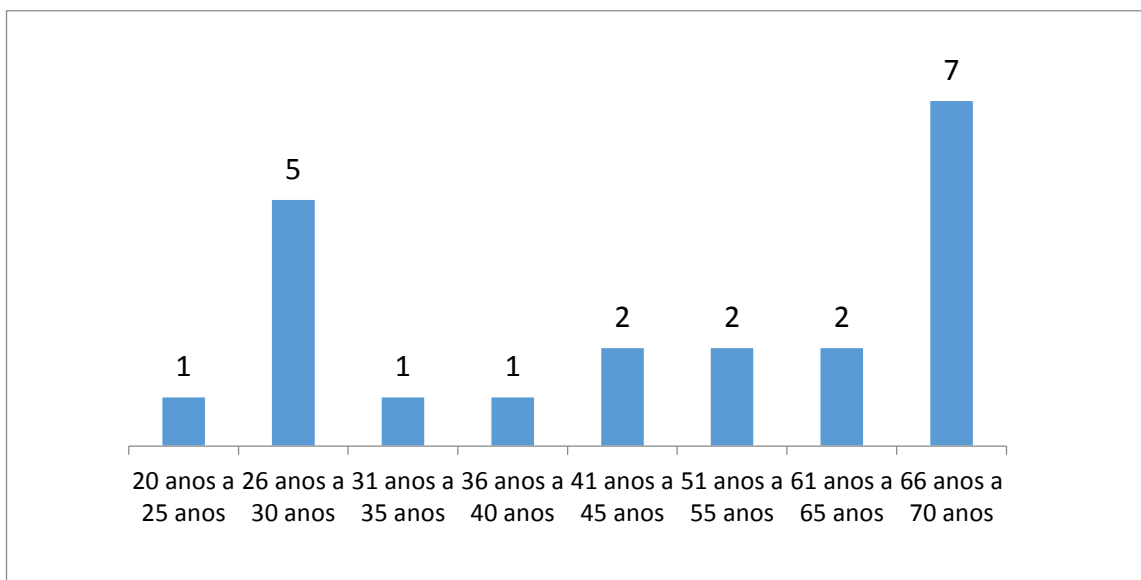
3.1 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Para realizar a apresentação dos dados obtidos com as entrevistas realizadas, as informações serão expostas por meio de gráficos, que visam facilitar a visualização, bem como serão analisados teoricamente de acordo com as categorias as quais eles se enquadram.

Para identificação dos entrevistados e visando manter o sigilo em relação ao nome do mesmo, estes serão identificados por meio do número da entrevista, seguindo a sequência em que estas ocorreram.

A primeira pergunta realizada ao entrevistado se referia a sua idade. Para isso as categorias foram divididas de 5 em 5 anos:

GRÁFICO 01 – IDADE DOS PARTICIPANTES



FONTE: Vasconcelos. Projeto de pesquisa, 2015.

Na primeira pergunta obtivemos dados referentes à idade do total dos 21 entrevistados, sendo estes um público de 20 a 70 anos. O maior número foi da idade, conforme pudemos observar no Gráfico 01, entre 66 a 70 anos (7 entrevistados) e entre 26 a 30 anos (5 entrevistados). O restante da faixa etária, ou

seja, o público entre 31 a 65 anos, ficou entre 1 e 2 pessoas do total de entrevistados.

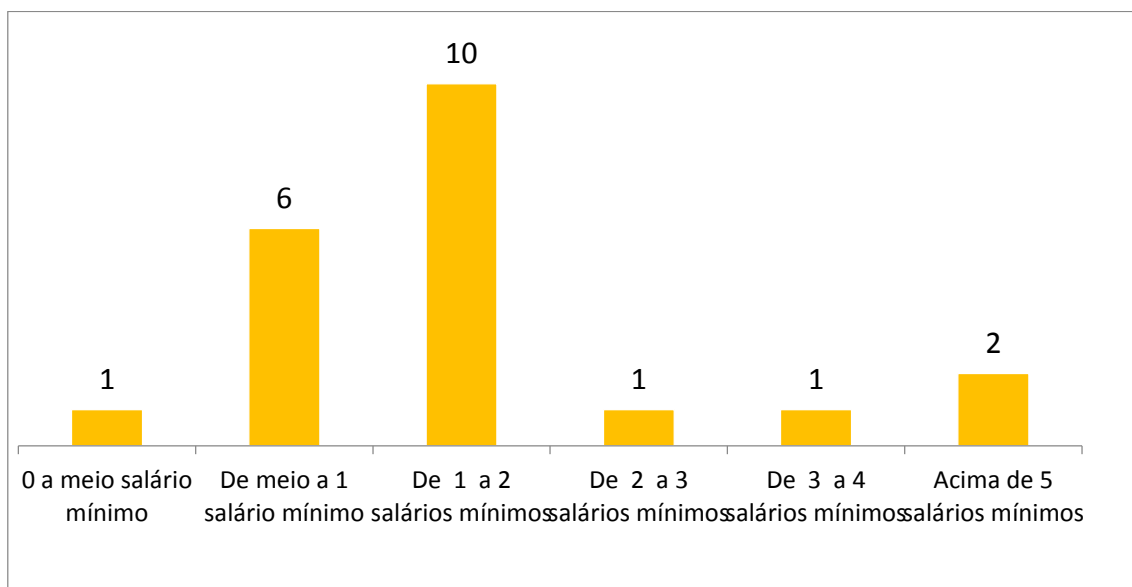
Avaliamos com este resultado que, tanto o público mais jovem quanto os idosos estão recebendo o atendimento quando busca por este, ou seja, os serviços ofertados pelo CRAS e garantidos pela PNAS, estão de fato cumprindo sua função, obedecendo a Tipificação dos Serviços Socioassistenciais que:

Realiza ações com famílias que possuem pessoas que precisam de cuidado, com foco na troca de informações sobre questões relativas à primeira infância, a adolescência, à juventude, o envelhecimento e deficiências a fim de promover espaços para troca de experiências, expressão de dificuldades e reconhecimento de possibilidades (BRASIL,2009).

Assim sendo, estes serviços devem contemplar todas as faixas etárias conforme as suas necessidades, assistindo desde a infância até a velhice, trabalhando na perspectiva de valorização de potencialidades individuais e coletivas.

A segunda pergunta realizada buscou identificar a renda familiar do entrevistado, conforme apresentado no Gráfico 02.

GRÁFICO 02 – RENDA FAMILIAR



FONTE: Vasconcelos. Projeto de pesquisa, 2015.

Ao serem indagados sobre a renda familiar, o resultado obtido foi bastante variado ficando esta entre 0 (zero) e acima de cinco salários mínimos²².

²² Salário Mínimo vigente em Novembro de 2015: R\$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais).

A renda familiar que mais predominou entre os entrevistados foi entre 1 a 2 salários mínimos (10 pessoas) e de meio a 1 salário (6 pessoas). Nas respostas que obtivemos avaliamos que esta renda mensal, de no máximo 2 salários, indica que o nível econômico é baixo em relação à manutenção familiar no que se refere aos gastos mensais, pois na área rural estes gastos não se diferem tanto aos da área urbana. Muitos moradores, em especial os que residem na sede dos distritos também pagam aluguel, luz, água, bem como as demais despesas como: alimentação, vestuário, transporte, entre outros.

Avalia-se também que na área rural o acesso a determinadas necessidades como a alimentação, que é a primeira do ser humano, é dificultada, pois mesmo que se produzam os alimentos para subsistência, estes não estão à disposição todo tempo, sendo que dependem da época de cada plantio, das condições climáticas, de como se dá o processo todo desde o plantio, do desenvolvimento até a colheita.

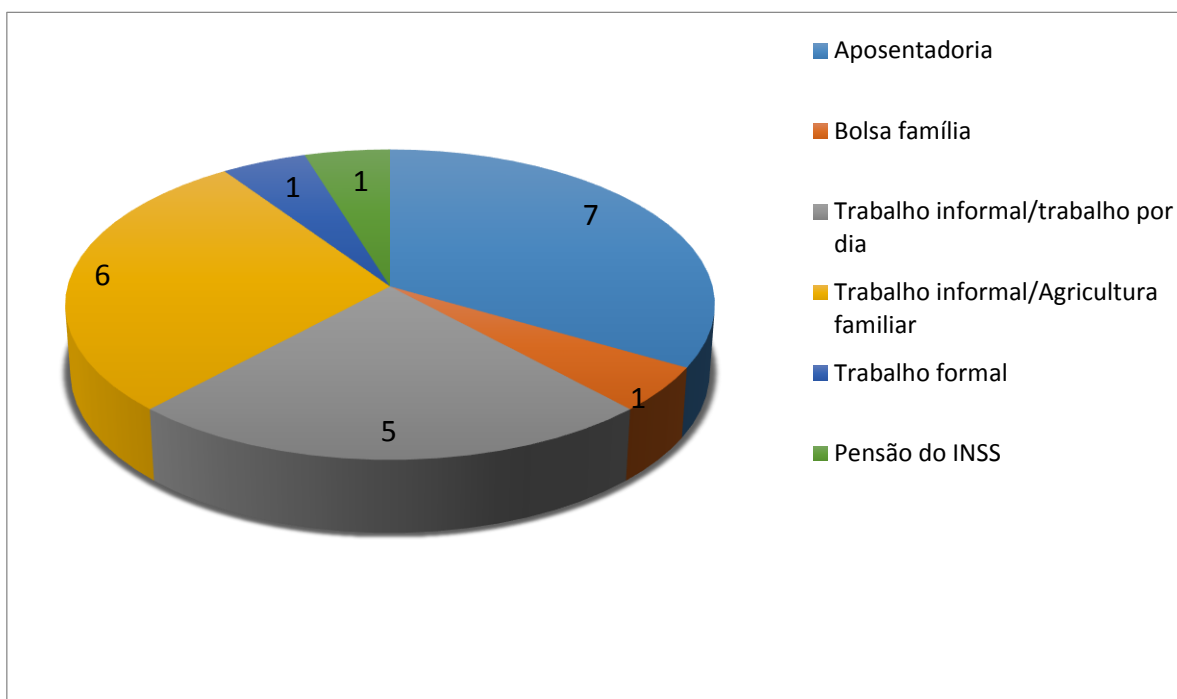
Ainda referente à renda familiar, não podemos deixar de avaliar que somos susceptíveis a doenças, acidentes e outros imprevistos e que estes muitas vezes implicam em custo, sendo que com uma baixa renda, torna-se difícil manter o restante das despesas, necessitando este cidadão de “ajuda”, por vezes proveniente da Assistência Social.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou uma tabela com os dados referentes a renda *per capita* dos domicílios para o Brasil, Estados e Distrito Federal, obtidos através da pesquisa realizada pela Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio Contínua- PNAD Contínua²³. Conforme dados desta fonte, a renda domiciliar per capita no Estado do Paraná em 2014 foi de um mil, duzentos e dez reais (IBGE, 2014). Esta renda, comparada a renda mensal dos entrevistados, podemos considerar que é alta, pois na maioria das respostas que obtivemos a renda é de até 2 salários mínimos, (10 pessoas), e de zero à 1 salário (6 pessoas), somando um total de 16 entrevistados, sendo portanto a maior parte deles que possui renda até dois salários mínimos.

²³ A PNAD Contínua é uma pesquisa domiciliar que, a cada trimestre, levanta informações socioeconômicas em mais de 200.000 domicílios, em aproximadamente 16.000 setores censitários, distribuídos em cerca de 3.500 municípios, e com representatividade de resultados para cada uma das Unidades da Federação

A terceira pergunta buscou descobrir a origem da renda familiar apresentada pelo entrevistado, conforme podemos observar no gráfico que segue, ela advém de diversas fontes.

GRÁFICO 03 - ORIGEM DA RENDA FAMILIAR



FONTE: Vasconcelos. Projeto de pesquisa, 2015.

Na terceira pergunta realizada ao entrevistado, buscou-se saber quanto a origem da renda familiar, sendo esta proveniente na maioria dos entrevistados da aposentadoria (7 pessoas) e do trabalho informal/ agricultura familiar (6 pessoas), seguida por trabalho informal ou por dia.

Considerando o público alvo referente a faixa etária, analisamos que este público são pessoas que já recebem aposentadoria, sendo maior parte deles e que estes estão incluídos nos grupos atendidos pelo CRAS Volante. Quanto aos que responderam que origem da renda é do trabalho informal / agricultura familiar, considera-se que esta renda, por se tratar da área rural é de extrema importância para estes cidadãos, pois desenvolvem suas capacidades laborais através do cultivo da terra, sendo este um dos meios de sua subsistência, colaborando assim para sua permanência no meio rural, fortalecendo a continuidade da cultura e dos vínculos através da socialização com os moradores locais.

Gostaríamos de ressaltar, a diferença demonstrada neste gráfico em relação a renda obtida de maneira informal. Encontramos residindo na área rural os trabalhadores que obtém renda através do cultivo da terra em propriedades próprias (pequenos agricultores) e os trabalhadores rurais que são designados como “volantes”, ou seja, estes trabalhadores geralmente não possuem propriedade privada, assim prestam serviços como “diaristas rurais” nas propriedades de outras pessoas. A renda proveniente desta forma de trabalho pode ser considerada bastante instável, pois ao contrário do proprietário da terra que pode obter renda mesmo com as dificuldades no cultivo, o trabalhador rural “volante” depende diariamente de um local para conseguir trabalhar e obter sua renda. Ocorre que em muitos casos, tais como épocas de muitas chuvas, épocas que não há plantios ou colheitas, este trabalhador fica sem trabalho minimamente garantido, em consequência, sem nenhuma renda. Fato este, que inúmeras vezes leva os usuários a procurarem ajuda proveniente dos benefícios de transferência de renda ou do CRAS, por meio dos benefícios eventuais, como auxílio alimentação.

Sobre o trabalhador, Sposati (2006, p.14), ressalta que mesmo os trabalhadores formais são tidos como marginais, embora produzindo, segundo a autora:

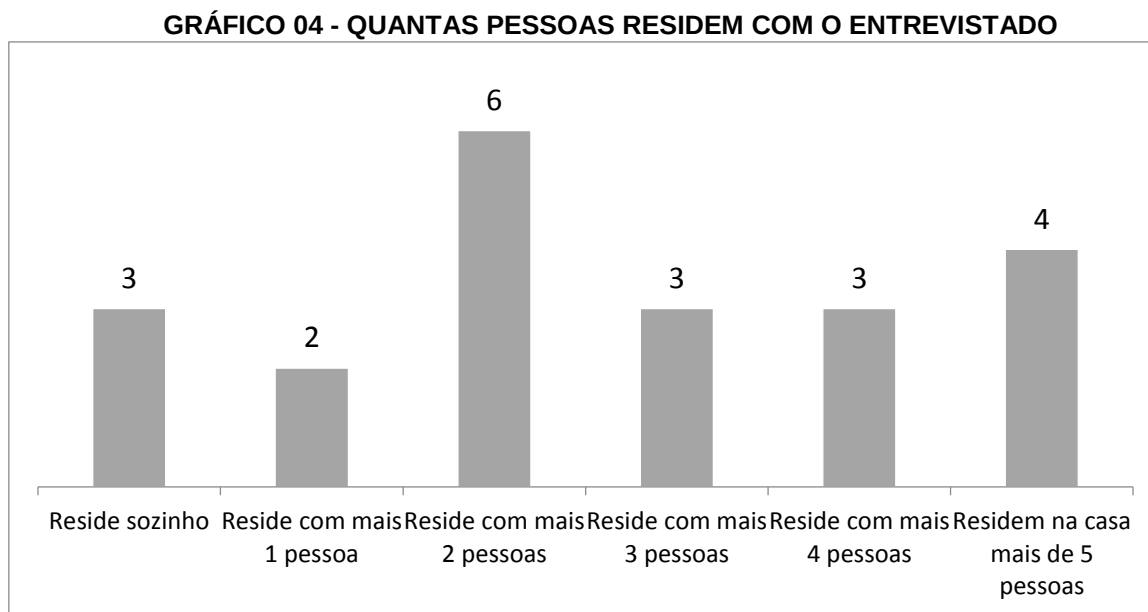
Parece que ainda se vale da noção de que o homem só possui a sua existência reconhecida enquanto se faz trabalhador aos olhos do capital. Aqueles que não estiverem, mesmo que circunstancialmente, vivendo tal condição, perdem a sua visibilidade, pois não existem imediatamente para o capital. Assim, o trabalhador que não se insere formalmente no mundo do trabalho não ganha visibilidade econômica e política. Não basta ter a posse da força de trabalho, é necessário a posse e efetivação do emprego para ganhar a visibilidade e o reconhecimento dela decorrente.

Segundo a autora supracitada, a Assistência Social, em partes se orienta a essa classe, sendo esta, um instrumento econômico e político para assistir aos necessitados.

Com as experiências vivenciadas no campo de estágio e neste momento através da análise das entrevista podemos perceber que a Assistência aos desempregados entre outros encaminhamentos, é realizada por meio de auxílios eventuais como colocado anteriormente, e quando tratamos dos "não existentes", consideramos que no meio rural os cidadãos já não são vistos como os de outro lugar, como o meio urbano, pois não participam das mesmas relações sociais. Seu espaço geralmente é restrito ao meio em que vivem, sem que muitas vezes tenham

oportunidade de contrair amizades e até mesmo um trabalho pela dificuldades financeiras e do meio de transporte para locomoção.

Ao indagarmos aos entrevistados sobre com quem residem, obtivemos as seguintes respostas, conforme apresentação no gráfico que segue:



FONTE: Vasconcelos. Projeto de pesquisa, 2015.

Das respostas obtidas, moram sozinhos (as) 3 pessoas entrevistadas; estas participam do grupo do SCFV do CRAS Volante. Considera-se que este espaço de convivência é importante, sendo que tanto estes usuários quanto os outros, necessitam manter vínculos sociais e comunitários. Isto colabora para sua saúde mental e física, pois através dos programas desenvolvidos, os usuários podem desenvolver habilidades manuais, intelectuais, melhorar a autoestima e, com isto, colaborar para uma vida mais saudável.

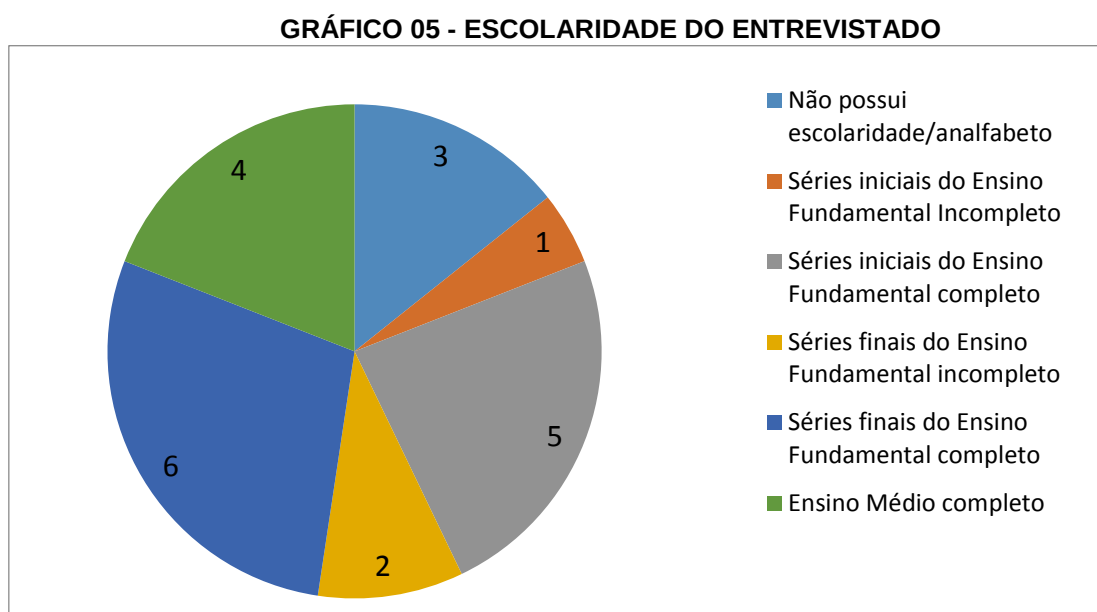
Conforme dado do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE, SENSO de 2010, no que se refere aos domicílios brasileiros:

As características dos domicílios se referem ao conforto, pois indicam a quantidade de moradores por dormitório e por cômodo, os serviços de que dispõem e os bens de consumo duráveis presentes nos lares. Ao pesquisar os domicílios o IBGE fornece dados que permite medir o bem-estar social da população brasileira (IBGE, 2010).

Conforme o Censo Demográfico de 2010, em cada lar no Brasil existem na média de 3,3 moradores. Segundo a mesma fonte, em 2000 este número era maior, de 3,8 moradores por lar.

Ao comparar este dado com os entrevistados, podemos observar que poucos deles residem sozinhos e que a maioria deles está dentro desta média prevista pelo IBGE. Considerando ser esta pesquisa realizada na área rural, podemos considerar o fato de existir poucas pessoas morando sozinhas algo bastante positivo, pois sabe-se que a ocupação demográfica na área rural é menor do que na área urbana, fazendo com que a distância entre os vizinhos seja maior do que na área urbana. Fato este que, ligado a dificuldade de transporte e a distância até os serviços básicos oferecidos, como saúde, educação e Assistência Social, torna os usuários ainda mais inalcançáveis pelas políticas públicas, ou vice versa.

Também buscamos conhecer qual é a escolaridade do entrevistado, conforme demonstrado no gráfico que segue.



FONTE: Vasconcelos. Projeto de pesquisa, 2015.

A quinta pergunta refere-se a escolaridade, sendo que dos 21 entrevistados apenas 3 são analfabetos. As outras respostas ficam entre séries iniciais do fundamental completo (5 pessoas), e ensino fundamental completo (6 pessoas), ensino médio completo (4 pessoas).

Consideramos que, por se tratar da área rural e avaliando as condições de acesso à escola após o ensino médio, estes cidadãos encontram bastante dificuldade, pois na área rural, em alguns distritos, o transporte é restrito, as condições financeiras também caracterizam como dificuldade e muitos desistem dos

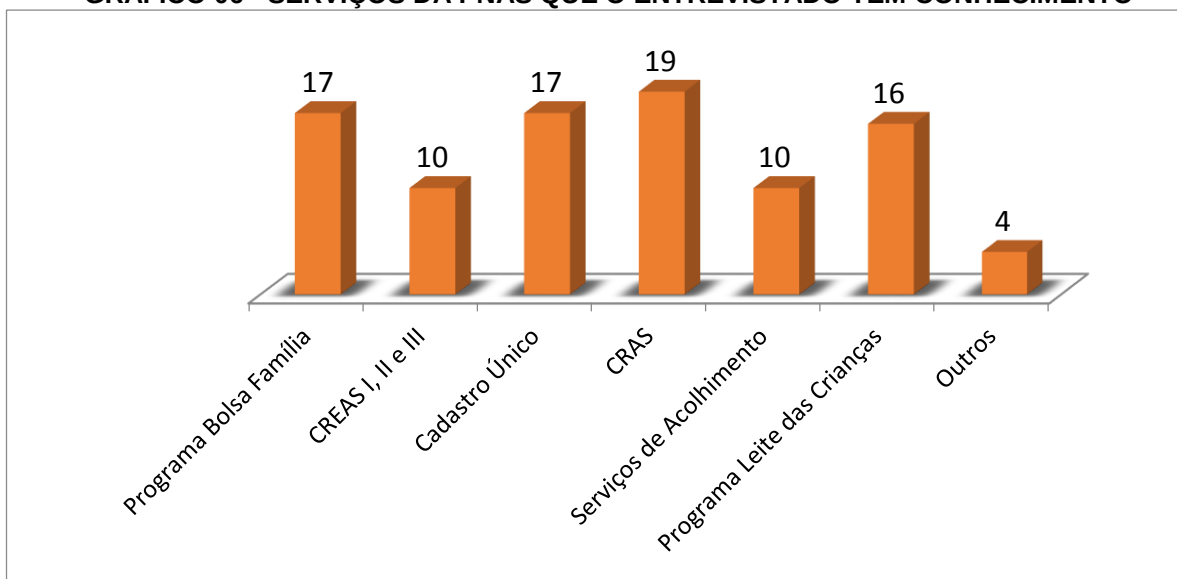
estudos pela necessidade de ajudar os pais, pois estas localidades sustentam-se em sua maioria da agricultura familiar ou emprego informal trabalhando junto ao meio rural.

A taxa de alfabetização é importante para avaliarmos a situação educacional e as condições sociais do país. Segundo os resultados do censo 2010, aproximadamente 91% da população brasileira com 10 anos ou mais de idade são alfabetizados. Isto é, temos um percentual de 9% de não alfabetizados, o que equivale a dizer que aproximadamente 18 milhões de brasileiros não sabe ler e escrever (IBGE, 2015)²⁴.

Conforme esta fonte, o índice de analfabetismo melhorou pois, diminuiu de 12,8% em 2000, para 9% em 2010. Ao compararmos com as entrevistas realizadas, percebe-se que o índice é bastante reduzido de analfabetos, e os que são de fato se deve as situações apresentadas anteriormente, tais como a dificuldade de acesso à escola na época da escolarização inicial e o fato de terem que começar a trabalhar para ajudar a família ainda muito jovens, fazendo com que o processo educacional ficasse em último plano.

Buscando conhecer quais os serviços da PNAS identificou-se que o entrevistado possui conhecimento, pois obtivemos as seguintes respostas, conforme apresentado no gráfico 06.

GRÁFICO 06 - SERVIÇOS DA PNAS QUE O ENTREVISTADO TEM CONHECIMENTO



FONTE: Vasconcelos. Projeto de pesquisa, 2015.

²⁴Disponível em: <<http://7a12.ibge.gov.br/vamos-conhecer-o-brasil/nosso-povo/educacao>> Acesso em: 19.nov.2015.

A sexta pergunta refere-se aos serviços da Política Nacional de Assistência Social, ofertados pelo Município de Cascavel, sendo que procuramos saber se os usuários conhecem estes serviços. Nas respostas obtidas dos 21 entrevistados, todos conhecem a maior parte os serviços, sendo que o maior número dos entrevistados conhece o CRAS Volante. A referência dos usuários está neste serviço, não deixando de considerar os outros serviços. Avaliamos com estes dados, que todos estes são relevantes para os usuários e que, ao necessitarem um deles, são vistos pelos profissionais em um todo sendo assim encaminhados a outros serviços e assim por diante, comprovando a importância dos serviços em rede²⁵.

A rede em destaque pode então funcionar como um elemento mediador, capaz de auxiliar e realizar a “ponte com o outro”, de induzir a anulação da incompreensão, com objetivos pautados na destruição de resistências às comunicações diversas, facilitando a circulação das interações pessoais como um todo mas, jamais, priorizando-as em detrimento das políticas de atendimento institucionais e tendo como objetivo o atendimento com qualidade ao usuário dos serviços sociais (Neves, 2009, p.17).

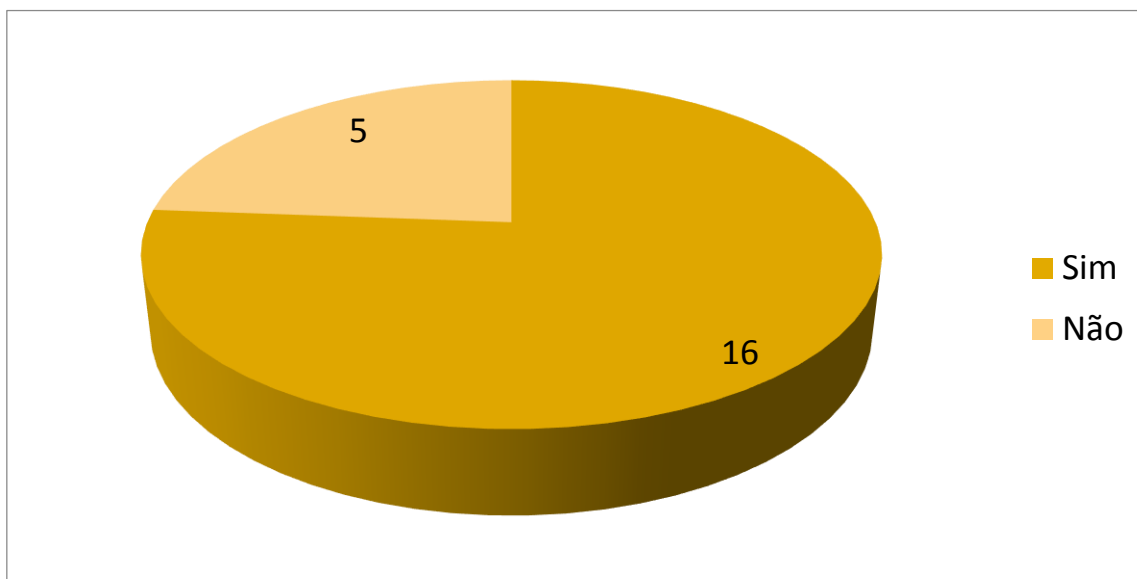
Esta relação entre os serviços vem somar para melhoria dos atendimentos não só dos serviços da Política de Assistência Social, mas de todos que integram também as outras políticas, tais como as que aparecem nesta pesquisa: saúde, educação, trabalho, e outras.

Destes serviços garantidos pela PNAS, os que pertencem à Proteção Social Básica são ofertados no CRAS e os de Proteção Social Especial ofertados nos CREAS, ou em entidades não governamentais, como já colocados no 2º Capítulo desta pesquisa.

No gráfico apresentado, quando mostra "outros", são pessoas que foram encaminhadas por outros serviços, como exemplo podemos citar o Hospital Universitário do Oeste do Paraná – HUOP -, que, quando necessário encaminha as mães ao Programa Leite das Crianças.

O gráfico que segue buscou demonstrar se os entrevistados já acessaram algum dos serviços da PNAS ofertados no Município de Cascavel, conforme segue:

²⁵ As redes podem ainda ser consideradas como sistemas organizacionais capazes de reunir indivíduos e instituições, de forma democrática e participativa, em torno de objetivos ou realizações comuns (NEVES, 2009, p.149).

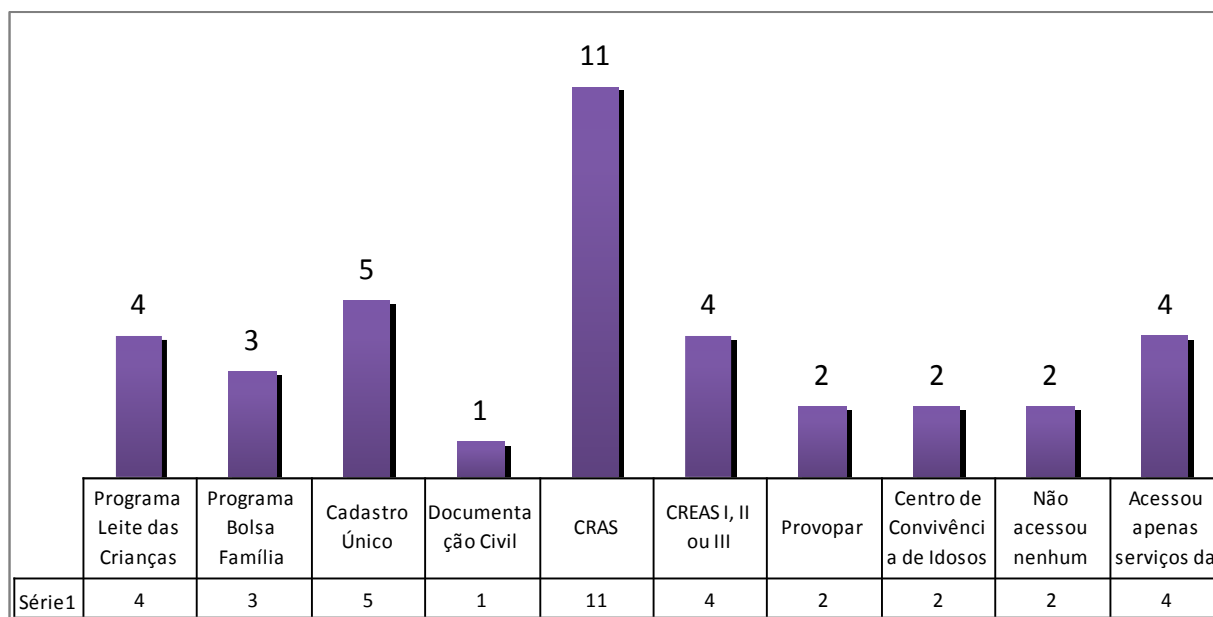
GRÁFICO 07 - ACESSO AOS SERVIÇOS DA PNAS EM SEU MUNICÍPIO

FONTE: Vasconcelos. Projeto de pesquisa, 2015.

Ao serem indagados se já usaram os serviços da Assistência Social do município, na sétima pergunta, estes responderam em sua maioria que sim (16 pessoas) e que não apenas (5 pessoas). Dos serviços utilizados pelos entrevistados destacam-se o CRAS, o CREAS e o CAD- Cadastro Único. Os dados indicam que, por um lado o CRAS está cumprindo com o seu papel, enquanto serviço e por outro lado, temos uma noção do nível de vulnerabilidade das famílias e do tipo de necessidade de cada um a considerar o tipo de serviço que este procura.

Depois de conhecermos quais os serviços eram de conhecimento do entrevistado, e quantos deles já tinham acessado estes, buscou-se descobrir quais os serviços acessados por eles. As respostas obtidas podem ser visualizadas no gráfico 08, que segue:

GRÁFICO 08 - SERVIÇOS QUE O ENTREVISTADO JÁ ACESSOU



FONTE: Vasconcelos. Projeto de pesquisa, 2015.

Os dados obtidos a partir da pergunta realizada demonstram que praticamente metade dos entrevistados (11 pessoas) já acessou ou acessa os serviços do CRAS, seguido de cinco (5 pessoas) que acessaram o Cadastro Único.

Também foram acessados pelos entrevistados, o Programa Leite das Crianças (4 pessoas), os CREAS I, II ou III (4 pessoas), seguido pelo Programa Bolsa Família (3 pessoas). Também obtivemos entrevistados que nunca precisou acessar nenhum serviço (2 pessoas) e outros 4 entrevistados que acessam apenas os serviços da Política de Saúde.

Os serviços garantidos pela PNAS estão divididos em nível de complexidade e segundo a Tipificação possuem a seguinte divisão:

I - Serviços de Proteção Social Básica:

- a) Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF;
- b) Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos;

II - Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade:

- a) Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos -PAEFI;b) Serviço Especializado em Abordagem Social;c) Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida - LA, e de Prestação de Serviços à Comunidade - PSC;d) Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosos(as) e suas Famílias;e) Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua.

III - Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade:

- a) Serviço de Acolhimento Institucional, nas seguintes modalidades:- abrigo institucional;- Casa-Lar;- Casa de Passagem;- Residência Inclusiva.b) Serviço de Acolhimento em República;c) Serviço de Acolhimento em Família

Acolhedora;d) Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências.c) Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosos (BRASIL,2009.p.2, grifo nosso).

Outro serviço que é ofertado no CRAS Volante, conforme o Plano De Ação Anual, é o da Família Paranaense. Este programa atende famílias que estão vulneráveis e tem como objetivos criar rede de proteção para promoção de autonomia com ações programadas a necessidade da cada família e características do território em que residem.

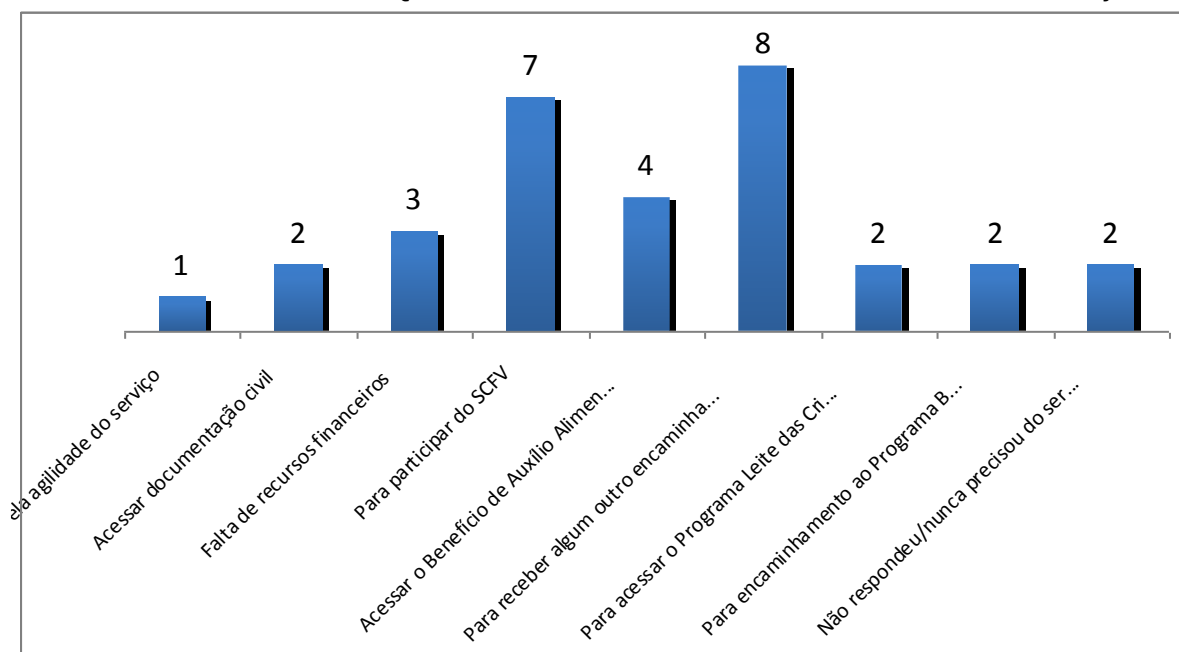
Família Paranaense é um programa estratégico que tem como atribuição a articular as políticas públicas de várias áreas do município, visando o desenvolvimento, o protagonismo e a promoção das famílias que vivem em maior situação de vulnerabilidade social (CASCAVEL, p.2015).

Os serviços ora apresentados já foram explicitados no segundo capítulo deste TCC. Podemos considerar aqui, o fato de que praticamente metade dos usuários entrevistados disseram conhecer e já ter acessado, ou continuam acessando os serviços prestados pelo CRAS Volante. Este dado vem demonstrar que, apesar de existir apenas uma equipe volante para atender a toda área rural do Município de Cascavel, esta equipe tem conseguido desenvolver um trabalho de forma satisfatória, garantindo minimamente o que preconiza a LOAS e a PNAS, onde destacam que as formas e condições de acesso devem se dar de maneira igualitária às populações urbanas e rurais.

Segundo dados do IBGE(2010), o total de moradores dos distritos onde foi realizada a entrevista são: São João- 6.106, Juvinópolis- 1.783, Rio do Salto- 3.229, Sede Alvorada- 1.563, Espigão- 2.008, São Salvador- 2.786, Navegantes- 1.583, somando um total de 19.058 moradores.

Depois de conhecermos o serviços que o entrevistado já acessou, buscamos conhecer o motivo pelo qual levou o mesmo a procura dos serviços previstos na PNAS. Conforme demonstrado no gráfico 09.

GRÁFICO 09 - MOTIVO QUE LEVOU O ENTREVISTADO A PROCURAR O SERVIÇO



FONTE: Vasconcelos. Projeto de pesquisa, 2015.

Na oitava pergunta, procuramos saber o motivo pelo qual o usuário procurou o serviço. Nas respostas obtivemos em maior número, que foi para receber orientação e encaminhamento a outros serviços (8 pessoas) e para participar do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV, (7 pessoas), seguido de procura pelo Benefício Eventual de Auxílio Alimentação (4 pessoas). Apenas duas pessoas entrevistadas não acessaram os serviços.

Na fala dos usuários percebe-se que a participação destes nos grupos do SCFV, é algo prazeroso, que contribui de forma positiva para as relações sociais e integração com a comunidade local, como exemplo a fala deste entrevistado: *"Estavam chamando o grupo da terceira idade e todo mundo diz que era bom e eu adorei"* (ENTREVISTADO Nº15).

Fica evidente em outra fala, ainda sobre as relações com o grupo de convivência onde o usuário reforça: *"A convivência, aprender, conhecer pessoas, conversar, amizade, exercício físico"* (ENTREVISTADO Nº11)

Entre os motivos que os levaram a procurar os serviços também estão os que se referem a necessidade, incapacidade momentânea ou permanente ao trabalho, como podemos observar nesta fala: *"Sou doente, não posso trabalhar, pagava aluguel, luz, água, não sobrava para comer"* (ENTREVISTADO Nº18)

Segundo Simões (2012, p.346), são dois tipos de benefícios que são ofertados a qualquer pessoa que esteja em situação de vulnerabilidade: BPC e os Benefícios Eventuais que estão previstos na LOAS:

Os programas de transferência de renda do governo são também benefícios não contributivos, no âmbito da denominada renda de cidadania, posto que a Assistência Social não se restringe a políticas para pessoas carentes e pobres, mas também a proteção social, dirigida a pessoas em circunstâncias difíceis de vulnerabilidades e riscos sociais (SIMÕES, 2012, p.346).

Conforme a Constituição Federal de 1988, no Art. 203 e no Art. 20 da LOAS este benefício deve ser assegurado a pessoas com deficiência e idosas que não possuam condições de se manter e que não tenham familiar que as sustente (Simões, 2012, p.346).

Em outra situação, o motivo do entrevistado: *"Tinha bastante criança, bastante gasto, a cesta veio para ajudar bastante"* (ENTREVISTADO Nº 6).

Outro motivo que levou alguns dos entrevistados à procurar os serviços, foi para benefício do Programa Leite Das Crianças, como podemos ver na fala que segue: *"Tive gêmeas e tive que procurar o leite não tinha leite suficiente"* (ENTREVISTADO Nº 9).

Este programa, é um programa do Estado do Paraná, estabelecido pela Lei Estadual 16.475/2010 (<http://www.educacao.pr.gov.br>), e conforme dados do Site da Prefeitura de Cascavel²⁶ é entregue nos colégios Estaduais do Município.

Neste contexto, o Programa Leite das Crianças -PLC, tem por objetivo auxiliar no combate a desnutrição infantil, por meio da distribuição gratuita e diária de um litro de leite às crianças de 06 a 36 meses, pertencentes a famílias cuja renda per capita não ultrapassa meio salário mínimo regional, além do fomento à agricultura familiar, proporcionando geração de emprego e renda, a busca pela qualidade do produto pela remuneração equivalente, a inovação dos meios de produção e a fixação do homem no campo (PARANÁ, [s.d])²⁷.

Os motivos também se referem a outras necessidades como observamos na fala do entrevistado que diz:

²⁶<http://www.cascavel.pr.gov.br>.

²⁷Disponível em: <<http://www.leitedascrianças.pr.gov.br>>. Acesso em 19.nov.2015.

"Por causa que a Assistente Social me mandou, porque eu precisava ir ao Paraguai pela documentação dos meus filhos, fui buscar roupa e passagem também.[Em outra fala do entrevistado nº 6 coloca que:]"Para o INSS, para aposentar, quando me machuquei quebrei a perna não sabia que podia procurar" (ENTREVISTADO Nº 2).

Entre os motivos que os entrevistados colocaram, também estão as dificuldades financeiras, sendo esta bastante presente nestas comunidades. Este público pertence ao público-alvo da PNAS, que busca garantir um atendimento específico a estes cidadãos por se tratar de grupos vulneráveis e em situação de múltiplas carências. Para Simões, sobre carência:

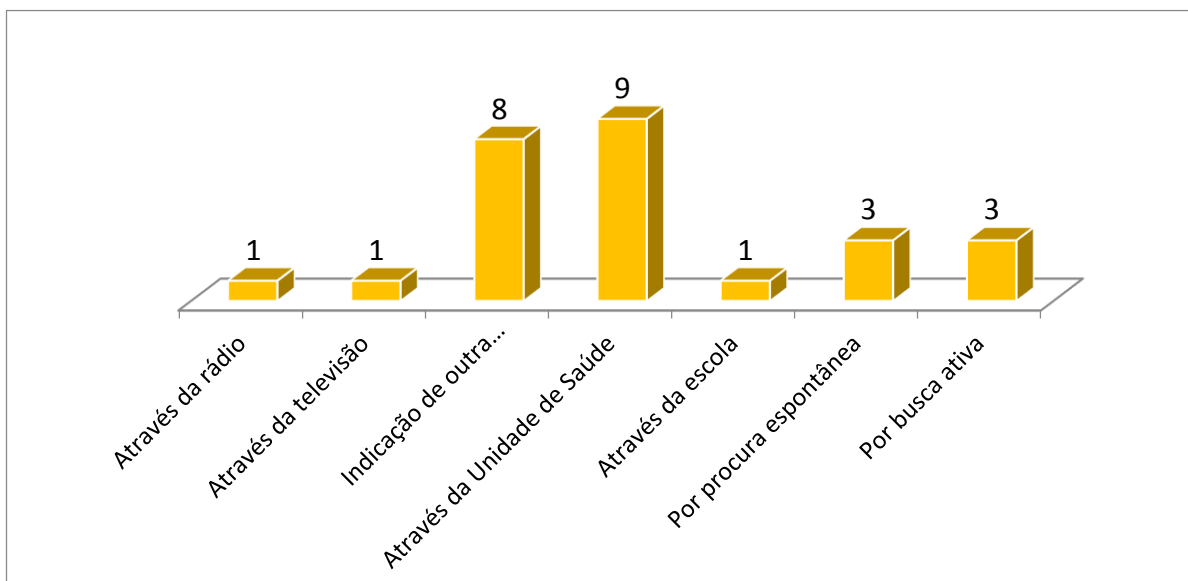
No sentido adotado pelo art. 2º da LOAS, o conceito de *carência* assenta, basicamente, na incapacidade econômica do cidadão de prover, por si ou sua família os meios materiais de sobrevivência, denominados de necessidades básicas (SIMÕES, 2012, p.358).

Os serviços, programas e projetos ofertados pelo CRAS Volante são de relevante importância para a população moradora da área rural de Cascavel, visto que em muitos casos os usuários que procuram o atendimento não possuem muito conhecimento sobre os seus direitos bem como a forma de acessá-los. Desse modo, o CRAS torna-se uma "porta de entrada" para diversos outros serviços, seja por meio de um processo formal ou então como meio de oferecer informações verbais ou escritas sobre as formas de acesso e a localização de outros benefícios, serviços, programas e projetos, sejam eles ofertados pela Política de Assistência Social ou então providos por meio das outras políticas setoriais, como: saúde, educação, trabalho, previdência, entre outras.

O fato de não haver muitos serviços disponíveis nos distritos, ou então que se desloquem até estes, como é o caso da equipe volante do CRAS Volante, faz com que as pessoas procurem ainda mais os serviços oferecidos pelo CRAS, mesmo que estes não se tornem usuários da Política de Assistência Social, mas naquele determinado momento procuram uma orientação ou um encaminhamento de algum profissional desta política que acaba estando mais próximo dele.

Buscou-se conhecer como o entrevistado ficou sabendo da existência dos serviços previstos na PNAS, na pergunta de nº 9. As respostas obtidas podem ser visualizadas no gráfico 10, que segue.

GRÁFICO 10 - COMO FICOU SABENDO DA EXISTENCIA DO SERVIÇO



FONTE: Vasconcelos. Projeto de pesquisa, 2015.

Ao indagarmos sobre como ficaram sabendo da existência dos serviços, o maior número deles respondeu que foi através da Unidade de Saúde da Família - USF, (9 pessoas), por indicação de outra pessoa (8 pessoas), seguido de procura espontânea e busca ativa (3 respostas cada) e por meio do rádio, televisão ou da escola (1 resposta cada).

Os dados mostram que a referência para comunidade da área rural, em um primeiro momento são as USFs- Unidades de Saúde da Família, sendo que existe uma unidade de USF em cada distrito, as quais prestam atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS²⁸, não somente relacionados a saúde, mas também é de extrema importância sua ligação com outros serviços por se tornar porta de entrada ao usuário, que além dos serviços prestados encaminha e orienta, criando um vínculo com o público local.

A existência das USFs faz parte da regionalização, que é entre outros um dos princípios do SUS, conforme explica IDEC (2003 *apud* Simões 2012, p.136):

A regionalização e a hierarquização porque nem todos os municípios conseguem atender a todas as demandas e, por isso, devem se organizar regionalmente, segundo sua hierarquia funcional, pois as questões menos complexas devem ser atendidas na UBS,[...] passando pelas unidades especializadas, pelo hospital geral, até chegar ao hospital especializado (SIMÕES, 2012.p.136).

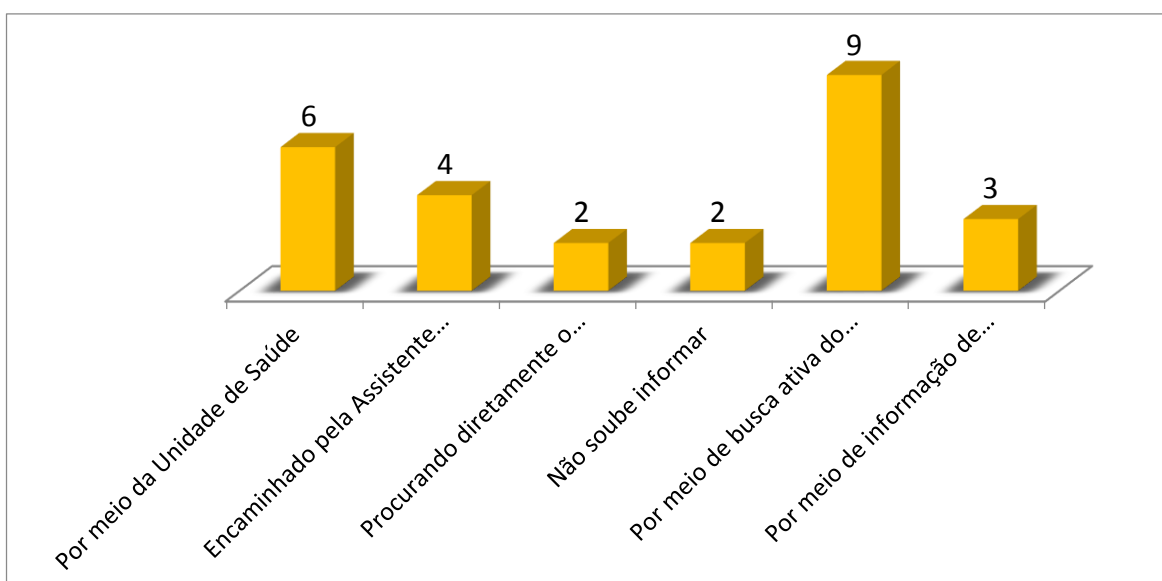
²⁸ O SUS é um Sistema Universal de Saúde que toda a população brasileira pode fazer uso, seja ela rica ou pobre (SIMÕES,2012,p.137).

Em cada distrito há uma USF, a qual atende a população local, prestando atendimento de saúde, porém como vimos e veremos em outras falas obtidas através da pesquisa, que não se detêm somente a este atendimento, mas, além disso, orienta e encaminha a outros serviços, colaborando para o serviço em rede de forma intersetorial.

A parceria do CRAS Volante para com as Unidades de Saúde torna-se algo de extrema importância para o desenvolvimento do trabalho dos profissionais, de ambas as políticas. As equipes destes serviços mantêm contato constante, seja por meio de telefone ou de visitas *in loco* nas unidades de saúde, sendo que no momento todas as unidades de saúde da área rural contam com um profissional de Serviço Social. Este profissional recebe encaminhamentos do CRAS, bem como encaminha usuários para atendimento com profissionais do CRAS. Há ainda muitos casos em que as atividades são desenvolvidas em parceria, como por exemplo, algumas visitas domiciliares, onde apenas a equipe de saúde é que conhece o local de moradia do usuário, e então acompanha a equipe do CRAS na visita, ou então em convites para desenvolvimento de atividades nos grupos do SCFV ou grupos do PAIF, trabalhando temáticas relacionadas a questões de saúde e bem-estar.

Após conhecermos como o entrevistado ficou sabendo do serviço, indagamos sobre como ele conseguiu ter acesso aos benefícios, serviços, programas ou projetos previstos na PNAS. As respostas apresentadas no gráfico que segue demonstram as várias formas que os levaram a acessar tal serviço.

GRÁFICO 11 - COMO CONSEGUIU ACESSAR O SERVIÇO/PROGRAMA



FONTE: Vasconcelos. Projeto de pesquisa, 2015.

Em relação a forma com que o entrevistado conseguiu acessar os benefícios, serviços, programas ou projetos previsto na PNAS, observa-se que estas são bem diversificadas, sendo: 9 entrevistados disseram que acessaram por meio de busca ativa do próprio CRAS; 6 deles relataram que foram encaminhados para procurar o CRAS por meio das USFs; 4 deles relatam que acessaram por meio de encaminhamento da Assistente Social da USF; 3 deles informaram que acessaram depois que receberam informações de outras pessoas ou outros serviços; 2 entrevistados procuraram diretamente o CRAS e outros 2 não souberam informar.

Conforme a Tipificação dos Serviços Socioassistenciais, são colocadas as formas de acesso, que compreende de onde provem e como foi encaminhado, os usuários e ou famílias sendo:

Famílias territorialmente referenciadas ao CRAS, em especial: famílias em processo de reconstrução de autonomia; famílias em processo de reconstrução de vínculos; famílias com crianças, adolescentes, jovens e idosos inseridos em serviços socioassistenciais; famílias com beneficiários de Benefício de Prestação Continuada; famílias inseridas em programas de transferência de renda (Orientações Técnicas sobre o PAIF, 2012, p.60).

As formas de acesso são, segundo a fonte citada acima, por procura espontânea, ou seja, o usuário busca diretamente o serviço, sendo dos nossos entrevistados somente dois, o que pode nos mostrar com este dado é que estes tem mesmo certa dificuldade de acessar o serviço, por situações que serão colocadas mais adiante no decorrer desta análise.

Outra forma de acesso é a busca ativa, sendo esta realizada diretamente pelo CRAS em visitas domiciliares, visitas institucionais ou conforme demanda apresentada através de investigação. Esta forma de acesso é bastante comum para os trabalhadores do CRAS Volante, pois conforme já mencionado, o trabalho desenvolvido por este CRAS prevê o deslocamento da equipe até a área rural, possibilitando muito mais a procura dos usuários da política de Assistência Social por busca ativa, do que estes procurarem o CRAS espontaneamente.

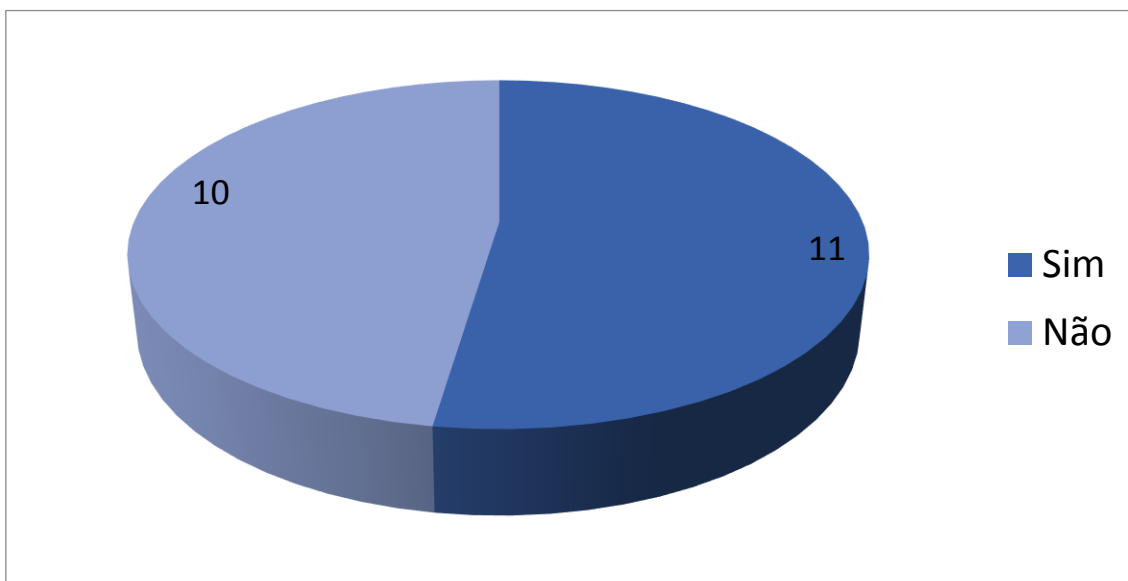
Já outro meio de oferta, segundo as orientações técnicas do PAIF (2012, p.61), é por encaminhamento de outros serviços como grande parte dos entrevistados respondeu, citando como meio de informação as Unidades de Saúde.

Por último, o encaminhamento das demais políticas públicas, reforçando novamente a importância da política de saúde neste item, por ser referência principal nas comunidades rurais, visto que, seu atendimento se dá diariamente ao público morador da área rural de sua abrangência. Diferentemente dos serviços da PNAS, ofertados pelo CRAS Volante, que possuem uma efetividade que obedecem a um roteiro de horários previamente estabelecidos e desdobra-se para contemplar todos os distritos, sendo que existe uma carência de profissionais e meios de transporte para todos estes locais.

O acesso aos serviços é um direito garantido na PNAS e ofertado pelo CRAS, cumprindo o que estabelece a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, sendo que na orientação técnica sobre o PAIF, coloca quais são e como o usuário poderá ter acesso aos direitos "civis, políticos, sociais, culturais, econômicos, ambientais" (Orientações técnicas do PAIF, 2012. p.29)

Percebemos por meio das entrevistas que uma das procuras mais frequentes se dá pela necessidade de regularizar situação civil referente a documentação pois muitas famílias não possuem situação regularizada em virtude de terem outra nacionalidade e sendo uma exigência para emprego e até mesmo para receber benefícios, entre outros (BRASÍLIA, 2012, p. 29-30). Outro grande número de procura se dá pelos usuários que buscam o benefício eventual de auxílio alimentação; este em sua maioria provém de famílias que trabalham em situação de informalidade, como nos casos já citados de trabalhadores “volantes”, onde o acesso a renda é bastante instável, dependendo de procura quase que diária por serviço, bem como das condições climáticas. Outro fator importante e que merece destaque é o fato de não haver oferta de Centros Municipais de Educação Infantil – CEMEIS em nenhum dos 7 distritos, o que acaba impossibilitando muitas mães que possuem filhos pequenos a saírem para trabalhar, pois não há onde possam deixar seus filhos para tal.

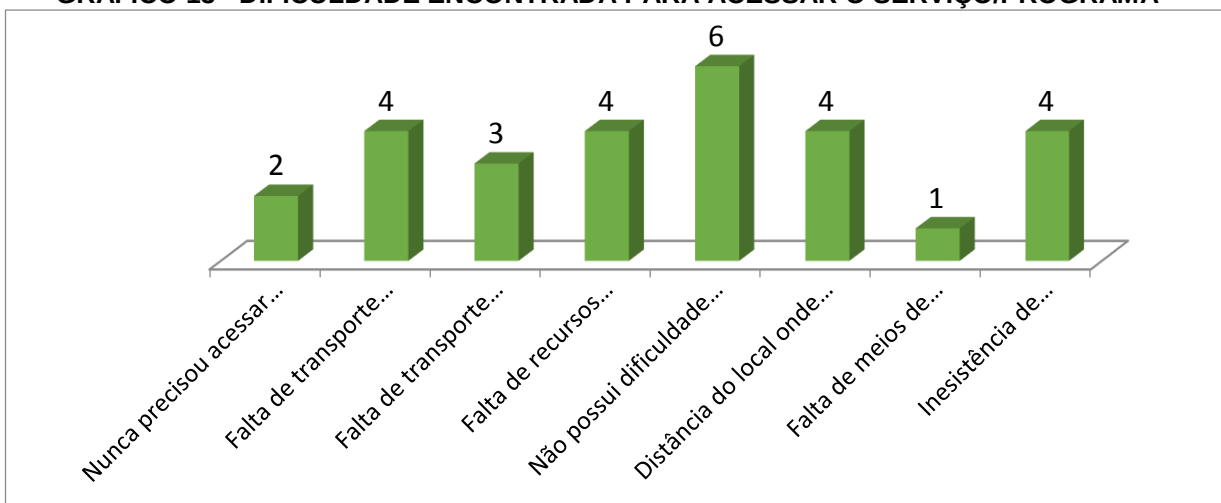
De acordo com o objetivo proposto neste estudo, indagamos o entrevistado se ele sentiu alguma dificuldade ao procurar o serviço. As respostas obtidas demonstram que praticamente metade deles sentiu sim alguma dificuldade, conforme demonstrado no gráfico que segue:

GRÁFICO 12 - SENTIU DIFICULDADE EM ACESSAR O SERVIÇO/PROGRAMA

FONTE: Vasconcelos. Projeto de pesquisa, 2015.

Na décima primeira e última pergunta, perguntamos aos usuários se tiveram ou não dificuldade em acessar os serviços da Assistência Social do município, sendo que 11 deles responderam que sim, e 10 deles responderam que não sentiram nenhum tipo de dificuldade em acessar os serviços procurados.

Como praticamente metade dos entrevistados afirmou que sentiu alguma dificuldade, buscamos indagá-los sobre qual foi a dificuldade sentida por eles, sendo este questionamento o foco central desta pesquisa. As respostas em relação às dificuldades apresentadas por eles podem ser visualizadas no gráfico 13, que segue:

GRÁFICO 13 - DIFICULDADE ENCONTRADA PARA ACESSAR O SERVIÇO/PROGRAMA

FONTE: Vasconcelos. Projeto de pesquisa, 2015.

As dificuldades colocadas pelos entrevistados são várias, mas a mais evidente é a falta de transporte (4 entrevistados); seguido de falta de recursos financeiros para se deslocar (4 respostas); seguido de falta de transporte gratuito para deslocamento (4 respostas); 4 entrevistados destacaram que a distância do local onde são ofertados os serviços é uma dificuldade encontrada; outros 4 destacam que não há transporte para se deslocar até o centro do distrito ou até a área urbana de Cascavel; outros 6 disseram que não possuem dificuldades; um deles destacou a dificuldade em relação a comunicação e 2 nunca precisaram acessar os serviços, portanto não possuíam meios para analisar e responder a esta pergunta.

Vale ressaltar que em algumas das localidades não há transporte mesmo que o usuário disponha de condições para pagar, como no caso do Distrito de Diamante. Nas localidades onde há transporte metropolitano, na área central dos distritos como é o caso de: Rio do Salto, Juvínópolis e Sede Alvorada, sendo que o usuário que reside distante do local central do distrito onde passa o transporte, precisa fazer um esforço inicial de chegar até lá para depois pegar o ônibus, que em todos os casos é pago.

Em locais distantes, longe do centro dos distritos, inexistente transporte; os usuários dependem dos vizinhos, dos patrões e precisam pagar pelo transporte, sendo esta condição uma das dificuldades apresentadas nas entrevistas, pois como já citado anteriormente a renda destes é insuficiente para manutenção das despesas pela condição de trabalho informal.

Podemos observar na fala deste entrevistado;" *A condução as vezes arruma as vezes não arruma, tenho que pagar 100 reais para me levar*" (ENTREVISTADO Nº 18). Em outra fala o entrevistado expõe sua dificuldade: "*A dificuldade é a locomoção, não tem ônibus, carro depende do marido, dos vizinhos*" (ENTREVISTADO Nº 17)

Em outra fala, o entrevistado reforça o mesmo tipo de dificuldade, como segue: "*No início, antes não tinha carro, a locomoção, agora tá mais fácil. O ônibus não pode dar carona, para uma consulta ou exame em Cascavel tenho que ir por Lindoeste e daí ir para Cascavel*" (ENTREVISTADO Nº 16).

Consideramos, através das respostas obtidas nas entrevistas, que em locais que existe o transporte público, muitas vezes os horários não comportam a necessidade e em outros casos (como em Sede Alvorada, em que o ônibus sai do

Município de Toledo e vem até Cascavel) a passagem é cobrada de uma rodoviária até outra como exemplo, diz o entrevistado: *"A nossa dificuldade é o transporte no interior, o ônibus, pessoa paga de uma rodoviária para outra, os horários que passa mais é o que vem da rodoviária"* (ENTREVISTADO Nº 20).

Nas entrevistas foi possível perceber em uma fala apenas, todo o processo de dificuldade, vulnerabilidade, exclusão e preconceito que está presente também no espaço rural, que não diferente de outros, como a área urbana, as relações sociais se dão de diversas formas e os entrevistados ressaltaram, no momento das entrevistas, seus sentimentos, desejos, vontades e opiniões próprias, provenientes de suas vivências e experiências.

Na fala este entrevistado, sobre as dificuldades sentidas, percebemos não só a dificuldade financeira, mas toda uma situação de sentimento, mágoa e sofrimento, como destaca a fala a seguir:

"A distância das coisas, já sofri muita humilhação, fui na igreja e a filha da senhora disse que ali não era banco, pensei que ela ia arrumar cinco real para mim, mas não, quando não tem comida mando as criança comer na escola. Hoje não comi porque fiquei nervosa e também não tinha e dai minha irmã emprestou dinheiro" (ENTREVISTADO Nº 2)

A exclusão social, para Simões:

No contexto socioeconômico brasileiro, no entanto, a forma básica de exclusão social dá-se, regra geral, em decorrência da privação econômica. Esta tem efeitos cumulativos e encadeados, a começar pela desagregação familiar. Por isso, o acesso das pessoas à renda, ao emprego, à educação, à previdência social e à justiça social encontra-se geral e estreitamente correlacionado (SIMÕES, 2012, p.360).

Para o autor, a exclusão, resulta do processo que acontece na sociedade que não dá possibilidades de acesso a toda população aos meios financeiros produzidos na sociedade, causando o abandono e recusa social, podendo desta forma tornar normal essa situação.

Ao relacionarmos o processo de exclusão social a situações apresentadas pelos usuários entrevistados, podemos perceber nas falas destacadas que o fenômeno da exclusão ainda está muito presente, acreditamos que ainda mais na área rural. As dificuldades apresentadas estão praticamente todas relacionadas a algum tipo de exclusão: a exclusão do mercado de trabalho, a exclusão das crianças em relação a educação infantil, a exclusão em relação ao direito de ir e vir dada pela

falta de transporte, a exclusão pela falta de recursos financeiros que impossibilita muitos outros acessos sendo um deles o próprio transporte que quando ofertado é pago, a falta de alimentação, de escolarização e acesso digno à escola, e exclusão de muitos outros serviços que não chegam até a população rural, pelo fato de ser todos “centralizados” na área urbana. Enfim, percebeu-se com a realização de análise das entrevistas feitas com os usuários que as dificuldades existem sim, embora a PNAS e a LOAS preveem o acesso universal e igualitário.

Segundo Wammes, (2014, p.57), é necessário respeitar as particularidades dos indivíduos das áreas rurais, pois suas dificuldades são específicas requerendo maior atenção, porém, o tratamento dispensado a elas não deve diferir ao da área rural no que se refere a igualdade, sendo que:

Assim, a população rural em situação de vulnerabilidade, pobreza ou desigualdade social novamente acaba sendo considerada parte do urbano sem um atendimento específico e nem sempre tendo o acesso garantido aos serviços das políticas sociais de forma igualitária, uma vez que a maioria dos equipamentos sociais que compõem a rede de serviços socioassistenciais se encontra instalada e atende em espaços urbanos (WAMMES,2014, p.57).

Entendemos que a Assistência Social é universal, a quem dela necessitar, porém através das respostas obtidas com as entrevistas, podemos observar que este acesso não se dá de forma equânime como para os moradores da área urbana por vários fatores já citados anteriormente, o principal deles, e objetivo deste trabalho, é o acesso que estes moradores possuem aos serviços, bem como a maneira que é levado a eles os serviço, programas e projetos garantidos pela PNAS.

Para Sposati, a Assistência, mesmo que de maneira incerta é o meio que os cidadãos procuram para resolver suas dificuldades, assim sendo:

Superar a Assistência Social enquanto ajuda significa conferir-lhe o estatuto de uma política social, isto é, articulá-la como proposta universal. Embora não se tenha perspectiva de cristalizá-la como forma discriminada de atenção, é necessário que esta área ganhe nova visibilidade, saia do limbo. Deve-se lembrar que, embora conte com um aparato organizacional e orçamentário, a Assistência Social pública não se explica como uma política social à medida que esta é conflito, oposição e contradição de interesses (SPOSATI, 2006, p.57).

Par a autora, a inexistência de um diálogo político e a dependência dos usuários desta política não permite a negociação política e sim contribui para manter a relação tecnocrática existente.

Após apresentarmos a análise das respostas dos usuários entrevistados, visando aprofundar ainda mais a temática do acesso aos benefícios, serviços, programas e projetos previstos na PNAS e suas dificuldades, estaremos na sequência apresentando as entrevistas realizadas com os técnicos de nível superior que trabalham junto ao CRAS Volante, a fim de conhecermos qual é a visão deles em relação ao acesso e suas dificuldades.

3.2 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS DAS ENTREVISTAS REALIZADAS COM OS TÉCNICOS DO CRAS VOLANTE

Para responder aos objetivos da pesquisa foi realizada também uma entrevista com os técnicos de nível superior do CRAS Volante, com intenção de saber quais as atividades que estes desenvolvem, o tempo de serviço no CRAS, como estes levam os serviços até os usuários e se existe dificuldades na efetivação dos serviços oferecidos. A entrevista foi realizada com 1 coordenadora (Assistente Social) 3 técnicos Assistentes Sociais e 1 técnica Psicóloga. Visando resguardar sigilo em relação ao nome do profissional, estes serão identificados com as letras do alfabeto.

Na primeira pergunta, indagou-se sobre a função que exercem, sendo a entrevistada “A” que exerce a função de coordenadora do CRAS Volante, entretanto em alguns casos acumulando a função da coordenação e de técnica, os demais entrevistados, conforme mencionado anteriormente são técnicos de nível superior, sendo 4 de Serviço Social e 1 psicóloga,

Na segunda pergunta indagou-se os profissionais sobre o tempo de serviço junto ao CRAS Volante, sendo o maior tempo a entrevistada “A”, que é de 4 anos. O entrevistado B (2 anos e 2 meses), para o C (1 ano e 5 meses), para o D, (2 anos e 1 mês), a entrevistada E (1 ano e 5 meses).

A terceira pergunta indagou sobre as atividades que este profissional desenvolve no CRAS Volante. No caso da entrevistada “A” podemos observar que além de realizar tarefas de atribuição do Serviço Social, tem o cargo de

coordenação. Este difere em algumas atribuições. A seguir, citamos a fala da coordenadora quando coloca a sua função no CRAS Volante:

"Dentre as atividades destacam-se as principais: administrar e supervisionar os serviços técnicos e administrativos; Coordenar, articular o processo de implantação, execução, monitoramento, registro e avaliação das ações, usuários e serviços; Coordenar a execução das ações, definir com os profissionais, critérios de inclusão, acompanhamento e desligamento das famílias; Definir com a equipe técnica, os meios e os ferramentas teórico-metodológicos de trabalho com famílias, grupos de famílias e comunidade; Realizar reuniões de avaliação mensal das atividades com a equipe" (ENTREVISTADA A).

Além das funções citadas, a coordenadora participa de reuniões em conselhos, ouve sugestões e reclamações, orienta usuários e familiares com vistas a melhorar a qualidade do atendimento aos usuários dos serviços. Cuida também da provisão de materiais, providenciar consertos de equipamentos, motivar a equipe na elaboração dos relatórios mensais, Plano de Ação e Relatório Anual, elabora projetos para utilização dos recursos.

Avaliamos em suas respostas que o trabalho do coordenador de um serviço vai muito além dos itens citados acima, pois necessita não só de teorias e métodos, mas de um preparo pessoal, visão crítica, de capacidades e habilidades que serão desenvolvidas no decorrer da sua atuação, o saber ouvir e o falar de modo a respeitar individualidades, fortalecer a autoestima dos funcionários e conquistar confiança e espaços.

Ao indagarmos os demais técnicos sobre as atividades que desenvolvem, basicamente são as mesmas atividades, exceto a técnica da área de psicologia. Por se tratar de um serviço que realiza atendimento na área rural e dispor de programas e projetos, além de outros desenvolvidos nos grupos com o objetivo de proteção e fortalecimento de vínculos.

Como podemos observar na fala da entrevistada E, que neste caso é a profissional de psicologia, esta relata sua atuação:

"Presto atendimento social individual e grupal as famílias referenciadas ao CRAS Volante, orientação, cadastramento familiar, encaminhamentos para a rede, visitas domiciliares, avaliação mensal das atividades, aplicação de formulário de avaliação com os grupos, planejamento, coordenação e organização de grupos (idosos, crianças, adolescentes, jovens adultos" (ENTREVISTADA E).

Este serviço, o de psicologia, contempla todas as faixas etárias em seu atendimento, obedecendo o que prevê a tipificação. Mas suas atividades também são atuantes junto à equipe, como também procura manter vínculos com outros serviços da rede, observemos:

"Além disso, participo do planejamento, desenvolvimento e avaliação das ações desenvolvidas pelo CRAS Volante[...]atuo de forma interdisciplinar com a equipe técnica[...] aciono parceiros para ações com grupos, participo de programas de ação comunitária assim como do processo de monitoramento e avaliação, dentre outras atividades correlatas" (ENTREVISTADA E).

Já entre a resposta dos profissionais de Serviço Social, a resposta obtida pela entrevistada B exprime que desenvolve suas atividades nos distritos, dentre estes junto a grupos de moradores dos acampamentos do Movimento dos Sem Terra - MST e relata o seguinte:

"Desenvolvo o serviço de atenção integral a família- PAIF, dentro deste a avaliação quanto ao recebimento de auxílios diversos, tais como: auxílio alimentação, auxílio na modalidade kit natalidade, benefício de prestação continuada- BPC, e o acesso a documentação civil. Também acompanho grupos de famílias inseridas e acompanhadas pelo PAIF, bem como do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos- SCFV. E o serviço de acompanhamento no domicílio que prevê na Tipificação Nacional dos Serviços Sócio Assistenciais" (ENTREVISTADA B).

Estas atividades diferem referente a faixa etária dos grupos já que cada técnico possui um distrito do qual é responsável para desenvolver as atividades propostas pela PNAS e ofertadas por meio do PAIF, e em cada distrito são desenvolvidas atividades características aos grupos.

As atividades desenvolvidas pelo entrevistado C, Assistente Social, conforme sua resposta são, entre outras:

"Inserção em serviços, benefícios e programas[...] Encaminhamentos: como algumas ações não são diretamente da competência da Política de Assistência Social, se faz necessário encaminhamentos para a rede. Um exemplo são os encaminhamentos para emissão de documentação civil" (ENTREVISTADO C).

Para a entrevistada D, entre outros, realiza as seguintes atividades:
"Benefício de Prestação Continuada, Programa Leite das Crianças, Passe Livre,

Acompanhamento do Programa Bolsa Família, encaminhamentos para demais políticas e orientações necessárias".

Ao indagarmos a entrevistada A, sobre como a população acessa aos serviços do CRAS, podemos avaliar com sua resposta que o CRAS se desloca até as comunidades, obedecendo o cronograma anual e mensal de atendimento e que a referência atuante nestes locais, como vimos nas respostas dos usuários e confirma-se com a resposta da entrevistada A, são as Unidades de Saúde da Família (USF) que em muitos casos os usuários descrevem apenas como "Posto de Saúde", como podemos observar na fala:

"Manter constante entrosamento com a rede de serviços socioassistenciais e intersetoriais que possam auxiliar no andamento dos trabalhos desenvolvidos pelo CRAS Volante; Realizar com toda a equipe o cronograma anual, bimestral e semestral de trabalho das atividades a serem desenvolvidas com famílias; Desenvolver ações voltadas para as decisões em grupo; Participar das reuniões dos Conselhos atrelados as políticas pública" (ENTREVISTADA A).

Na fala da coordenadora nota-se que o trabalho em equipe é de vital importância aos serviços, tanto dentro quanto fora do espaço de trabalho, pois é através da rotina estabelecida, da organização de tarefas pode-se colaborar com o todo e trocar experiências e conhecimentos fortalecendo o vínculo e a comunicação entre serviços e técnicos.

Também é realizado pela equipe do CRAS Volante a busca ativa por meio de visitas domiciliares e visitas à instituições, como as USF e as escolas.

Sobre como a população acessa os serviços, em sua maioria a resposta dos demais entrevistados é bastante semelhante pois, o CRAS desloca-se até o usuário para prestar este atendimento, através da busca ativa e quando acontece os grupos, os usuários procuram durante as atividades pelo atendimento.

O entrevistado C coloca a importância da unidade de saúde como referência aos usuários e meio de comunicação para acesso aos serviços do CRAS, como podemos observar em sua fala:

"A relação que o CRAS Volante possui com estas Unidades é importante e fundamental, uma vez que os profissionais conhecem o território com mais profundidade, e porque muitos dos usuários procuram as Unidades para atendimentos na área da saúde e é identificado algumas demandas para atendimento no CRAS" (ENTREVISTADO C).

Avaliamos, como citado anteriormente, ao analisarmos as entrevistas dos usuários que a unidade de saúde torna-se referência, pois é o “primeiro socorro” que este busca na tentativa de solucionar suas necessidades, como colocado na resposta da entrevistada D, o que mais uma vez demonstra a importância do fortalecimento do trabalho em rede: *“Na maior parte das vezes a população procura inicialmente a Unidade de Saúde da Família a qual está referenciada e esta nos repassa a demanda”* (ENTREVISTADO D).

Também esta mesma entrevistada coloca outras formas de acesso: *“Os atendimentos são realizados através de visita domiciliar, atendimento individual e/ou familiar no Distrito (USF cede espaço) ou na sede do CRAS Volante”* (ENTREVISTADO D).

Já este entrevistado, coloca neste caso a especificidade do CRAS, explicando como ocorre parte da oferta dos serviços:

“No caso do CRAS Volante é a equipe do CRAS quem diariamente se desloca até os usuários nos sete distritos,[...], pois se tratando da área rural somos nós quem realizamos a busca ativa deste usuário, ou então nos dias em que estamos no distrito ele é quem nos procura”[...] (ENTREVISTADO B).

A colocação desta entrevistada, ao mencionar “nos dias que estamos no distrito é ele quem nos procura” se refere ao fato de que em três distritos (Juvinoópolis, Rio do Salto e São João) o atendimento acontece em cerca de dois a três dias ao mês, sendo meio período por semana, conforme programação mensal organizada pela coordenadora e equipe técnica; acontece o “atendimento itinerante”. Atendimento este realizado pelo profissional de Serviço Social, desenvolvido diretamente na sede do distrito para o usuário que o procura, por meio de agendamento prévio ou por demanda espontânea. Este atendimento ocorre em espaço cedido pelas USFs, de modo que possa garantir o sigilo profissional, pois o usuário em geral, traz as suas problemáticas que demandam do profissional intervenção técnica, seja por meio de escuta qualificada e orientações, encaminhamentos, e outros de acordo com a necessidade apresentada pelo atendido.

Este entrevistado, também coloca a forma mais comum de como a população acessa os serviços, como podemos observar em sua fala: *“Devido a especificidade do serviço, a população acessa o serviço através de atendimentos*

itinerantes realizados nos distritos, grupos (PAIF e SCFV) e visitas domiciliares realizadas pela equipe através de busca ativa" (ENTREVISTADO E).

Na quinta pergunta buscou-se saber se havia alguma dificuldade na forma de acesso dos usuários aos serviços, sendo que a este entrevistado respondeu que sim como podemos perceber em sua fala:

"Acredito que uma das dificuldades principais se refere a distância, principalmente aquelas famílias que residem nas comunidades dos distritos, por não possuírem veículo próprio para transporte, bem como as precárias condições das estradas rurais e pelo fato de nos distritos não haver transporte público" (ENTREVISTADO A)

Também fica evidente em sua fala que outra dificuldade além da distância é a frequência em que se dá o atendimento.

Ao indagarmos se os técnicos acreditam haver alguma dificuldade no acesso da população aos serviços. Obtivemos que há dificuldades sim, Citamos como exemplo a fala a seguir: *"[...] as dificuldades encontradas são muitas, que vão desde a questão climática, falta de transporte, insuficiência de serviços públicos nesses locais[...]. Não só da Política de Assistência Social, mas de esporte e lazer, educação (não há CEMEIS), cultura, etc" (ENTREVISTADO B).*

Em outra fala este entrevistado reforça o mesmo caso: *"As comunidades em muitos casos são distantes das sedes dos Distritos e outros Serviços ainda não são disponibilizados nas referidas sedes" (ENTREVISTADO D).*

Também foi colocado pelos entrevistados A, e C: *"Devido à grande extensão territorial do Município, podem existir sujeitos ou famílias que ainda não são de conhecimento das Políticas Sociais, especialmente Saúde e Assistência Social" (ENTREVISTADO C); "Outro fator é a extensão do território rural que a equipe atual acaba não conseguindo acompanhar as famílias com mais frequência, devido a distância e demora para se deslocar até o local" (ENTREVISTADO A).*

Nesta questão, o entrevistado coloca também fator distância como dificuldade, tanto de acesso como de conhecimento por parte dos usuários, sendo este um dos objetivos deste trabalho que busca também saber o nível de conhecimento que os usuários possuem do serviço garantido pela PNAS. A fala a seguir mostra isso ao abordar a dificuldade de acesso: *"Sim, a distância territorial dificulta muito. Além disso, muitas pessoas ainda não conhecem o CRAS nem os serviços que ele desenvolve" (ENTREVISTADO E).*

Ao ser indagada se essas dificuldades podem ser sanadas e quais os meios, a entrevistada A respondeu que as dificuldades estão relacionadas ao transporte por não haver transporte público nestas comunidades e as precariedades das estradas, onde exige uma continuidade de manutenção mais eficiente. Colocou em sua fala que há necessidade de ampliar o atendimento, como podemos avaliar a seguir:

"Para ampliação dos atendimentos da equipe do CRAS Volante entendo que há a necessidade de ampliação da equipe atual, dividindo-a por distritos. Também entendo que há a necessidade de maior envolvimento dos outros serviços da política de Assistência Social nos distritos e comunidades" (ENTREVISTADO A)

Em outra pergunta procuramos descobrir se as dificuldades existentes em relação ao acesso desta população aos serviços da Assistência Social poderiam ser sanados e como isso poderia de fato ocorrer. O que podemos observar nas respostas é que os entrevistados colocaram as mesmas necessidades quando acreditam ser urgente a criação de mais equipes volantes para um atendimento mais eficiente e efetivo, bem como a importância de "descentralizar" os serviços de maneira a contemplar a comunidade, criando uma unidade de atendimento, nas comunidades, facilitando o acesso, pois não necessitaria que estas se deslocarem quase que diariamente a diversos locais, se o serviços pudessem ser ofertados nas sedes dos distritos, como é o caso da UBS.

Exemplificamos em algumas falas: *"Inicialmente acredito que seja necessária a abertura de um CRAS na sede de cada Distrito de nosso município, adequando a carga horária para a necessidade local apresentada" (ENTREVISTADO D)*. As entrevistadas B e C também destacam o que poderia ser feito visando sanar um pouco a dificuldade de acesso, destacada tanto pelos usuários entrevistados, bem como pelos profissionais:

"Primeiramente acredito que poderia haver a descentralização dos serviço, programas e projetos previstos na PNAS.[...] criar unidades de atendimento ao menos em cada distrito, compondo equipes de PSB e PSE (média complexidade)[...], facilitaria o acesso[...], estaria mais próximo dos usuários, lembrando que ainda irão existir os que moram no interior dos distritos , nas (comunidades) que precisam de equipes volantes[...]" (ENTREVISTADO B).

"Maiores investimentos na Política de Assistência Social, seja na aquisição de mais equipamentos, mas também pela ampliação e criação de novas

equipes. Estas poderiam ser divididas por territórios (assim como a divisão existente entre os Assistentes Sociais da Unidade)" (ENTREVISTADO C).

A fala dos entrevistados B e C deixa claro que ao levar o atendimento a estas comunidades não é simplesmente ofertar o serviço, mas olhar o usuário, respeitá-lo em sua individualidade, por isso acreditam que as dificuldades possam ser sanadas, como colocou em sua fala. Porém, as alternativas para tal, são particulares. Como podemos observar nesta fala:

"Tenho sempre a preocupação de avaliar se os atendimentos que estamos levando não são atendimentos e ações urbanizadas, ou seja, que não respeita a vivência e a visão de mundo que as populações rurais, especialmente aqueles que lidam diretamente com a terra têm. Acredito que conseguimos realizar bem esta avaliação. O campo é merecedor do acesso a todos os bens produzidos, mas com suas particularidades, com seu tempo e suas características" (ENTREVISTADO C).

A preocupação do Técnico revela o lado humanizado do atendimento, o respeito, a observação, o reconhecimento das individualidades, conforme prevê o Código De Ética do Assistente Social nos princípios fundamentais:

"Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais" (BARROCO, 2012, p.121).

Este é valor ético central do Código De Ética, e está sendo observado pelo entrevistado em sua conduta, onde coloca isto bem claro em sua fala. Observamos também que as políticas sociais são criadas para determinado público, ou seja, para os "pobres". Porém, em nenhum momento estes são indagados se o que eles precisam é realmente o que está sendo oferecido, ficando estes à mercê das ofertas que lhes são dadas, e isto, poderia causar uma frustração por não oportunizar a escolha do que seria melhor naquele momento para sua vida, ao mesmo tempo não trabalha autonomia. Citamos como exemplo os casos de recebimento de benefícios eventuais, a cesta básica. Esta não é composta por artigos de limpeza e de higiene pessoal, ou seja, logo considera-se que "pobre" não precisa se higienizar, não precisa lavar roupas, nem sua casa e também não pode escolher o gênero alimentício do qual tem preferência ou gostaria de oferecer aos seus filhos.

A necessidade de implantação de mais equipes é unânime nas respostas de todos os técnicos, visto que estes são os responsáveis pelos serviços ofertados e

que particularmente conhecem o público atendido no território rural e suas necessidades. Demonstram, através das respostas, conhecer também as dificuldades que enfrentam para efetivar direitos, sendo que são submetidos à Política posta e esta, assistência "assistencialista", foi abordada no decorrer do trabalho hora apresentado, quando esboçamos o histórico da Assistência Social no Brasil e que trazendo para os dias atuais, segundo Iamamoto (2012), com que o profissional se depara:

Porém é essa realidade de precariedade dos serviços públicos que enfrentamos e da qual temos de partir no cotidiano profissional, não podendo deixar que ela nos asfixie. Não temos de ser necessariamente levados ao imobilismo, a descrença, a desilusão profissional. Há que superar essa posição fatalista[...] (IAMAMOTO, 2012, p.161).

Como podemos avaliar por meio das entrevistas realizadas é que dispomos de políticas voltadas à imediatividade, pois ao promover direitos aos cidadãos em situação de vulnerabilidade ou não, os profissionais estão trabalhando na contradição, sendo que com isto não conseguem emancipá-los porque a "solução" para suas necessidades, atende somente aquele momento, sem perspectiva de vê-lo como um todo complexo e individual e que suas carências não são somente as materiais e econômicas, mas sim sentimentais, e que suas angústias não irão passar ao terem o benefício por alguns meses, mas sim de que seu cotidiano irá mudar positivamente, possibilitando que ele deixe de ser "dependente" e passe a administrar sua vida e ser reconhecido e respeitado em seu meio social.

As políticas sociais também são focadas, ou seja, atendem determinada demanda. Para trabalhar autonomia e emancipação é necessário um olhar amplo, pois a cada instante as demandas se apresentam diferentemente das já existentes, as Expressões da "Questão Social" são multifacetadas. Este olhar deve partir primeiramente do próprio profissional, pois é ele que está à frente do seu usuário e o conhece, contribuindo assim para tomada de atitude que venham ao encontro a demanda. Porém, sabemos que mesmo o Serviço Social sendo considerado uma profissão autônoma, o Assistente Social está atrelado e submetido ao regime posto, é um trabalhador assalariado, tanto quanto outros profissionais e neste espaço contraditório e que exerce suas atividades, buscando sempre promover direitos quando muitas vezes nem os seus estão garantidos.

Não podemos deixar de comentar que hoje, os profissionais de Serviço Social estão na gestão e podem acompanhar de perto o andamento das políticas sociais, bem como devem participar da elaboração e planejamento das mesmas, contribuindo para diminuir o cunho assistencialista que tem permeado o campo da Assistência Social frequentemente e que impossibilita a tão sonhada igualdade que todos almejamos. Destacamos que a seletividade presente em todos os benefícios já é, de antemão, uma forma de desigualdade e exclusão deixando grande parcela da população sem assistência por centavos de renda a mais no rendimento mensal, ou seja, para estar incluído, receber assistência, não basta ser pobre somente, tem que ser bem pobre, e a constituição garante, que assistência é para quem dela necessitar.

A última pergunta buscou saber se a demanda pelos serviços do CRAS é contemplada e por quê. Este entrevistado respondeu que sim, sendo esta a única resposta positiva entre todos os técnicos entrevistados, observemos em sua fala:

"Acredito que há um comprometimento ético e profissional por parte de toda equipe que trabalha no CRAS Volante. Entretanto, a ampliação da equipe será importante para melhoria da frequência de acompanhamento das famílias" (ENTREVISTADO A).

Como podemos observar pela resposta da entrevistada A é que mesmo com todas as dificuldades apresentadas, a equipe do CRAS Volante mantém uma postura ética e comprometida com o usuário e com a realização de seu trabalho, não deixando de reconhecer as deficiências existentes, a dependência e necessidade de outros serviços e políticas públicas as quais nem sempre tem o mesmo comprometimento e disponibilidade. Mas que, apesar das dificuldades, a equipe procura dentro de suas possibilidades obedecer aos preceitos da PNAS, na condução e efetivação dos trabalhos desenvolvidos.

Continuando a entrevista, buscou-se saber se os técnicos do CRAS Volante acreditam que a demanda pelos serviços é contemplada. Nas respostas obtidas observamos que dois dos entrevistados (B e D) acreditam que não é contemplada, o entrevistado (A) acredita que é contemplada, e o entrevistado (C) e (E), acreditam ser contemplada em parte.

A entrevistada D, justifica que o CRAS se adapta à demanda apresentada obedecendo o que estabelece o PAIF e o SCFV, mas algumas localidades estão descobertas por esse atendimento como podemos observar em sua fala:

"O CRAS Volante continuamente se adequa as demandas apresentadas, visto que o município pactua com o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome[...]. Je a equipe focaliza as atividades nas maiores demandas apuradas, contudo alguns atendimentos ainda não são realizados conforme a necessidade se apresenta e algumas localidades ainda não possuem SCFV" (ENTREVISTADO D)

A entrevistada B, também acredita que a demanda não é contemplada como podemos observar na fala a seguir:

"[...] A equipe composta hoje é insuficiente para atender a toda a demanda do interior do município, pois em alguns lugares a equipe consegue se fazer presente apenas uma tarde, ou uma manhã a cada mês[...]. Os locais são muito distantes[...] em muitos casos alguém da equipe de saúde tem que nos acompanhar [...] e a própria questão financeira[...], para se deslocar das comunidades até o distrito[...] imagine até a área urbana da cidade" (ENTREVISTADO B).

Já o entrevistado A, acredita que a demanda é contemplada, mas justifica que é necessário ampliar a equipe, como explica em sua fala: *"Acredito que há um comprometimento ético e profissional por parte de toda equipe que trabalha no CRAS Volante. Entretanto, a ampliação da equipe será importante para melhoria da frequência de acompanhamento das famílias" (ENTREVISTADO A).* Já este entrevistado, acredita que é contemplada em partes, como podemos observar em sua fala: *"No momento não temos demanda reprimida e as ações desenvolvidas são planejadas com muito cuidado e responsabilidade" (ENTREVISTADO C).*

Relata também que a medida que os usuários conhecem os serviços, buscarão por estes. Considerando que o CRAS Volante é um serviço novo comparado a outros, explica: *"Esta questão será respondida à medida que a população começará a conhecer os serviços oferecidos pelo CRAS Volante (que é uma Unidade Pública recente comparada a outros equipamentos públicos como escolas e unidades de saúde)" (ENTREVISTADA C).*

Este entrevistado acredita que a demanda é contemplada em partes, porém ressalta o empenho da equipe em atender a demanda existente, observemos sua fala: *"Apesar da equipe empreender grande esforço para suprir toda a demanda, não é possível atender toda a extensão da área rural e acessar todas as famílias referenciadas, devido a distância territorial e a dificuldade de acesso a muitas residências" (ENTREVISTADO E).*

Portanto, considerando as respostas obtidas com as entrevistas realizadas tanto com usuários dos serviços da Assistência Social do Município de Cascavel, como também com os técnicos do CRAS Volante, podemos observar que o resultado desta pesquisa, relacionando aos objetivos propostos que procurou saber:

Os moradores da área rural estão tendo informação e acesso às Políticas Sociais ofertadas através do CRAS Volante?

Respondendo a esta questão, que é o objetivo geral deste trabalho, podemos dizer que os usuários desta Política estão tendo acesso e informação, porém, este fica comprometido a medida que observamos suas respostas, que colocam o fator distância como dificuldade importante. Quanto ao acesso, este é basicamente ofertado através dos projetos e programas existentes e realizados pelo CRAS Volante. No entanto, acreditamos que existe ainda uma parcela da comunidade rural que não conhece os serviços, programas e projetos ofertado pelo CRAS e que possivelmente são pessoas que moram em lugares de difícil acesso.

Em um dos objetivos específicos, procuramos identificar a população de abrangência do CRAS e podemos observar que esta população que fez parte da pesquisa, é referendada ao CRAS Volante, sendo portanto identificada por meio do cronograma de atendimento obedecido pela equipe.

Tivemos como outro objetivo específico o seguinte: Qual o nível de informação e compreensão que os usuários do meio rural tem em relação aos seus direitos sociais? Neste item, podemos observar que esta informação nem sempre é obtida através dos serviços do CRAS, mas principalmente pela UBS, sendo esta, referência nos distritos. No entanto, mesmo considerando a importância do trabalho em rede, sabemos que existem especificidades de cada serviço e o ideal seria que a Assistência Social enquanto eixo central, pudesse ter mais efetividade, considerando que o CRAS Volante obedece um cronograma de atividades que são agendadas dentro das disponibilidades da equipe e que visam contemplar os usuários com o seu atendimento mesmo que se façam presentes apenas uma vez ao mês.

Quanto a compreensão, consideramos que está ligada a informação, só poderão compreender o que foi informado. Também salientamos que a busca pelos direitos é um processo histórico, não difere para o meio rural esta busca, porém as dificuldades são diferentes, pelo contexto cultural, como também pelos meios de locomoção.

Em outro dos objetivos procurou-se analisar a atuação do CRAS Volante em relação a promoção da Política de Assistência Social no meio rural. Nesta questão, podemos avaliar que os técnicos são comprometidos com o desenvolvimento do seu trabalho e com a oferta dos serviços garantidos pela PNAS, estão empenhados no atendimento pautado no respeito as individualidades e as particularidades das comunidades rurais, sabemos que a Assistência é pra ser de caráter igualitário, porém, na área rural, não chega deste modo por fatores já colocados anteriormente.

Avaliamos através das respostas obtidas que estes profissionais enfrentam dificuldades para efetivar seu trabalho, por falta de meio de transporte, por falta de equipe suficiente, por falta de materiais, entre outros. No entanto, a falta maior que estes enfrentam, não se resume em itens a serem elencados, mas na falta relacionada a estrutura econômica e política da qual todos os serviços públicos vem atravessando e que interfere no modo de atendimento e efetivação dos serviços cotidianamente.

Consideramos que a vontade de levar os direitos aos usuários, não deixa de existir, o comprometimento ético relatado por um dos entrevistados é presente e bem trabalhado neste espaço. Há um entrosamento e uma dedicação que os fortalece a equipe, mesmo em meio as dificuldades, estão cumprindo seu papel enquanto profissionais e colaborando para prática de cidadania.

Em outro objetivo, procuramos analisar quais as condições de acesso da população rural aos seus direitos, garantidos na Política de Assistência Social e ofertados por meio do CRAS. Nesta questão ficou claro através das respostas obtidas nas entrevistas realizadas que, o acesso aos direitos sociais no meio rural torna-se limitado, pois considerando que não há transporte gratuito local e a distância dos moradores até a sede dos distritos, onde o CRAS realiza parte do atendimento, é bastante grande em alguns casos. Outro fator que podemos observar é que ainda que o CRAS vá até o interior dos distritos, o acesso dos usuários é também limitado ao dia do atendimento somente, comprometendo desta forma o acesso aos direitos por parte deste público.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao abordar o tema sobre a Assistência Social no Brasil, nos deparamos com um processo histórico que foi criado sobre as influências das relações econômicas e de poder, provenientes de uma sociedade capitalista, onde os governantes raramente direcionaram o olhar aos pobres e desamparados. Estes, somente eram assistidos quando seus direitos haviam sido destituídos por completo, restando depender da caridade, benevolência e o assistencialismo ofertado por meio de políticas públicas insuficientes ao seu atendimento.

O estudo que foi apresentado buscou fazer um resgate de todo este processo histórico, considerando sua evolução e os avanços obtidos. Apesar das dificuldades no percurso da Assistência Social, não podemos deixar de reconhecer que foram obtidas conquistas na área dos direitos sociais, mas ainda há muito o que buscar para que realmente possamos construir uma sociedade mais justa e equânime, e para que possamos promover a verdadeira cidadania.

O referido trabalho trouxe no primeiro capítulo, o histórico da Assistência Social no Brasil, as formas de efetivação de direitos ao longo dos períodos abordados. Foram elencados os direitos sociais, civis e políticos contidos nas constituições, considerando que estas eram formas legais de promoção de direitos, porém, estes nunca foram efetivados na íntegra, estavam apenas escritos nos textos constitucionais.

O que podemos observar com este estudo é que historicamente a Assistência Social sempre foi vista como ajuda e caridade aos pobres e necessitados, havendo períodos em que era necessário estar totalmente fragilizado, necessitado e até desempregado para possuir direito à assistência. Ainda neste capítulo, também abordamos sobre a assistência no período militar, caracterizado por um processo de repressão e supressão de direitos, mas que ainda assim trouxe mudanças principalmente na área trabalhista, instituindo legislações favoráveis a esta classe, porém a assistência neste período era contributiva, mais direcionada aos empregados formais.

Ao longo dos anos a Assistência Social sempre foi deixada em segundo plano, sendo de responsabilidade do próprio cidadão provê-la, e quando isto não era possível relegava a voluntários e à sociedade civil. Fato que ocorre até o final da

década de 80, sendo em 1988 instituída a Constituição Federal, que pela primeira vez traz a Política de Assistência Social como dever do Estado e direito do cidadão que dela necessitar.

No segundo capítulo, foram apresentados os direitos sociais após a Constituição de 1988 e todas as leis vieram para regulamentar os textos constitucionais, um avanço significativo referente aos direitos sociais, onde entre outros, trouxe em seus textos o tripé da seguridade social, entre eles a Política de Assistência Social.

No terceiro capítulo, foi abordado a pesquisa através das entrevistas realizadas com os usuários dos benefícios, serviços, programas e projetos ofertados pelo CRAS Volante aos moradores da área rural, bem como com os técnicos de nível superior que são responsáveis em executar o que está proposto na PNAS.

Na análise deste estudo ora apresentada, foram descobertas e confirmadas as hipóteses que nos inquietavam, que era a de que a população da área rural apresenta inúmeras dificuldades em acessar os serviços, programas e projetos da PNAS, os quais são de direito, dada a dificuldade de acesso a estes. Esta dificuldade de acesso, ao que nos pareceu, é algo abrangente que não se relaciona somente à distância em si (metros, quilômetros), mas a forma de acesso torna-se restrita a condição de cada indivíduo em buscar o serviço. Pois em alguns locais, conforme já apresentado, não há meio de transporte e a informação não chega da mesma forma que chega ao centro do distrito, colaborando para o desconhecimento dos serviços ofertados.

Confirmamos com este estudo, que existe uma relação de parceria e comprometimento das USFs com os moradores e também com os profissionais da rede de assistência, sendo que estas mesmo pertencendo à outra política, são a porta de entrada dos usuários aos serviços da PNAS, através de encaminhamentos e orientações. No entanto, a demanda de ambas as políticas tem características próprias, e segundo a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais deve-se respeitar esta particularidade, havendo necessidades que só a assistência, através dos serviços ofertados, dará o melhor atendimento, orientações e possíveis encaminhamentos.

Também, considera-se gratificante aos profissionais do CRAS saber que os usuários têm prazer em participar dos grupos, tanto do PAIF como do SCFV, demonstrando satisfação e comprovando com isto a importância destes serviços

ofertados nas comunidades rurais. Contudo, observou-se muitas carências em relação à promoção de direitos aos moradores da área rural, entre estas, a carência de mais equipes volantes para desenvolver um trabalho mais efetivo, atingindo lugares que ainda ficam descobertos de tais atendimentos.

Outro fator que já foi relatado no decorrer do trabalho é a dificuldade de acesso, seja ela dada por condições climáticas, de território e também pela desinformação, pois mesmo que se realize busca ativa, existem lugares em que o CRAS não consegue realizar atendimentos, porque a equipe existente não atende a contento toda a demanda, visto ser apenas uma equipe para atender a toda área rural do município todo.

Podemos considerar que deveria haver um maior comprometimento por parte dos órgãos gestores da PNAS, ao tratar as questões do meio rural da mesma forma que trata o urbano, há uma necessidade urgente de rever a forma de efetivar direitos sociais a esta população, considerando que o alimento que está nas prateleiras do supermercado e que alimenta a população urbana vem do meio rural, é um mito pensarmos que na área rural não existem vulnerabilidades sociais, que não existem famílias passando fome, que sofrem violências, falta de moradia digna, saneamento e infraestrutura.

Ao fazermos um mero comparativo de que na área urbana existem terminais rodoviários em todos os sentidos da cidade e que, no meio rural não há transporte nem mesmo se o cidadão tenha condições de pagar, o que dizer então, dos que não possuem condições.

A "assistência" ao meio rural não deve se resumir em atendimento imediatista, que considera questões aparentes, sem se deter no sentido amplo, considerando que este meio tem sua cultura e características próprias, como exemplo a renda familiar, que é proveniente na maioria de salário informal e agricultura familiar, ou seja, não tem remuneração fixa, são poucos empregos formais na área rural, a renda é provisória e incerta, porém, o cidadão precisa e carece de meios de subsistência.

Sendo assim, enquanto pesquisadora e autora deste estudo, sugiro, como também foi sugestão apresentada pela equipe técnica ao responderem a entrevista, primeiramente que sejam revistas as formas de efetivar direitos a estas comunidades, com implantação de CRAS no centro dos distritos, ou então em locais que possuem maiores índices de vulnerabilidade. Também coloco a sugestão da

criação de transporte gratuito ou de baixo custo, com agendamento e roteiro estabelecido ao menos duas vezes ao mês, para contemplar parcela da comunidade que necessitem de atendimento, mas principalmente os que não possuem nenhum meio de locomoção. Isso permitiria que as pessoas pudessem programar suas atividades e compromissos no centro dos distritos e na área urbana, favorecendo autonomia, auto confiança ao indivíduo e prática de cidadania ao permitir que este participe de atividades antes não proporcionadas pela dificuldade de locomoção.

Como sugestão também acredito que deveria haver um maior esforço em criar políticas direcionadas, programas e projetos de incentivo, que mantenham o trabalhador rural em seu meio, pois muitos migram para área urbana em busca de renda fixa que possa lhes dar maior segurança, sendo que as ações deviam ser voltadas para que esta renda fosse obtida através do seu trabalho e da valorização deste no campo, mantendo-o neste espaço onde criou vínculos, relações sociais e detém conhecimento e experiências adquiridas ao longo de sua vida, devendo esta ser respeitada e valorizada, permitindo a reprodução das vivências aos seus filhos e netos, isso sim é efetivar a matricialidade sóciofamiliar, garantia e fortalecimento do convívio familiar e comunitário.

REFERÊNCIAS

BEHRING, Elaine Rossetti, BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. 9 ed. Biblioteca Básica de Serviço Social. v.2. São Paulo: Cortez, 2011.

BRASIL, 1988, **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em 02.jul.2015.

_____, Instituto Nacional de Geografia e Estatística. **IBGE divulga renda domiciliar per capita 2014**. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Renda_domiciliar_per_capita_2014/Renda_domiciliar_per_capita_2014.pdf> Acesso em 17.out.2015.

_____, **Instituto Nacional de Geografia e Estatística**. Disponível em: <<http://7a12.ibge.gov.br/vamos-conhecer-o-brasil/nosso-povo/familias-e-domicilios>>. Acesso em 17.out.2015.

_____, **Lei nº 8.742/93, 07 de dezembro de 1993**. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8742compilado.htm>. Acesso em 19.nov.2015.

_____, **Lei Orgânica da Assistência Social. LOAS Anotada**. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/LoasAnotada.pdf>. Acesso em 19.nov.2015.

_____, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Participação Social**. Disponível em: <<http://mds.gov.br/acesso-a-informacao/institucional/participacao-social>>. Acesso em 19.nov.2015.

_____, Ministério do desenvolvimento social e combate à fome. **Norma Operacional Básica NOB/SUAS**. Construindo as bases para implantação do sistema único de Assistência Social. Brasília, 2006.

_____, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **SUAS Institucional**. Disponível em: <<http://mds.gov.br/acesso-a-informacao/perguntas-frequentes/assistencia-social/pse-protecao-social-especial/suas-sistema-unico-assistencia-social/suas-institucional>>. Acesso em 19.nov.2015.

_____, **Norma Operacional Básica - NOB/SUAS**. Brasília. 2005.

_____, **Orientações Técnicas sobre o PAIF**. O Serviço de Proteção e o Atendimento Integral a Família – PAIF. vol 1. BRASÍLIA, 2012.

_____, **Orientações Técnicas sobre o PAIF**. O Serviço de Proteção e o Atendimento Integral a Família – PAIF. vol 2. BRASÍLIA, 2012.

_____, **Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS/ Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**. 1. ed. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009.

_____, **Política Nacional de Assistência Social** - PNAS. Brasília. 2004.

_____, **Resolução nº, de 11 de novembro de 2009**. Aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Brasília, 2009.

_____, **Saiba mais sobre o Brasil Império**. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/governo/2009/11/imperio>>. Acesso em 10.out.2015.

BRAVO, Maria Inês Souza; PEREIRA; Potyara Amazoneida Pereira (orgs). **Política social e democrática**. 2. ed. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: UERJ, 2002.

CASCAVEL. **Centro de Referência de Assistência Social**. Disponível em: <<http://www.cascavel.pr.gov.br/secretarias/seaso/subpagina.php?id=127>>. Acesso em 19/11/2015

_____, **Diagnóstico Social e Mapeamento do Território VI. Área de Abrangência do Cras Volante**. Disponível em: <http://www.cascavel.pr.gov.br/arquivos/15022011_mapeamento_e_diagnostico_do_territorio_vi_-_cras_volante.pdf> acesso em 19.nov.2015.

CFESS, (organizador). BARROCO, Maria Lucia Silva; TERRA, Sylvia Helena. **Código de Ética do/a Assistente Social Comentado**. São Paulo: Cortez, 2012.

COUTO, Berenice Rojas. **O direito social e a Assistência Social na sociedade brasileira: uma equação possível?** 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

FERREIRA, Stela da Silva. **NOB RH Anotada e Comentada**. Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011.
http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes_Cras.pdf ACESSO EM 18 DE NOV. POR NO RODA PÉ

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 22 ed. São Paulo: Cortez, 2012.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social No Brasil: Esboço de uma Interpretação Histórico-Metodológica**. 16 ed. São Paulo, Cortez; 2004.

NEVES, Marília Nogueira. **Rede de Atendimento Social: Uma ação possível?** In: Revista da Católica, Uberlândia. v. 1, n. 1, 2009. Disponível em: <http://www.catolicaonline.com.br/revistadacatolica2/artigosv1n1/13_Rede_de_atendimento.pdf>. Acesso em> 28.out.2015.

PARANÁ. **Programa Leite das Crianças**. Disponível em: <<http://www.leitedascrianças.pr.gov.br>>. Acesso em:17.out.2015.

_____, **Plano de Ação Anual Cras Volante**. Cascavel, 2015.

_____, **Relatório Anual Cras Volante**. Cascavel, 2015.

RIBEIRO, Priscilla André. **A descentralização e a territorialização nas políticas de Assistência Social**. In: SINAIS - Revista Eletrônica. Ciências Sociais. 12 ed. v.1. Vitória: CCHN, UFES, 2012.

SCHONS, Selma Maria. **Assistência Social entre a ordem e a "des-ordem": mistificação dos direitos sociais e da cidadania**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SERRA, Rose M. **Crise na materialidade no Serviço Social: repercussões no mercado profissional**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SILVA, Fernanda Cristina. **Assistência Social e Cultura Política: o processo de uma política em construção**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2012. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/ppgservicosocial/files/2012/05/fernanda.pdf>>. Acesso em 04.mai.2015.

SILVA, Maria Oliveira da Siva e. **A política social brasileira no Século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SIMÕES, Carlos. **Curso de Direito do Serviço Social**. 8 ed. Biblioteca Básica do Serviço Social. V. 3. São Paulo: Cortez, 2012.

SPOSATI, Adaiza de Oliveira *et al.* **A assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão em análise**. 11 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SPOSATI, Aldaiza de Oliveira; FALCÃO, Maria do Carmo; FLEURY, Sônia Maria. **Os direitos dos (desassistidos) sociais**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

TEODÓSIO, Scheila de Souza; OLIVEIRA, Andressa Gregório de; RODRIGUES, Raissa Araujo de Souza. **Coronelismo: práticas sociais ainda vigentes na república brasileira**. VII CONNEPI. Disponível em: <<http://propi.ifto.edu.br/ocs/index.php/connepi/vii/paper/viewFile/1563/2985>>. Acesso em 12.mai.2015.

VIEIRA, Evaldo. **Os direitos e a Política Social**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

WAMMES, Leoni Terezinha. **A Política Nacional De Assistência Social E O Acesso Aos Direitos À Universalidade E À Equidade Dos Benefícios E Serviços Às Populações Rurais: um estudo de caso no Município de Toledo-PR**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural Sustentável). Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, 2014.

APÊNDICES

APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

ANEXO XI

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, _____ Nacionalidade _____

Idade _____ Estado _____

Civil _____ RG _____ CPF _____

Profissão _____ **Endereço** _____

Declaro ter recebido o convite para participar de um estudo denominado O Acesso as Políticas Públicas na Área Rural, que tem como objetivos e justificativas verificar se a população da área rural está tendo acesso as políticas ofertadas pela Assistência Social do Município de Cascavel, bem como o maneira que se dá este acesso, por acreditarmos que este acesso se dá de maneira desigual ao dos moradores da área urbana, sendo assim justifiquemos a pesquisa.

A minha participação no referido estudo será no sentido de, através da pesquisa, será realizada análise das respostas obtidas para assim descobrir as dificuldades apresentadas pela população em acessar as políticas de Assistência Social ofertadas pelo município . Declaro que recebi todos os esclarecimentos necessários sobre os procedimentos para a realização da pesquisa e que estou ciente de que minha privacidade será respeitada, ou seja, meu nome ou qualquer outro dado ou elemento que possa, de qualquer forma, me identificar, será preservado.

Também fui informado de que o resultado final dessa pesquisa poderá ser objeto de publicação ou exposição na forma de trabalho científico, no âmbito nacional ou internacional e ainda que posso me recusar a participar do estudo, ou retirar meu consentimento a qualquer momento, sem precisar apresentar justificativa para tal ato, não sofrendo qualquer prejuízo ou penalidade em razão disso.

Os pesquisadores envolvidos com o referido projeto são: Rita de Kátia Ottes Vasconcelos, Fabricia Destro Ghizzo, a pesquisa se dará vinculada ao CRAS Volante e com eles poderei manter contato pelos telefones 3038 8241-9900 6563 (Rita), 3902 1759(CRAS Volante)e/ou pelos e-mails: katiavasc8@yahoo.com.br, crasvolante.cvel@gmail.com Tendo sido orientado quanto ao teor do todo aqui mencionado e compreendido a natureza e o objetivo do presente estudo, manifesto

meu livre consentimento em participar, estando totalmente ciente de que não há nenhum valor econômico, a receber ou a pagar, por minha participação.

Em casos de dúvidas, reclamações ou qualquer tipo de denúncia sobre esta pesquisa poderei entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa das Faculdades Itecne – Cascavel pelo telefone (45) 3226-8411 ou ainda com a Coordenação do Curso de Serviço Social da referida Instituição pelo e-mail itecne@itecnecascavel.com.br.

Cascavel, de de

Nome e assinatura do docente pesquisador responsável

(conforme Resolução 196/96 CNS)

Nome e assinatura do acadêmico pesquisador colaborador

(conforme Resolução 196/96 CNS)

Nome e assinatura do sujeito da pesquisa

**APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO DE ENTREVISTA COM TÉCNICOS DE NÍVEL
SUPERIOR DO CRAS VOLANTE**

FACULDADE ITECNE DE CASCAVEL**CURSO DE SERVIÇO SOCIAL****ACADÊMICO (A):** Rita de Katia Ottes Vasconcelos**OBJETIVO GERAL DA PESQUISA:** Identificar se a população rural da área de abrangência do CRAS Volante está tendo informação e acesso a Política de Assistência Social, garantidos pelo CRAS, as quais tem direito.**INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS:** Entrevista estruturada com perguntas abertas e fechadas.**PUBLICO ALVO:** Equipe técnica de nível superior.**DATA DA ENTREVISTA:** **NUMERO DA ENTREVISTA:**

____/____/____

NOME: _____

1- FUNÇÃO: _____

2- HÁ QUANTO TEMPO TRABALHA NO CRAS VOLANTE?

3- QUAIS AS ATIVIDADES QUE VOCÊ DESENVOLVE COMO TÉCNICO NO CRAS? _____

4- COMO A POPULAÇÃO ACESSA OS SERVIÇOS OFERECIDOS PELO CRAS?

5- VOCÊ ACREDITA HAVER ALGUMA DIFICULDADE NAS FORMAS DE ACESSO DA POPULAÇÃO AOS SERVIÇOS?

6- VOCÊ ACREDITA QUE AS DIFICULDADES EXISTENTES EM RELAÇÃO AO ACESSO DA POPULAÇÃO RURAL AOS SERVIÇOS DA POLÍTICA NACIONAL DE

ASSISTÊNCIA- PNAS OFERECIDOS PELO CRAS PODEM SER SANADAS POR
MEIO DE QUÊ?

7- VOCÊ ACREDITA QUE A DEMANDA PELOS SERVIÇOS E ATENDIMENTOS
DO CRAS É CONTEMPLADA?

() SIM

() NÃO

POR QUÊ?

APENDICE C - QUESTIONÁRIO DE ENTREVISTA COM USUÁRIOS

FACULDADE ITECNE DE CASCAVEL**CURSO DE SERVIÇO SOCIAL****ACADÊMICO (A):** Rita de Katia Ottes Vasconcelos**OBJETIVO GERAL DA PESQUISA:** Identificar se a população rural da área de abrangência do CRAS Volante está tendo informação e acesso a Política de Assistência Social, garantidos pelo CRAS, as quais tem direito.**INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS:** entrevista estruturada com perguntas abertas e fechadas.**PÚBLICO ALVO:** População da área rural que está inserida nos programas e serviços ofertados pelo CRAS Volante**DATA DA ENTREVISTA:** **NÚMERO DA ENTREVISTA:**

____/____/____

NOME: _____

1- IDADE: _____

2- RENDA FAMILIAR: _____

3- ORIGEM DA RENDA FAMILIAR: _____

4- QUANTAS PESSOAS RESIDEM COM O ENTREVISTADO? _____

5- ESCOLARIDADE: _____

6- QUAIS OS SERVIÇOS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL VOCÊ CONHECE?

() PBF () CAD ÚNICO

() CREAS I - II - III - () CRAS

() SERVIÇO DE ACOLOHIMENTO () MASCULINO () FEMININO

() LEITE DAS CRIANÇAS () OUTROS

7- VOCÊ JÁ ACESSOU ALGUM SERVIÇO NO SEU MUNICÍPIO?

() SIM

() NÃO

QUAL? _____

8- QUAL O MOTIVO QUE O LEVOU A PROCURAR O SERVIÇO?

9- COMO VOCÊ FICA / FICOU SABENDO DA EXISTÊNCIA DO SERVIÇO?

10- COMO VOCÊ CONSEGUIU ACESSAR O SERVIÇO, PROGRAMA, PROJETO DO QUAL NECESSITOU?

11- VOCÊ SENTIU OU SENTE ALGUMA DIFICULDADE EM ACESSAR O SERVIÇO/ PROGRAMA/ PROJETOS?

() SIM

() NÃO

QUAIS?

